

CULTURA E TERRITÓRIO EM FOCO:

UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Organizadores

Rejane Cleide Medeiros de Almeida | Dornival Venâncio Ramos Júnior | Rosária Helena Ruiz Nakashima

Adriana Feitosa Freire

EDUFNT

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS



CULTURA E TERRITÓRIO EM FOCO:

UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

2ª EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Dernival Venâncio Ramos Júnior
Adriana Feitosa Freire
Rejane Cleide Medeiros de Almeida
Rosária Helena Ruiz Nakashima



Araguaína
2023

REITORIA

Airton Sieben

Reitor pro tempore

Natanael da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Vice-reitor pro tempore

Kênia Ferreira Rodrigues

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Denise Pinho Pereira

Pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

José Manoel Sanches da Cruz

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Warton da Silva Souza

Pró-reitor de Finanças e Execução Orçamentária

Andréia de Carvalho Silva

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Braz Batista Vas

Pró-reitor de Graduação

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Eroilton Alves dos Santos

Superintendente de Infraestrutura

Clarete de Itoz

Superintendente de Tecnologia da Informação

Andressa Ferreira Ramalho Leite

Superintendente de Comunicação

Roberto Antero da Silva

Diretor do Centro de Ciências Integradas (Cimba) - CCI

Andressa Francisca

Diretora do Centro de Ciências Agrárias - CCA

Fernando Holanda Vasconcelos

Diretor do Centro de Ciências da Saúde - CSS

Marco Aurélio Gomes de Oliveira

Diretor do Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS

Meirilane Leocadio

Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFNT

Joana Marcela Sales de Lucena

Coordenação da Editora Universitária - EDUFNT

Conselho Editorial

Adriano Lopes de Souza | Alesandra Araújo de Souza

César Alessandro Sagrillo Figueiredo | Joaquim Guerra de Oliveira Neto

Mara Pereira da Silva | Rozana Cristina Arantes | Ruy Ferreira Da Silva

Projeto gráfico de capa e miolo: Zeta Studio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Editora da Universidade Federal do Norte do Tocantins)

C968 Cultura e território em foco [livro eletrônico]: uma abordagem interdisciplinar. 2.ed. / organização: Dornival Venâncio Ramos Junior...[et al.]. - Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins - EDUFNT, 2023. 226p. PDF.

Vários autores

Bibliografias

Outros organizadores: Adriana Feitosa Freire, Rejane Cleide Medeiros de Almeida, Rosária Helena Ruiz Nakashima.

ISBN: 978-65-85612-17-3

1. Cultura - Aspectos sociais. 2. Território. 3. Cinema e imagens - Representações. 4. Direitos humanos e cultura. I. Ramos Junior, Dornival Venâncio. II. Freire, Adriana Feitosa. III. Almeida, Rejane Cleide Medeiros de. IV. Nakashima, Rosária Helena Ruiz. V. Título.

CDD - 305.809

Todos os Direitos Reservados - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.

Edson de Sousa Oliveira - CBR-2/1069

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
AS REPRESENTAÇÕES DE GEOGRAFICIDADE DO SERTÃO GARIMPEIRO NAS OBRAS “OCO DO MUNDO” E “TIPOS POPULARES” DE JUAREZ MOREIRA FILHO Jean Carlos Rodrigues; Brendon Husley Rimualdo Rodrigues	11
CULTURA DEMOCRÁTICA, DIREITOS HUMANOS E CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL Martha Victor Vieira; Eli da Silva Duarte	31
O CINEMA E A PRODUÇÃO DE PAISAGENS: A IMPORTÂNCIA DA FOTOGRAFIA E DO USO DAS CORES NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE REGIÕES E PAÍSES PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA ESTADUNIDENSE Plábio Marcos Martins Desidério; Marlon Marques Pinheiro de Melo	45
RELIGIÃO E PAUTAS DE COSTUMES: A ENTRADA DA ASSEMBLEIA DE DEUS SETA DE ARAGUAÍNA-TO NO CAMPO POLÍTICO Olivia Macedo Miranda de Medeiros; Wiris Orimar Ferreira	63
AS GUARDIÃS DAS FLORESTAS DE BABAÇU: RESISTÊNCIAS NOS MODOS DE VIDA DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE SÃO MIGUEL DE TOCANTINS (TO) Rejane Cleide Medeiros de Almeida; Juscelino Laurindo dos Santos	87

CULTURA, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE DA TROPA DE ELITE DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS – CIOE-PMTO Braz Batista Vas, Martha Victor Vieira; Alberto Gomes de Araújo	107
O RAIZEIRO E A INSERÇÃO DO SABER POPULAR NO TERRITÓRIO DA SAÚDE Marivaldo Cavalcante da Silva; João Carlos Santiago Nery	127
A RELAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: E AS AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19 EM ARAGUAÍNA-TO Airtton Sieben; Sueli Marques Ferraz	143
EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS NOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO QUILOMBO DONA JUSCELINA Rejane Cleide Medeiros de Almeida; Jannete da Silva Milhomem	159
CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO NO ÂMBITO DE AFIRMAÇÃO DA POSSE DA TERRA NA PERSPECTIVA DO COMUM Elias da Silva; Dyego Martins Pessego	179
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL E A INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO Adriana Feitosa Freire; Luís Antônio Cabral	197
SOBRE OS/AS AUTORES/AS	217
SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS	221
ÍNDICE REMISSIVO	222

PREFÁCIO

Neste livro, cultura e território emergem como categorias capazes de revelar as disputas entre grupos sociais por recursos escassos: a terra, o alimento, os saberes, o reconhecimento e as representações. As tessituras entremeadas que às congregam permitem cartografar as práticas, os sujeitos, as temporalidades, as tecnologias, as regionalidades e os movimentos que assinalam uma geometria de poder bastante assimétrica da construção da sociedade.

Em outro sentido, mas como condição dessas disputas desiguais, território e cultura aparecem no livro como categorias da prática social e política. São mobilizadas como instrumentos de luta, especialmente, daqueles sujeitos hegemônicos que encontram em suas práticas e memórias, prenhes de território e cultura, caminhos de insurgências diante da barbárie que sempre os assolou.

A invisibilidade equivale a não existência, ao silenciamento, ao esquecimento e ao não-reconhecimento. Assim, visível

e invisível se situam na fronteira da humanidade. Desse modo, ao fazer os dois movimentos teóricos antes sublinhados, os(as) autores(as) oferecem notável contribuição ao visibilizar territórios e culturas emergentes. Com efeito, estimula-se a ampliação das redes de solidariedades e afetos com as lutas narradas.

Em direção complementar, a obra aqui prefaciada revela dispositivos de controle usados por agentes que estão no topo do campo do poder e do espaço social para controlar culturas e territórios emergentes. Isso é feito apontando mecanismos de dominação que se fazem com o uso constante e multidimensional da violência física e simbólica, apoiadas na atuação do Estado e dos mercados.

No entanto, o sentido do jogo, estabelecido pelos sujeitos organizados das comunidades narradas com o Estado é complexo. Há um movimento *contra o Estado* (na afronta a propriedade privada, sistema econômico e jurídico), outro *apesar do Estado* (criação de relações econômicas alternativas que sustentam a reprodução das famílias) e por fim, um lance *com o Estado* (aproveitando-se de margens presentes em leis, financiamentos e canais participativos)¹.

Entre os sujeitos das resistências e, principalmente, das insurgências visibilizados por esse livro estão os sertanejos, garimpeiros, torturados (e seus parentes) pela Ditadura Militar, as raizeiras, as mulheres; as mulheres negras e quilombolas griôs, as pessoas em situação de rua, as quebradeiras de coco, as parteiras, as benzedeiras, os agentes pastorais, os posseiros e os camponeses.

1 SOUZA, M. L. S. *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Tais sujeitos estabelecem, pelo território, diversas práticas de cuidado, de reciprocidade, de comuns de produção, comuns florestais, comuns de sementes, comuns de saberes, comuns dos remédios caseiros e comuns dos mutirões de mulheres quebradeiras de coco. Estas constituem modos de vida, de cultura e território que, por sua vez, são mobilizadas diante da ameaça do capital como elemento de união, integração interna e de enfrentamento dos perigos que se aproximam.

Essas práticas são passadas de geração em geração em uma notável densidade oral. No entanto, elas não são estáticas, estão se modificando com o tempo, ganhando novos significados e sentidos, não apenas porque precisam enfrentar as novas ameaças que chegam, mas, igualmente, para se inserir no momento-mundo maior nas quais estão inseridas. Dão exemplo disso, no livro, as novas interações que as comunidades têm com as tecnologias da informação e a ressignificação de plantas diante de doenças.

Prática, aliás, é um conceito que perpassa todo o livro, com quase uma centena de referência à esta palavra. Trata-se, efetivamente, de um caminho de método que possibilita a integração dialética entre cultura e território. As práticas são modos culturais de construir, significar e se apropriar dos territórios, que, por sua vez, são matrizes de práticas, oferecendo-lhes um ajustamento ambiental. Das práticas se revela as estratégias de re-existência, boa parte delas, mediadas e sustentadas no próprio corpo.

Nesse sentido, o livro e, de modo mais amplo, as pesquisas que vem sendo desenvolvidas no PPGCult oferecem uma contribuição de natureza escalar, pois se uma das lógicas de produção da inexistência é a consideração de apenas uma escala,

a global², aqui é valorizado a escala local e sub-regional, isto é, o centro-norte do Tocantins. Mais que isso, há uma articulação de escalas (verticais, transversais e horizontais) de lutas sociais dos de baixo.

O território tocantinense tem sido submetido a uma nova rodada de avanço de ações das escalas globais hegemônicas com a instituição oficial do MATOPIBA, em 2015, reforçando processos que já estavam em curso. A pressão do agronegócio sobre as comunidades tradicionais, seus saberes, memórias e modos de vidas tem se intensificado. Mas, este trabalho demonstra que outras escalas, locais e sub-regionais, emergem com suas redes de lutas, afetos e solidariedades.

Não seria exagero afirmar que nessa região há uma contra rede urbana que ganha expressividade nas cidades pequenas, nas vilas e povoados, por meio dos quilombolas, quebradeiras de coco, dos movimentos dos trabalhadores da terra e sem terra, dos atingidos por barragens, dos pescadores, dentre outros, e que se articula às lutas e aliados nos centros regionais/nacionais.

O apoio dos(as) pesquisadores(as) do PPGCult e da Universidade Federal do Norte do Tocantins, com sede em Araguaína, às comunidades através de diversas ações, são exemplos dessas interações sociais que instituem pequenas fendas na produção e construção hierárquica do espaço. Os sujeitos das escalas do interior, das *margens*, mostram sua força enquanto constroem o esperar de um cotidiano menos agressivo.

2 SANTOS, B. de S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce, 2010.

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se o cuidadoso trabalho metodológico que os(as) autores(as) de cada capítulo tiveram com as fontes, considerando três caminhos principais: primeiro, imersão no campo, realizando-se observação, vivenciando o cotidiano dos sujeitos, fazendo-se entrevistas e valorizando a história oral; segundo, detalhada análise de obras literárias com as respectivas mediações teóricas; e terceiro, levantamento de imagens, discursos de mídias e documentos.

Reges Sodré

AS REPRESENTAÇÕES DE GEOGRAFICIDADE DO SERTÃO GARIMPEIRO NAS OBRAS “OCO DO MUNDO” E “TIPOS POPULARES” DE JUAREZ MOREIRA FILHO

JEAN CARLOS RODRIGUES
BRENDON HUSLEY RIMUALDO RODRIGUES

INTRODUÇÃO

O estudo propõe problematizar as obras literárias “Oco do Mundo” (2010) e “Tipos Populares” (2017), ambas de Juarez Moreira Filho, que representam a cultura do sertão garimpeiro de cristal-de-rocha no antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins, entre meados de 1940 a 1980, e de como o garimpo desenvolveu vilas que se tornaram cidades na região, exercendo um papel importante nos elementos da cultura das identidades tocantinense.

A literatura permite problematizar o imaginário, sendo ele “construtor de identidades de exclusões, hierarquias, divide, aponta semelhanças e diferenças no social” (PESAVENTO, 2014, p. 43) social da época em decorrência da extração do cristal, a rocha tão cobiçada naquele sertão. A literatura revela-se uma fonte promissora para desvendar esse imaginário social de uma determinada época e lugar. Nela estão os elementos culturais de um determinado grupo social a qual se faz críticas, e nesse aspecto:

a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádica a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos formais, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção (SEVCENKO, 2001, p. 299).

Deste modo, a literatura leva e traz consigo elementos culturais, históricos e de ações humanas em sua geografia, pois envolve o “homem como um modo de sua existência” (DARDEL, 2015, p. 2); a literatura releva todo esse *ser-e-estar* no mundo. Portanto, a literatura está repleta de representação, sendo “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagem que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31).

A literatura, portanto, tem esse poder de representar, de dizer quem faz ou não faz parte do grupo, o que foi ou não o que não foi o garimpo de cristal-de-rocha na região e, sobretudo, dizer sobre sua cultura, sobre o narrar a identidade, ou seja, as identidades garimpeiras presentes no estado do Tocantins. Desta maneira, “é também o fato de que a feitura da arte [**na literatura**] nunca está, em si, no passado. É sempre um processo formativo, com um presente específico.” (WILLIAMS, 1979, p. 131. Grifo meu).

A literatura como arte tem o potencial de representar os meandros sociais e culturais do sertão garimpeiro, abrindo

possibilidades de problematizações que outros meios não conseguiriam (SEVCENKO, 2001, p. 30). A vista disso, a literatura é o condão da realidade, e a sua narrativa elucida de maneira complexa e jocosa a mediação entre ficção e a realidade.

Portanto, a literatura, a história e a geografia, através da interdisciplinaridade, serão uma rede para desvendar o feixe cultural do sertão garimpeiro. Vale lembrar que a interdisciplinaridade não é apenas tapa-buraco, um “remédio para todos os males” (POMBO, 1993, p. 02) para enfeitar a narrativa. Ao contrário: para sua utilização requer-se estudos, é um processo muitas vezes contraditório no qual pode surgir novas inquietações, fazendo “um núcleo comum de elementos e leis lógicas que estão na origem da racionalidade transversal” (POMBO, 1993, p. 06) que poderá conter a melhor compreensão da trama com “questões acerca do sentido, da existência, do ser humano, do parentesco, ou dos símbolos [...]” (POMBO, 2006, p.18).

A GEOGRAFICIDADE DE “OCO DO MUNDO”: A VILA DO SERTÃO GARIMPEIRO

O sertão garimpeiro está localizado no norte do Goiás, no sul do Maranhão, sul do Pará, sul do Piauí e o norte da Bahia, ao centro do país entre um pedaço do bioma da Amazônia e do cerrado composta de morros desnudos em relvas verdes e secas, com arvores que resistem ao longo do tempo no inverno intenso que “a floresta, [é] afogada na cheia [...]. No dilúvio amazônico” (RANGEL, 1920, p. 29), e no verão tórrido, “seco, arenoso quase privado de vegetação” (TONINI, 1959, p. 45) com um “terreno pedregoso [e], árido” (RODRIGUES, 1987, p. 87)

que se mistura com as areias e barros de diversas cores; preta, branca e vermelha.

É no meio desse bioma que localiza dois rios: Araguaia e Tocantins, “os rios são, sem dúvida, importante marco da relação homem e natureza na região” (MEDEIROS, 2017, p. 11). São os sertões das águas, com uma “imensidão de água” (MEDEIROS, 2017, p. 11). Essa relação vai desenvolvendo as lendas, o imaginário sertanejo, como a do Eldorado. Que mexia com quase todos do lugar em um “só desejo, uma ânsia... – atingir o Eldorado.” (RODRIGUES, 2001, p. 50), essas narrativas eram feitas da seguinte forma: “há ouro no Pacajás [...] o Tocantins nascia na lagoa Dourada e suas margens cheias de pratas e esmeraldas” (RODRIGUES, 2001, p. 51). Todas essas lendas vão construindo o imaginário do sertão rico mesmo em decadência e esquecimento.

Veredas em léguas fatigantes que “empurrados pela miséria ou pela esperança” (PALACÍN, 1990, p. 110) levam e trazem pessoas de diversas camadas sociais, velhas, novas, mulheres, crianças, vindas de todos os lugares do país para vila de “Oco do Mundo”. “Oco do Mundo” é uma vila mescla, sua composição no cerrado “camuflado, bem aboletado, nos confins de Goiás, nos grotões distantes, hoje Estado do Tocantins” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 35). Sua composição material tem um elo com a natureza desde a composição das casas:

Com pouco mais de cinco dúzias e meia de casas, mal contadas, agarradas naquelas costelas de pés de serra. E eram dispersas: dez, vinte, e até trinta braças, uma das outras; eram, em sua maioria, baixas e sem rebocos, com algumas aqui, ali,

acolá, caiadas, e não possuíam alinhamentos.
(MOREIRA FILHO, 2010, p. 35).

A composição da vila revela um aspecto tétrico de decadência revelando que a vila já nasceu em morte mesmo que nela ainda se permeia uma constante geograficidade. “Oco do Mundo” é um espaço geográfico em frangalhos único, no dizer de Éric Dardel é “feito de espaços diferenciados. O relevo, o céu, a flora, a mão do homem dão a cada lugar uma singularidade em seu aspecto. O espaço geográfico é único; ele tem *nome próprio*” (DARDEL, 2015, p. 02). Com as ruas que:

Eram tortas e indecisas [...] ora largas, ora estreitas, acabavam-se bruscamente, sem mais e nem menos. Às vezes, ainda levava o freguês, até uma vendinha de uma porta e duas prateleiras, ralando umbigo no balcão; outras vezes, as ruas acanhadas morriam nos fundos de um quintal qualquer. Mas, na maioria das vezes, o que acontecia mesmo era o desaparecimento por completo, sem nenhuma justificativa convincente, plausível. (MOREIRA FILHO, 2010, p. 38).

As ruas em “Oco do Mundo” se encontram e revelam as relações sociais, pois assim nos ensina Éric Dardel (2015) que o espaço não é apenas o físico, apesar de ter sua importância, o espaço geográfico também se encontra em “uma experiência” (DARDEL, 2015, p. 14). São as experiências das pessoas com a Terra, com a vila e com as próprias pessoas que compõem e dão a tonalidade do lugar. As ruas largas e estreitas demonstram a

composição das pessoas no lugar, talvez o apogeu e a decadência da extração do garimpo.

Nas experiências no sertão garimpeiro estava presente a violência desde no desinteresse pela educação, nas relações entre os adultos e através das brincadeiras que lidavam com armas e a tratar seus pares com ações truculentas. A exemplo disso era o personagem Nego Pigute que só, “só vivia furando a cabeça de menino pelas ruas do Oco do Mundo [...] mexendo com filhas dos outros, prostituindo-as” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 126).

[...] o que eles queriam mesmo era crescer e aprender o ofício de vaqueiro, vestir pernetas, peitoral, colete e gibão de couro, pra se empregarem no traquejo do gado, com o Coronel Silveira na Fazenda Olho d'Água e viverem arrastando e tilintando esporas pelas quitandas, bares e cabarés do Oco do Mundo, nos finais de semana. (MOREIRA FILHO, 2010, p. 62)

Essas experiências de violência concretizam-se no dizer do historiador Euclides Antunes de Medeiros (2012) em uma “pedagogia da violência” e no sertão garimpeiro não é alheio, pois:

A violência praticada [...] e justificada por quem a praticava como uma necessidade de povoamento, vai sendo estendida às demais relações sociais. Vai se constituindo, como [...], em uma “pedagogia da e para violência”. A “pedagogia da violência” dava-se com e para todos, inclusive as crianças desde muito cedo. (MEDEIROS, 2012, p. 131. 132).

As experiências adultas dentro do sertão garimpeiro tinham vários caminhos e todos se encontravam na violência. O Estado esse age do monopólio da violência física e simbólica tinha seus tentáculos enraizados no espaço garimpeiro o seu mau funcionamento correspondia em instituições em decadência como a delegacia que:

[...] era uma casa comum só que um pouco mais graúda do que as outras do lugar, não possuía reboco nas paredes e o madeirame uma lástima, com goteira pra todo canto, o oitão despencando no piso de chão batido; os caibos e ripas também caindo, poie era toda em madeira branca, de meia parede; fedia a bastante mofo; e nela se podiam ver centenas e centenas de morcegos [...] ratos se misturando às baratas e mexendo em tudo que via pela frente [...] (MOREIRA FILHO, 2010, p. 150).

Além desse quadro triste em que o Estado deixava o sertão garimpeiro a violência policial naquele período era corriqueira, de caminho contrário à lógica da segurança, “quanto mais PMs havia no Oco do Mundo, mais crimes horripilantes existiam” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 152). Com homicídios simplesmente para “limpar o cano da arma ou regular a mira do fuzil” (MOREIRA FILHO, 2011, p. 102). Quando policiais do sul de Goiás cometiam violência ou desavenças políticas, a instituição tendo conhecimento da situação destinava essas pessoas de condutas violentas para a região longínqua do centro como uma forma de punição, mas na verdade tornava-se um “lugar ideal para essa corja de gente ordinária, afoita e criminosa” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 149).

Outro fator social, econômico e histórico no sertão garimpeiro era a composição desses policiais que fizeram a instituição: eram pessoas que lidava com a vida em outras atividades, pois sobreviver no sertão garimpeiro era uma lida difícil. Assim, “restava aos mesmos o garimpo, o trabalho no eito, a lide de barqueiro, remeiro ou vaqueiro ou então o serviço de proteção aos fazendeiros, pegando em armas. Diante das poucas opções, o trabalho na polícia militar era uma escolha possível” (LUNC-KES, 2014, p. 15).

A violência policial imperava nas pessoas mais humildes do lugar, os pobres garimpeiros “com cassetetes pra esquentar as costas de bêbado, [...] tesoura pra cortar cabelo de ladrão de cavalos [...] palmatória pra surrar a molecada [...]” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 150). Ao passo que se dava com os jagunços e coronéis do sertão garimpeiro, as ações policiais diminuía ou ficavam mais intensas. Pois nas próprias palavras do literato é possível identificar essa celeuma:

Muitas vezes, o Oco do Mundo acordava em clamores horríveis, com brados e gemidos feios, com gente correndo feito doido com medo de bala pipocando em volta da Delegacia de Polícia; era a cabroeira do Zé Bento da fazenda Olho d'Água pondo pra quebrar, matando soldado, surrando, arrancando a farda e desferrando a alma!... (MOREIRA FILHO, 2010, p. 154).

A narrativa segue:

Coragem de ir à Fazenda Olho d'Água de Coronel Silveira os praças nunca tiveram; eles não eram nem doidos pra ligar aquele jipe sem capota pras bandas de lá, uma que nem estrada possuía, [...] E se fossem de tropa, [...] sangue ia lavar naqueles sertões bravios de ermos e gerais [...] Eles não eram bestas pra isso [...] Gostavam mesmo era de tirar uma de valente com bêbado, ladrão de cavalos, rapariga, cego e criança [...] (MOREIRA FILHO, 2010, p. 155).

O sertão garimpeiro é um lugar rico com cristais, a forma da terra, que quando chove os cristais e outros minérios ficam à mostra “que iam rolando ao capricho das enxurradas” (BRASILIANSE, 1960, p. 16) revelando a riqueza do espaço transformando-se em uma atividade econômica concentrada nas mãos das poucas pessoas, pois “ninguém julgava que naquele cu-do-mundo morassem pessoas ricas, abastadas, conterrâneas de Coronel Silveira, da fazenda Olho d'Água; outras vindas do aranhão, Piauí, Bahia” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 38) e por meio da explicação da mão-de-obra e até mesmo pelo derreamento de sangue, quantas terras não foram conquistadas na boca de uma espingarda cartucheira¹, de uma “carabina winchester ou rifle americano [?] que fora dos garimpos valem uma fortuna” (AUDRIN, 1963, p. 13. Grifo meu)

1 Armas artesanais em que os sertanejos da região fabricavam com ferros e até mesmo com elementos da terra, o salitre para pólvora. (AUDRIN, 1963, p.13) e também que observou essa feição foi Euclides da Cunha em Os sertões que “o salitre, apanhado à flor da terra [...] o enxofre [**dando**] explosão perfeita” (CUNHA, 1975, p. 240. Grifo meu)

A cor do dinheiro dos barões de bucho cheio é vermelha de sangue, por meio das dores, suores e lágrimas das lidas por horas afins no eito do campo e da lida da garimpagem. A vida garimpeira mesmo sendo uma incumbência penosa alguns conseguia ascender socialmente, talvez pela sorte, gerando um “novo poder econômico, nascido das fortunas feitas do garimpo” (KOTSCHO, 1984, p. 08), originando as novas castras dos rincões do norte goiano e hoje do Tocantins.

O CRISTAL COMO FORÇA TELÚRICA NO SERTÃO GARIMPEIRO

A Terra tem seu próprio corpo em diversas matérias; no líquido, gasoso e sólido. É no estado sólido que cristal de quartzo é construído pela matéria da própria Terra, conhecido popularmente pelos garimpeiros e seus pares no sertão como cristal-de-rocha². O cristal se move com a Terra, ele faz parte da sua composição. No imaginário social ele queima a terra, faz uma veia de fogo. Essa narração é verossímil a Éric Dardel (2015) ao dizer que a Terra “é um acontecimento em si próprio” (DARDEL, 2015, p. 56). É nesse acontecimento que o garimpeiro busca loucamente essa rocha que abre possibilidades em sua vida. O cristal também movimenta as lendas do sertão garimpeiro, os sonhos, as riquezas, os devaneios, essa busca e o cristal intensificam as relações entre as pessoas do sertão garimpeiro que “envolve e penetra os sentidos de doçura e de luz” (DARDEL, 2014, p. 05).

2 A composição do cristal de quartzo é composta por “um arranjo ordenado de átomos ou moléculas que constituem”, isso explica suas faces planas, estrutura que pode ser de inúmeras maneiras. (GROTZINGER & JORDAN. 2006. p. 286)

O cristal é um dos elementos primordiais da vida do sertão garimpeiro; ele está em vários lugares em diferentes proporções, mas por hora e outra misturam-se e proporcionando as semânticas humanas em símbolos e mitos. O cristal movimenta e altera o cotidiano do garimpo a aproximando o homem com a Terra.

O sertão garimpeiro é por excelência uma força aluciante pela sobrevivência em meio à dialética da vida em que várias pessoas “vindos de diversas partes do Brasil para se aventurar nos manchões da região” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 82), produzindo “escavações desenfreadas” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 52) na busca pelo cristal, para fugir da dor da fome, fazendo com que “a realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens” (DARDEL, 2015, p. 34).

Neste sofrimento dentro do garimpo, o cristal que se torna “cumplice dos designíos do homem [...] e exerce sobre o homem uma atração que chega à fascinação” (DARDEL, 2015, p. 21). Desperta o desejo no “homem [de] cavar o seio firme do chão, cavar a virgindade da terra garimpeira em busca do tesouro. Cavar!... Cavar!... Cavar!...” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 155). A enxada e a picareta vão adentrando na terra remexida ou virgem a cada movimento o desejo de sair do reino de miséria em que a fome é rainha sendo:

[...] um problema tão velho quando a própria vida
[...] que põem em jogo a própria sobrevivência
da espécie humana, a qual para garantir sua
perenidade tem que lutar contra as doenças
que assaltam [...] dia a pós dia, encontrar o que

comer. [...] nesse velho combate contra esta praga permanente, o homem conseguiu apenas uma vitória e precária (CASTRO, 1959, p. 11).

É para buscar amenizar a dor da fome e buscar riqueza que o pobre e miserável garimpeiro desenvolve o fascínio do cristal fazendo uma busca incansável, no qual Éric Dardel nos ajuda a entender essa relação, pois a “cada golpe da enxada [e picareta] representa uma ferida feita na Terra”. (DARDEL, 2015, p. 63). A ferida na Terra possibilita certezas nas incertezas, esperanças, horizonte, “onde suor, medo, preguiça, jogatina, crime, cachaça e fumo-de-rolô se misturavam à terra” (MOREIRA FILHO, 2010, p. 45).

Embragado pelo cristal e movido pelo desejo de enriquecimento fácil o Dionísio Garimpeiro presente na obra, foi um desses sujeitos jovens, vindo do Rio Grande do Norte “um homem alto, robusto, cabelos brancos nas têmporas [...] onde havia deixado mulher e filhos” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 149) para o sertão garimpeiro em busca de fortuna. Bastante disputado por mulheres do sertão respeitado por todos com poder e dinheiro vivia a perambular pelas veredas garimpeiras:

[...] foi um homem sortudo, desde o início da exploração do quartzo por aquelas bandas, esteve sempre entre os maiores afortunados, possuía vários barrancos e crateras, com dezenas de frentes de serviço funcionando ao mesmo tempo, de fato, eram bambúrrios em cima de bambúrrios. (MOREIRA FILHO, 2017, p. 150)

Dionísio foi garimpeiro e faisqueiro³, dono de várias catras⁴; por entender os códigos do sertão garimpeiro conseguiu dinheiro e poder, bamburrou⁵ várias vezes, mas tropeçou na vaidade e não soube “fazer uma pequena economia” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 150) gastando tudo em festas, ele como na maioria dos garimpeiros pensava que o cristal era o próprio dinheiro. Se o dinheiro acabasse era só ir no sertão sangrar e ferir a terra, cavar e buscar mais dinheiro e assim multiplicando as metáforas da vida em sua realidade.

[...] de vez quando, alugava pequenas aeronaves, os chamados teco-tecos, [...] para ir gastar toda a grana de um bambúrrio maiozinho, à toa, lá na Lapa, no bairro boêmio do Rio de Janeiro, onde fechava uma casa de diversão, um cabarezinho qualquer, bem fuleiro e o pau quebrava, com muita quenga, bebida e música, tudo por sua conta e, ainda levava em sua companhia dois,

-
- 3 Conhecido também como campangueiro e atravessador, os sujeitos como fazendeiros, comerciantes, garimpeiros que compra e vende os minerais, neste caso os cristais também eram financiados por empresas que mandavam seus representantes para o sertão garimpeiro.
 - 4 Entendida por muitos como barranco é um pequeno ou grande lugar em que o garimpeiro cava em busca do cristal, dentro dela, ele mora, carrega suas ferramentas passa horas, dias semanas, meses e até anos em busca do cristal. A mesma pode ser feita nos ermos do sertão ou dentro das fazendas dos grandes proprietários, coronéis e políticos que cobram uma porcentagem dos garimpeiros quando não, financiavam os garimpeiros que ficava “presos ao dono do barranco” (KOTSCHO, 1984, p. 18). O barranco ou a catra é um espaço heterogêneo, existem aqueles que têm um poder econômico mais elevado e tem bomba de água movida a óleo diesel para cavar com a força da água a terra em busca do cristal, já outros na busca do cristal têm como ferramenta uma picareta, pá e seus braços (mão-de-obra). Esse labor na crata faz simbolizar, segundo o jornalista Ricardo Kotscho, “as mesmas técnicas usadas pelos escravos que trabalhavam nas minas do século 18” (KOTSCHO, 1984, p. 41).
 - 5 É um termo utilizado para dizer que ganhou dinheiro com o achado do minério, aqui o cristal e diamantes na região quem gerava o recurso.

três até quatro amigos. A boemia lá do Rio [Rio de Janeiro] era exagerada! Só retornava a Dueré quando gastava todo o dinheiro, até o do cigarro (MOREIRA FILHO, 2017, p. 150. Grifo meu).

É no período entre as décadas de 1940 a 1950 que o cristal estava no seu auge e estava com um ótimo valor de mercado; o garimpo chegava em sua bela época. Neste momento em que o garimpeiro Dionísio decide investir todas as suas economias, a sua vida na crata do sertão garimpeiro. O brilho do cristal ofuscava a íris humana “fretou um teco-teco [avião] para o Rio Grande do Norte, juntou tudo o que havia recebido a título de herança deixada pelos pais.” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 151).

Aplicando todas as suas economias na catra do garimpo, ele esperava dela retirar o dobro do que foi gasto. Ao passar das horas, dias, semanas e meses as despesas foram surgindo e cada vez maior com os garimpeiros que trabalhavam para ele, na manutenção do motor para escavar e retirada da água que brotava do lugar. Dionísio sentia o pesar do bolso, os cristais que apareciam não davam se quer para manter o maquinário, então decidiu vender seu barranco para o valor abaixo do estipulado pelo mercado garimpeiro para outro faiscador. Após a venda do barranco para João Quitéria o (in)esperado aconteceu, o bamburro:

O cristal de rocha brotou nos fundos da cratera, a luminosidade doía à vista dos garimpeiros de toda aquela região garimpeira, com pedras enormes, que eram lavadas e transportadas em três carros de boi e quatro juntas, para depósito

da cidadezinha de Dueré, com forte esquema de segurança. (MOREIRA FILHO, 2017, p. 152).

Talvez pela sorte ou pelo conhecimento geográfico em que muitos obtiveram pelas vivências na região, pois o garimpeiro, sem nunca ter frequentado a universidade, tornou-se o geólogo da Terra, através dos olhos, pelas mãos, pelo corpo, por estar todos os dias no labor, no centro do espaço geográfico. De certo, é que João Quitéria que veio da Bahia “ficou milionário e famoso de um dia para o outro” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 152), enquanto Dionísio caiu em desgraça, veio da fama para infâmia.

Seu desespero e loucura vieram à flor, no sertão gritava abertamente para todos ouvirem: “cavei o meu próprio abismo e me enterrei” (MOREIRA FILHO, 2017, p. 154). Seu grito evoca o desespero, a desilusão e talvez o acordar de um lugar que tem espaço social só para quem já detém os meios econômicos, simbólicos e políticos. Cavar é fazer sua sepultura para morrer biologicamente e socialmente aos poucos em “Oco do Mundo”.

Figura 1: Dionísio Garimpeiro em desgraça.



Fonte: RIMUALDO, Brendon Husley Rodrigues. (nov, 2021)

Desgraças para Dionísio e sorte, fortuna para João Quitéria: a fortuna e a miséria andam juntas, enquanto alguns queriam ir embora daquele lugar ou ficavam presas por não conseguirem mais sair, Juarez Moreira Filho percebe essa dialética no personagem Dionísio, pois é aquilo que Raymond Williams chama de estrutura de sentimentos ao percebemos as mudanças e começa a “examinar seu centro em se possível além de seus limites” (WILLIAMS, 1979, p. 130) mesmo estando “todas as complexidades conhecidas, as tensões experimentadas, desvios, e incertezas, as formas intrincadas da desigualdade e confusão” (WILLIAMS, 1979, p. 132) e ao mesmo tempo não sendo fixa, com a chegada das notícias, das outras pessoas, esse sentido, neste caso, o sertão,

sempre vai está em constante transformações. Assim foi como, por exemplo, as notícias que:

[...] a repercussão da fortuna encontrada no bambúrrio, de repente, pelo garimpeiro João da Quitéria foi enorme, monstruosa, antes nunca vista. Pois chegou gente, exploradora de preciosidades, de todas as procedências para o garimpo do Mofo, em Dueré. Esses esperançosos chegaram aos milhares, com suas tralhas às costas, principalmente dos garimpos mais próximos como os da Chapada, Itaporé, Piaus, Monte Santo, Pequizeiro e Chiqueirão²⁸ (MOREIRA FILHO, 2017, p. 155).

E assim vai se fazendo a dialética do garimpo, fortunas para alguns e desgraças para outros “toda ilusão tem seu fim” (TONINI, 1959, p. 39). Portanto, o garimpo de cristal-de-rocha vai permeando os meandros sociais na região dos vales do

Araguaia e Tocantins, no sertão das águas. O garimpo proporcionou dor e felicidade, tristeza e vida e morte, uma luta perene corriqueira contra a fome até o seu final na década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão garimpeiro foi mais um elemento cultural que deixou marcas na identidade do antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins. Um lugar em que as relações de poder estavam exclusas nas mãos de poucos, ou seja, um jogo de quem ganhava

muito era apenas poucos, enquanto a maioria das pessoas do sertão estavam jogados aos limbos sociais.

Uma vila que estava em presente estado, mas que o mesmo não lhes dava um pouco de dignidade, as instituições em decadência, a violência corriqueira e estruturante no lugar, o medo e a ignorância também estavam naquele espaço geográfico. Além da violência estruturante no cotidiano, a exploração vigente entre os garimpeiros.

A fome reinante naquele lugar e mesmo assim o cristal tornou-se uma alternativa, que pela sorte ou não buscavam sair daquele quadro babélico de miséria em que viviam já que o Estado não liga e apenas exerce a sua violência por excelência nesse país.

A vila que se tornou cidade e o Estado do Tocantins hoje o mais novo da nação com um milhão e meio de habitantes em que desses meio milhão hoje vivem na pobreza, garimpendo entre os lixos das cidades, da capital. São as forças do garimpo que originaram famílias nos rincões que mandam e desmandam na política regional e Estadual.

A literatura com a história e a geografia trazem a reflexão e inquietação do passado como presente em que se tem a fome batendo a porta, o abandono do Estado e a desigualdade avassaladora, o surgimento de novos garimpos na região do Amazonas significando que as pessoas estão desesperadas em busca do pão-de-cada-dia.

REFERÊNCIAS

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. 1ª ed. Editora: Livraria José Olympio. 1963. 205p.

- BRASILIENSE, Eli. **Piúm**: nos garimpos de Goiás. 2ªed. São Paulo. Editora: EDIGRAF Ltda. 1960. 164p.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. 2920p.
- CUNHA, Euclides da. **s Sertões**. Campanha de Canudos. 33 ed. São Paulo: Círculo do Livro. 1975. 489p.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015, 159p.
- GROTZINGER, Jonh & JORDAM, Tom. **Para Entender a Terra**. Tradução: Iuri Duquia Abreu. 6ª ed. São Paulo. Editora: Bookman. 2013. 768p.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. 1ª ed. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio. 2016. 259p.
- KOTSCHO, Ricardo. **Serra Pelada: Uma ferida aberta na selva**. 1ªed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984. 106p.
- LUNCKES, Mariseti. C. S. **O norte Goiano: Diferentes sujeitos, diferentes histórias**. 2014. 14- 24p. In: MANIERI, Dgmar; LUNCKES, Mariseti. C.S. (org). **A História e seu Campo de pesquisa: Diálogos e perspectivas**. 1ª ED. Editora CRV. Curitiba. 2014. 191p.
- MANIERI, Dagmar; LUNCKES, Mariseti C.S. **A História e seu Campo de Pesquisa**. Editora CRV. Curitiba, 2014. 187p.
- MEDEIROS, Olivia Macedo Miranda de. **A ficcionalização dos sertões: discursos poéticos sobre vales dos rios Araguaia e Tocantins**. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.333p.
- MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de sangue: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930**. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 281p.
- MOREIRA FILHO, Juarez. **Oco do mundo**. 3ªed. Goiânia: Bandeirante. 2010. 252p
- _____, **Tipos de Rua**. 3ªed. Goiânia: Bandeirante. 2010. 158p.
- _____, **Tipos populares**. 1ª ed. Goiânia: Pé de Letras. 2017. 261p.
- PALACÍN, Luis Gómez. **O coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O padre João e as três revoluções de Boa Vista**. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 1990. 255p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ªed. São Paulo. Editora Autêntica. 2014. 129p.

POMBO, Olga. **A interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular**. Lisboa. Texto. 1993. 96p. Disponível em: < http://biblioteca.esec.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?Database=10200_GLOBAL&SearchText=AUT=%22Pombo,%20Olga%22 > Acessado 04. nov. 2021.

_____, Olga. **Práticas interdisciplinares**. Porto Alegre. Texto. 2006. 208-249p. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf> > Acessado 04. nov. 2021.

RANGEL, Alberto. **O Inferno Verde**. 2ª ed. São Paulo: TYPOGRAPHIA E. ARRAULT & Cia. 1920. 283p.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **Roteiro do Tocantins**. 3º ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora. 1987. 257p.

_____. **O rio dos Tocantins**. 2ºed. Edição de Alexandre Acampora. Palmas (TO). 2001. 114p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. 420p.

TONINI, Padre Quinto. **Dom Orione: entre diamantes e cristais- cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do norte de Goiás-Brasil**. 1ºed. Tradução: Terezinha de J. Nóbrega Foli. Escrito e datilografado em Montevidéu- Uruguai.- Fortaleza Ceará. Editora: Expressão Gráfica. 1959. 233p.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. 1ª ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1979. 215p.

CULTURA DEMOCRÁTICA, DIREITOS HUMANOS E CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL

**MARTHA VICTOR VIEIRA
ELI DA SILVA DUARTE**

INTRODUÇÃO

A chamada redemocratização do Brasil é um processo recente, inaugurado com a chamada Nova República e o fim do Regime Militar (1964-1985). Os brasileiros, especialmente após 1980, começaram a retomar e a fortalecer a cultura política democrática. Os movimentos sociais mantiveram suas demandas por terra, moradia e trabalho, mas também passaram a apoiar a inclusão de novos direitos para as minorias sociais.

Cultura política, em termos gerais, se define como formas de agir, pensar e representar questões concernentes à política, no sentido ampliado, que vai além do aparato estatal, havendo em uma dada sociedade mais de uma cultura política, sendo uma predominante. Nas palavras de Giacomo Sani (2000, p. 306), a cultura política designa “um o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.

Na sociedade brasileira, nota-se que a maioria dos cidadãos e cidadãs é produtora e reprodutora de uma cultura política patrimonialista e liberal, que prima pelos interesses privados ou tem viés conservador, remontando às práticas do contexto colonial. Esse conservadorismo dos brasileiros torna muitos deles propensos a aderirem às atitudes, discursos, projetos e lideranças autoritárias, que são legitimadas por meio das eleições.

O ranço autoritário deve-se à juventude do sistema democrático, haja vista que somente a partir da abertura política, iniciada lentamente, com avanços e recuos, a partir de 1974, é que se nota um fortalecimento da democracia no Brasil, que foi estimulada pela pressão externa e interna em prol do respeito aos direitos humanos. O fim do Ato Institucional n. 5 (1978), a Lei da Anistia (1979), o retorno do pluripartidarismo o fortalecimento dos movimentos sociais dos trabalhadores e a demanda pelas eleições diretas são indícios do enfraquecimento do autoritarismo e do reconhecimento por parte do próprio governo militar que era preciso promover a transição para democracia pelo alto e de forma negociada.

Com as garantias jurídicas asseguradas na Constituição de 1988 começou a ganhar mais força a crítica às violências institucionais e às restrições de direitos ocorridas entre 1964 e 1985. Como diz Norberto Bobbio (1992, p. 27): “são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático” e, ao mesmo tempo, “é necessário certo poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais”.

A adesão aos valores democráticos, de certo modo, combate a cultura do medo, abre espaço para as denúncias e

reivindicações de direitos e reparações, e estimula os agentes a demandarem aos governos medidas jurídicas e políticas. Ações políticas em prol dos direitos humanos foram realizadas, com mais ênfase, a partir dos anos de 1990, sendo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, com o lema de direito à memória, à justiça e à verdade. O reconhecimento dos erros passados e a crítica pública e declarada ao silêncio institucional contribuíram para que as chamadas “memórias subterrâneas”, como diria Pollack (1989), viessem à tona e fossem reveladas pela Comissão Nacional da Verdade.

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E AS COMISSÕES DA VERDADE

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta dois objetivos para a justiça de transição em defesa dos direitos humanos. O primeiro consiste em trabalhar com as violações dos referidos direitos, buscando justiça para as pessoas que sofreram violências físicas ou perda de seus entes queridos. O segundo é oportunizar a reconciliação, a democratização e a paz entre os povos. No sentido da reconciliação, essa estratégia de ação política, jurídica e social tem a função de não permitir que atos violentos do passado voltem a se repetir na sociedade. Isso pode até propiciar o fim de uma disputa histórica entre dois grupos políticos antagônicos, mas não tem como significado o perdão dos algozes que praticaram violências e torturas, deixando-os impunes (MEZAROBBA, 2007).

O primeiro objetivo da justiça de transição proposto pela ONU, que é promover a justiça para as pessoas que sofreram as violações, é um tema um tanto complexo, levando em conside-

ração que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) não tem a competência jurídica para punir e sim apontar caminhos para a reparação, dependendo do Poder Judiciário para executar ações de julgamento contra os indivíduos ou instituições que infringiram a lei e violaram os direitos humanos.

Para Remígio (2009), mais importante que identificar os autores e puni-los, é função da CNV dar voz às pessoas que sofreram com estes conflitos para diminuir os traumas dessa memória, apontando para a sociedade a história de dominação estatal em que estiveram presos com a finalidade de evitar que, no futuro, venham surgir outros eventos que aflijam a humanidade e violem a democracia.

Garrido et. al. (2016) acreditam que as comissões da verdade na América Latina sejam um mecanismo na justiça de transição, instaladas em mais de dez países em busca de rememorar a história das violações dos direitos humanos. A ONU (Organização das Nações Unidas) reconhece a necessidade de que a comissão da verdade colabore com a sociedade no reconhecimento de uma história submersa ou negada, fazendo surgir vozes e histórias das vítimas que foram escondidas durante décadas por um poder estatal autoritário, e que esta rememoração impeça futuras violações dos direitos humanos.

O que dificulta a instalação de uma comissão da verdade e faz com que o processo seja prolongado é o contexto político. Os grupos dominantes nem sempre possuem predisposição de criarem mecanismos que possam prejudicar os seus interesses. No caso do Brasil, entendemos que as propostas da CNV trazem às claras as memórias submersas das violações dos direitos humanos, sobretudo durante o Regime Militar. Embora as ações da CNV

sejam limitadas, elas são importantes para que se realizem ações por danos causados e reparação de injustiças.

A CNV E O DESTAQUE À VIOLÊNCIA CONTRA CAMPONESES NO PARÁ¹

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi oficialmente criada em 2011, mas a reivindicação de sua instalação remonta a um longo processo iniciado a partir de 1989, com a homologação da Constituição de 1988. Um dos compromissos assumidos com a abertura política era a criação de mecanismos que investigassem os crimes políticos cometidos nas décadas anteriores. O ano de 1993 foi um marco importante nesse processo, porque foi quando o então chanceler brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, convidou vários agentes públicos e representantes da sociedade civil pelos Direitos Humanos, com o objetivo de criar uma agenda nacional para ser apresentada no mesmo ano junto à Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990 (BRASIL, 2014).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente entre os anos de 1994 e 2002 e realizou várias ações de promoção dos direitos humanos, entre as quais: 1) a proposta de alteração da Lei nº 4.319/64, que normatizou o Conselho dos Direitos de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH); 2) a criação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), aprovada pela Lei nº 9.140/95; 3) a aprovação da Lei nº 9.299/96, que transferiu para a justiça

1 ¹ Parte deste tópico foi publicado, originalmente, de forma mais detalhada em: (VIEIRA; DUARTE, 2020)

comum a competência sobre os homicídios dolosos cometidos por policiais militares; 5) a lei 9.455/97, que tipificava, como crime, a tortura. Ademais, criou o Programa Federal de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), através da Lei nº 9.807/99. Ainda como ação do governo de FHC, temos a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, instituída pela Medida Provisória 37, em 08 de maio de 2002 e aprovada pela Lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002 (GONZALEZ, 2010).

Durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, várias legislações permitiram o avanço dos direitos dos cidadãos, tais como: a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, vinculados diretamente à Presidência da República. No mesmo ano, foi aprovada a lei nº 10.678/03, que criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GONZALEZ, 2010).

Em 2009, conforme estava previsto anteriormente, foi feita a revisão do PNDH (Plano Nacional de Direitos Humanos), criando o documento PNHD III com objetivos que favoreceram a formação da CNV. Foram propostos seis eixos orientadores que determinavam ações relacionadas aos direitos humanos, entre estes está o Eixo VI, com o título *Direito à Memória e a Verdade*, que tinha como objetivo principal investigar o passado na construção da memória coletiva e trazer à tona as torturas e outros crimes cometidos durante o período de 1946 a 1985. A impossibilidade de acessar os acervos que possuíam as memórias do Regime Militar dificulta que os familiares dos mortos e desaparecidos possam conhecer os crimes do

Estado brasileiro, cometidos durante a Ditadura (BRASIL, PNDH, 2009, p. 170).

Em dezembro de 2009, aconteceu a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, na qual se reuniram 1.200 delegados representantes de conferências estaduais, que vieram atender uma convocação do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, que presidia a Secretaria de Direitos Humanos, para participar da atualização do PNDH III. A partir desta reunião, indicou-se a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com objetivos de investigar as memórias sobre as violações de direitos humanos (BRASIL, 2014, p. 20).

No dia 13 de janeiro de 2010, influenciado pela pressão popular como também pelas pressões internacionais, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar o anteprojeto de lei para criação da CNV. O grupo foi dirigido por Erenice Guerra, secretária executiva da Casa Civil, com participação de Paulo Tarso Vannuchi, secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, e Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, além de Vilson Vedana, consultor jurídico do Ministério da Defesa; Marco Antônio Rodrigues Barbosa, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) do Governo Federal; e Paulo Sérgio Pinheiro, representante da sociedade civil (BRASIL, 2014, p. 20).

O resultado dos trabalhos deste grupo culminou no projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional, em maio de 2010. Depois das tramitações legais, em 18 de novembro de 2011, a lei nº 12.528 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. O Colegiado da CNV instituiu parcerias com Comissões da Ver-

dade nos Estados e municípios, com Universidades, sindicatos e a Ordem dos Advogados do Brasil (BRASIL, 2014).

Tendo como lema “Memória, verdade e justiça”, a Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi composta por sete pessoas indicadas pela presidência da república: Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos (BRASIL, 2014, p. 21).

A primeira Resolução da CNV instituiu um Regimento Interno, estabelecendo diretrizes para sua organização. Em julho de 2012, foi definido três subcomissões temáticas sendo de “pesquisa, geração e sistematização de informações”; de “relações com a sociedade civil e instituições”; e a de “comunicação externa”. Em dezembro de 2012, foram criados treze grupos de trabalhos que passaram a desenvolver as pesquisas. Os grupos foram segmentados pelos seguintes campos temáticos: ditadura e gênero; Araguaia; fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; ditadura e sistema de justiça; ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; estrutura de repressão; mortos e desaparecidos políticos; graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; papel das igrejas durante a Ditadura; perseguições a militares; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e o Estado ditatorial-militar (BRASIL, 2014).

Os trabalhos executados no interior da CNV pelos grupos temáticos intitulados “Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas” e “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical” produziram relatórios com dados muito relevantes. No relatório produzido por esses dois grupos da CNV, as regiões do sul e sudeste do Pará aparecem destacadas como uma espécie de “terra sem lei”. Ao que tudo indica, esse fato deve-se a baixa densidade demográfica e a dificuldade de o Estado controlar esse território, o que contribuiu para a escolha desse local para a criação da Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre o final de 1960 e primeira metade de 1970.

Sobre as violações dos direitos dos camponeses, a CNV contou com os trabalhos da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). Desde a fundação da CNV, foram criadas outras comissões da verdade e comitês de memórias, verdade e justiça, com atuação em vários estados e municípios brasileiros. A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) surgiu a partir de um Congresso denominado como Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Esse Encontro, realizado em Brasília, em 2012, reuniu, na sede da Comissão Nacional dos Trabalhadores (CONTAG), milhares de camponeses, representando em torno de quarenta organizações e movimentos ligados à luta pela terra e por territórios. Além disso, esse encontro reuniu pesquisadores, professores, lideranças de movimentos sociais e gestores públicos. O relatório apresentado por este grupo à CNV motivou a criação da CCV, através da Resolução nº 5/2012.

No período de 1946 a 1988, a Comissão Camponesa da Verdade encontrou referência a 1.196 assassinatos em todo o

Brasil, sendo 75 sindicalistas, 14 advogados, 07 religiosos, 463 lideranças de lutas coletivas e 43 camponeses. De acordo com o relatório, no período acima citado, o Estado do Pará se sobressai devido a alta taxa de violação aos direitos humanos, sendo neste território identificado o maior número de mortes de camponeses, sobretudo na Região sul e sudeste (BRASIL, 2014). Esse número tem relação com a Guerrilha do Araguaia, que impactou, de forma direta e indireta, a maior parte dos moradores. Contudo, há estudos que indicam que a intensificação dos conflitos agrários e morte de camponeses não está diretamente ligada ao período da Guerrilha, mas sim ao discurso pós-Guerrilha, no sentido de que os “subversivos comunistas não voltassem se organizar na região” (BARBOSA, 2016 p.43).

Ademais, a violência ocorrida no Pará tem relação com a expansão da agropecuária e ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, que levou ao aumento dos conflitos entre camponeses e os grandes latifundiários. De acordo com a narrativa da CNV, os referidos conflitos provocaram violências com a conivência ou ausência de agentes representantes do Estado, como se pode notar no fragmento abaixo:

Nos momentos de conflitos que antecedem o crime cometido contra o lavrador B. M. C., o Estado estava plenamente ciente do que se passava e participou diretamente de algumas violações, como o despejo sem mandado, foi omissivo e incapaz de evitar o assassinato do lavrador e, posteriormente, incapaz de investigar e punir os responsáveis. Funcionários do GETAT exerceram papel de mediadores, mas se mostraram inconstantes e frágeis para lidar com

a situação[...]. O crime foi cometido com extrema brutalidade (o corpo do camponês tinha 140 tiros, olhos furados com faca, pescoço quebrado), houve testemunhas oculares, mas ainda assim ficou impune. O Poder Judiciário atesta não encontrar inquérito, enquanto houve inclusive ordem de prisão preventiva aos acusados (BRASIL, 2014 p.b, 226).

O teor desta e de outras narrativas que constam no relatório da CNV demonstra que a população camponesa do Pará sempre viveu ameaçada e tinha acesso restrito à justiça, devido à fragilidade das instituições do Estado na região. Este entendimento pode ser inferido a partir dos testemunhos de camponeses, bem como nos relatos de advogados e missionários que atuaram em defesa dos direitos desses trabalhadores. São depoimentos prestados por familiares das vítimas, que continuam resistindo e sobrevivendo, e tiveram a possibilidade de falar à Comissão Camponesa da Verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na trajetória histórica sobre o processo da criação da CNV considera-se que vários foram os fatores que influenciaram a sua instalação, entre eles a pressão internacional, somada à abertura democrática e a luta por direitos humanos travada pelos agentes ligados à sociedade civil organizada no Brasil.

Todavia, como afirma Lucas Pedretti (2017), em artigo publicado na Revista do Arquivo, a CNV teve um papel limitado porque excluiu grupos sociais das investigações e também não

teve poder punitivo. Apesar dessas limitações, pode-se dizer que CNV teve um sucesso por, ao menos, dado visibilidade a testemunhos que tinham ficado silenciados do público durante décadas por temerem a represália e por se sentirem desamparados pelo Estado.

O fortalecimento da cultura política democrática, que foi conquistada pela pressão de vários agentes sociais (partidos, movimentos sindicais, imprensa etc.) contribuiu para romper com o silêncio. Os esforços dos governantes e bancadas partidárias, que se engajaram na defesa da democracia, da justiça social e da liberdade, corroboraram sobremaneira para possibilitar a implantação da CNV. Outro ponto importante foi a luta das famílias dos desaparecidos, que reclamavam, incessantemente, o corpo dos seus entes para realizar um funeral digno, bem como o direito de conhecerem a verdade dos acontecimentos desses tempos sombrios da história recente brasileira.

O destaque dado ao Estado do Pará, no tocante ao número de violação aos direitos humanos, nos faz inferir que o grande interesse econômico pelas terras do sul e sudeste do Pará pelos grandes produtores rurais brasileiros possa ter influenciado o elevado índice de conflitos agrários neste Estado.

O território paraense, com base no pensamento de Milton Santos (1999), pode ser considerado um “território opaco”, devido à baixa densidade demográfica e ao pouco desenvolvimento urbano e industrial, que corrobora para dificultar ainda mais o acesso à justiça por parte da população que reside no campo nesta região, e que em alguns casos são vistos como um obstáculo para os grandes fazendeiros.

Para a população residente nesses “territórios opacos”, a percepção de um Estado com direitos iguais para todos está muito distante das experiências árduas e muitas vezes violentas com as quais convivem diariamente. Mas ter expectativas de direitos e liberdade para reivindicá-los é sempre melhor do que viver em um governo autoritário, por isso precisamos continuar fortalecendo e valorizando a cultura política democrática, e demandando maior inclusão e menos desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de História na região do conflito**. 2016.158f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2016.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. PNDH. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2019. Disponível em: < <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>>. Acessado em 30/10/2001.

_____. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014, 976 p.

GARRIDO, Ayra Guedes. PARREIRA, Carolina Genovez. CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Pelos Caminhos da Verdade: Uma Análise sobre as Experiências de Comissões da Verdade na América Latina**/Amy Jo Westhrop – Rio de Janeiro: ISER, 2016.<https://www.iser.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/pelos_caminhos_da_verdade.pdf> Acessado em: 20/04/2021.

GONZALEZ, Rodrigo Stunpf. A política de promoção aos direitos humanos no governo Lula. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 107-135, jul.-dez., 2010.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. **O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-

- Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos) - Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 470f. São Paulo, 2007.
- PEDRETTI, Lucas. FORUMVERDADE.UFPR. **Comissão Nacional da Verdade faz balanço positivo de 2012**. Paraná, 2012. Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2012/12/31/comissao-nacional-da-verdade-faz-balanco-positivo-de-2012/>>. Acesso em: 15/04/2020.
- POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. Democracia e Anistia Política: rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma Justiça de Transição. p. 196. **Revista de Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 1., Brasília, Ministério da Justiça, 2009.
- SANI, Giacomo. **Cultura política**. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 306-308.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- VIEIRA, Martha Victor. DUARTE, Eli da Silva. Cultura Política, Direitos Humanos e a Violência Contra os Camponeses do Pará nas Narrativas da Comissão Nacional da Verdade. In: **Revista Temporis [Ação]** (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 20, n. 2, p. 1-20, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11101>. Acesso em: 20.jul. 2021.

O CINEMA E A PRODUÇÃO DE PAISAGENS:

A IMPORTÂNCIA DA FOTOGRAFIA E
DO USO DAS CORES NA CONSTRUÇÃO
DE REPRESENTAÇÕES SOBRE
REGIÕES E PAÍSES PELA INDÚSTRIA
CINEMATOGRAFICA ESTADUNIDENSE

PLABIO MARCOS MARTINS DESIDÉRIO
MARLON MARQUES PINHEIRO DE MELO

INTRODUÇÃO

Este estudo almeja uma análise sobre as paisagens presentes nessa linguagem em recortes de películas que contextualizam pessoas e lugares não estadunidenses. Nesses filmes, países como o México, Índia, Bangladesh e Somália são exibidos num exagero de tons amarelos obviamente não naturais, que são tomados como uma convenção estética pelos produtores, mas que aliados a estereótipos adquirem um significado político de marcação de diferença. Para tanto, fundamenta-se a análise no pensamento de Cosgrove (1984/1993/2008) e Hall (2016), dentre outros autores que estudam paisagens e o cinema.

Embora existam várias produções fílmicas inseridas na lógica de produção, marketing e distribuição do cinema de Hollywood que façam uso dessa convenção estética em narrativas ambientadas em países estrangeiros, aqui focamos o olhar sobre filmes em que as cores são utilizadas para transmissão de significados

específicos e se tornam estereótipos, como o recente lançamento da Netflix “**Resgate**” / *Extraction* (Sam Hargrave, 2020) que foi criticado na internet por usar o filtro amarelo em excesso.

PAISAGENS, REPRESENTAÇÕES E CINEMA

Como mencionado anteriormente, no cinema existe a possibilidade de se retratar sujeitos e suas trajetórias inteiras, sejam elas emocionais ou psicológicas, de forma visual. Não existe uma dependência verbal do personagem, ou seja, não é necessário que ele diga como se sente, ou falar sobre o local em que vive. Tudo estará representado nas imagens e paisagens, pois mesmo na ausência de palavras existe uma linguagem sendo empregada: a linguagem cinematográfica.

Não é necessário ser um profundo conhecedor do audiovisual ou mesmo trabalhar na área cinematográfica para entender convenções e gramática trabalhada na linguagem do cinema. Os elementos presentes na forma e no estilo/estrutura de um filme são responsáveis por nos fazer entender os sentidos que estão sendo convergidos. Um dos principais elementos da gramática de um filme está nos cenários trabalhados e, portanto, nas paisagens.

Para trabalhar o potencial do cinema como produtor de paisagens, devemos primeiramente buscar entender o conceito de paisagem e sua relação com o cinema. O geógrafo cultural Denis Cosgrove apontou a paisagem como um “modo de ver” individualista e relacionado ao exercício de poder sobre o espaço. Uma síntese pictórica externa, que representa estaticamente as relações entre vida humana e natureza, e torna-se uma “expressão

humana intencional composta de muitas camadas de significados” (COSGROVE, 2012, p. 222).

O cinema é capaz de nos mostrar um outro lado da vida, um mundo oposto ao nosso, ao exibir pedaços de terra - territórios desconhecidos para nós espectadores – e assim detêm poder de construir o imaginário que cerca grupos, locais, países e identidades em nossas mentes por meio das paisagens que produzem, no seu próprio “modo de ver”. Segundo Cosgrove (1984), elas adquirem um caráter ideológico pelas suas significações.

Paisagem, devo argumentar, é **um conceito ideológico**. Representa uma maneira pela qual **certas classes de pessoas significaram a si mesmas e a seu mundo por meio de sua relação imaginada com a natureza**, e através da qual sublinharam e comunicaram seu próprio papel social e o de outras pessoas com relação à **natureza externa**. (COSGROVE, 1984, p. 15, *tradução nossa, grifo nosso*).

O potencial ideológico da paisagem construída indica que ela reivindica o realismo, oferece uma visão de mundo que remete à experiência de um indivíduo específico naquele lugar e o arranjo natural e fluído que é dado na composição subjetiva de uma paisagem, seja no audiovisual ou não, promove uma visão do local como sendo universalmente válida. A paisagem é ambígua porque adquire um status de realidade que ignora a vida coletiva do local ao mesmo tempo em que transmite a impressão de que está ligada à experiência do *insider* quando se apropria do visual do mundo externo.

Nas representações fílmicas sentidos estão sendo reproduzidos e com as paisagens não seria diferente. A paisagem cinematográfica pode ser entendida como uma mensagem cultural/social que utiliza do espaço para naturalizar o olhar acerca de um local específico. A relação entre paisagem e cinema forma uma construção social que se regula a partir da visão e percepção de uma montagem constituída de múltiplas camadas que são passíveis de serem mapeadas e exploradas. É a partir da montagem paisagística que se retiram significados e sentidos próprios da escolha daquele cenário, e tais sentidos mesmo não refletindo o real/natural podem ser assumidos como realidades.

Entendemos, tal como Cosgrove (2012), que para revelar os significados de uma paisagem cultural (em nosso caso, as paisagens cinematográficas), necessitamos de uma habilidade imaginativa para “entrar” no mundo dos outros de maneira autoconsciente, para então, “re-presentar” essas paisagens em um nível no qual seus significados possam ser expostos para se tornarem objetos de reflexão. (COSGROVE, 2012, p. 226). A paisagem não é fixa, não é algo imutável, ela é subjetiva, deve ser interpretada através da visão, do olfato, da audição ou de qualquer um dos sentidos humanos, já que vai muito mais além do que se percebe inicialmente, do que é visível em sua camada superficial, da sua representação. É necessário que se procure nuances e percepções, significados simbólicos na sua interpretação, por se tratar de uma construção cultural que ultrapassa a barreira do que é visível (COUTO, 2015 p. 80).

Não se trata, portanto, de negar o visível, mas de lhe atribuir, além da experiência sensível que dele se pode fazer, um outro estatuto, uma

outra função: **o visível revela algo. Ele exprime.**
O que quer dizer que ele não é unicamente uma
representação. (BESSE, 2006, p. 64, *grifo nosso*).

Numa produção fílmica, o ser humano controla e desenha a paisagem, e essa construção implica na forma como enxergamos a nós mesmos. Essa “maneira” específica de tratar um lugar é estabelecida por uma relação de poder que pode se estender a outras obras e proporcionar a naturalização daquela forma de ver, pois nessas montagens existem emoções sendo associadas, imagens sendo criadas e valores sendo embutidos. Assim, as produções audiovisuais também podem construir uma visão hegemônica da paisagem e seus territórios.

O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isso é bem concretizado quando é **menos visível**, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como **senso comum**. Isso é às vezes chamado de **hegemonia cultural**. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2012, p. 227, *grifo nosso*).

A paisagem em si é um conceito plural que num filme compõe a atmosfera e o “humor” de uma história e isso é ponto chave na retratação de culturas no audiovisual por realçar o nosso potencial crítico como espectadores ao fazer pensar aqueles lugares, nos dando a oportunidade de confrontar a forma como são

exibidos em suas características na ficção com a não-ficção. “A imagem é extremamente poderosa (imagens visuais normalmente são). Mas seu **significado** é altamente ambíguo, pois ela carrega mais de um” (HALL, 2016 p. 143, grifo nosso).

As relações entre paisagem e cinema são **permeadas por nuances** que têm tanto a ver com a própria **pluralidade do conceito** (o qual fica ainda mais evidente quando nos confrontamos com as derivações do termo em inglês: *landscape, cityscape, townscape, soundscape*, etc), como pela centralidade da paisagem na composição de atmosferas e *moods* fílmicos, na **construção de texturas**. Alguns cineastas e autores buscam, deliberadamente, **adensar** o papel da paisagem no cinema para **além de sua função decorativa** ou **contextual**. Para estes, a paisagem cinematográfica se revelaria como uma **instância de crítica do espaço** (Keiller, 2013, p. 147), ou, mais ainda, como um **método de filmar**, como um elemento primordial de **encenação**. (PRYSTHON, 2017, p. 2, grifo nosso).

A representação desses lugares por meio de paisagens está sujeita à técnica, montagem, enquadramento, fotografia, efeitos, edição, som, cores etc. inerentes à linguagem cinematográfica. Combinações de rostos expressivos com determinados cenários, ruas, bairros ou *backgrounds* são tão importantes numa película quanto a própria narrativa do filme já que “abrem uma dimensão muito mais ampla do que aquela dos enredos que elas sustentam. Essa dimensão se estende, por assim dizer, sob a superestrutura

de conteúdos específicos da narrativa” (KRACAUER, 1997, pg. 303, tradução nossa).

O USO DAS CORES/FOTOGRAFIA

É inegável que a cor exerce um papel em como vemos as coisas. A cor fornece uma lógica que pode superar os objetivos estéticos e alcançar a transmissão de significados. Como já mencionamos, lógicas visuais podem atravessar mais de um filme e se replicar por muitas outras obras, e o uso repetido cria um legado representacional, um mapa cognitivo que proporciona um senso de lugar, em conexão mental com o espectador. As cores ou a ausência delas num filme têm papel essencial nisso.

O uso das cores nas produções fílmicas pode ser percebido por muitos como uma ferramenta para se trazer o “real” às telas. Isto é, as cores estariam encarregadas de mostrar o mundo como ele é, conforme com a realidade, entretanto, com a edição e os efeitos especiais que foram cada vez mais desenvolvidos na atualidade, as cores se tornam um meio transmissor de valores, pontos de vista e trabalham implicações psicológicas, tal qual uma vertente da linguagem cinematográfica.

Em alguns casos, as cores (em especial os tons de amarelo e azul) são utilizadas para determinar uma atmosfera, indicar sua temperatura, seu “humor” e trazer mais imersão ao que acontece na narrativa. Todavia, como dito anteriormente, esse uso das cores também pode ter motivações políticas e culturais uma vez que o amarelo também pode significar um ambiente hostil, perigoso, desconfortável e tenso. Tal cor é bastante usada em paisagens de desertos e selvas, mas também em locais urbanos.

O filtro é frequentemente usado como um artifício para retratar um ambiente desconhecido, o que gera um tom etnocêntrico nas paisagens cinematográficas.

O etnocentrismo vem daqueles que detém o poder na produção e estes representam uma fatia muito pequena do mundo. Existe uma simplificação das diferenças culturais em cores, sons e cheiros e essa simplificação é que acaba por se tornar um estereótipo. Identidades e culturas são muito complexas, mas por essas técnicas, obtemos cores excessivamente simples para expressá-las.

Nesse compasso, por que países como Estados Unidos, Canadá, Austrália etc. são frequentemente expressos em cores frias e tons de azul? Por que países como México e Índia, continentes como África, Ásia, e até o Oriente médio são expressos em tons de amarelo? Hall (2016) em seu estudo dos processos de significação na cultura aborda a estereotipagem como uma prática produtora de significados, trabalha conceitos importantes e expõe os efeitos essencializadores, reducionistas e naturalizadores da estereotipagem, que podem reduzir pessoas e lugares a algumas características simples e essenciais que são representadas como fixas por natureza. A simplificação constitui a essência do estereótipo.

No cinema, a estereotipagem possui um campo aberto de atuação já que muito facilmente, um cineasta pode fixar limites e representar simbolicamente os mais ricos elementos de forma fechada e excludente. Para Hall (2016), essa produção estereotipada pode criar uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não

pertence ou é o “Outro” entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*) entre nós e eles. (p. 192) Algo que se aplica à retratação de países ditos “em desenvolvimento”, aqueles que contam com baixo Índice de Desenvolvimento Humano ou com fortes desigualdades sociais, digam-se: os mais afetados pelo etnocentrismo cinematográfico.

É possível verificar montagens paisagísticas pouco acuradas nos recursos e efeitos utilizados nas produções da poderosa indústria cinematográfica estadunidense: Hollywood. Na retratação de países estrangeiros, alguns filmes do cinema hollywoodiano tendem a modificar a temperatura das cores presentes nos filmes para demarcar o ambiente como diferente daquele no qual vivem. Um dos locais que mais sofrem uso desse recurso é o México, que apesar da proximidade geográfica com os Estados Unidos, é trabalhado como um local de temperatura altíssima a todo o momento e impróprio para se viver. A retratação estereotipada de uma paisagem é capaz de moldar a experiência de um local, o que caracteriza uma violência epistemológica.

Em diversos filmes o México é mostrando através de um filtro amarelo, ou uma saturação de cores que possui um caráter permanente e transmite a impressão de que é um país quente, empoeirado, seco e árido. Entretanto, a capital do país é bastante fria no inverno, estação rigorosa no país, que pode atingir temperaturas de 5° Celsius, algo que certamente não é almejado nos filmes estadunidenses e nas paisagens construídas para as histórias que lá se passam. Tal efeito pode ser conferido em diversos filmes e até em séries mundialmente famosas como *Breaking Bad* (Vince Gilligan, 2008-2013).

A Netflix, produtora e provedora de filmes e séries via *streaming* originária dos Estados Unidos impulsionou uma revolução midiática globalizada no mundo ao facilitar o acesso e a transmissão do audiovisual via internet para seus assinantes, atendendo a uma sociedade cada vez mais imediatista e impaciente.

A produtora **estadunidense** lançou em 2020 o seu novo longa-metragem de ação, que em grande parte da narrativa se passa Ásia meridional, intitulado *Resgate / Extraction* (Sam Hargrave, 2020). No filme, a percepção dos recursos e efeitos utilizados foi marcante. A produção recebeu várias críticas de internautas, principalmente a respeito do detalhe que mais chama atenção e causou desconforto nestes: os tons amarelos supersaturados nas imagens. Já visto como clichê em filmes estadunidenses, o filtro amarelo para representar países de “terceiro mundo” não foi bem aceito pelo público.

No caso de *Resgate*, foi construída uma paisagem de Bangladesh que não condiz com seus rios e belezas naturais de verde exuberante. Existe um excesso de edição durante todas as cenas que se passam no país - que ressalta a violência nas ruas - e a diferença do real ficou ainda mais notável quando a própria Netflix divulgou um vídeo em que apresenta em tela dividida capturas nos bastidores mostrando as gravações do filme sem tratamento e em outra tela a versão final do longa após a adição dos efeitos e o filtro amarelo. A construção paisagística nesse caso fica mais perceptível pois segundo Cosgrove (2012) “[...] o simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas [...] e por meio da representação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes[...]” (p. 228) como o cinema.

Figura 1: Tomada aérea de Bangladesh (Resgate, 2020)



Fonte: Matadornetwork.com¹

Nesse ponto, percebe-se que em convenções como esta, a não-ficção e a ficção se chocam para estabelecer o potencial do cinema para construir paisagens. “A paisagem como espetáculo codifica as relações de poder dentro do olhar. Determinação do que constitui beleza, quem está olhando e o que estamos contemplando são questões que ajudam a expor as relações de poder inerentes inseridas em paisagens cinematográficas” (LUKINBEAL, 2005, p. 11, tradução nossa²).

1 Disponível em: <https://matadornetwork.com/read/yellow-filter-american-movies/>
Acesso em: 23 set. 2020.

2 No original: *Landscape as a spectacle encodes power relations within the gaze. Determination of what constitutes beauty, who is gazing and what we are gazing upon, are questions which help expose the inherent power relations embedded within cinematic landscapes.*

Na trama, o protagonista Tyler Rake (Chris Hemsworth) é um australiano, branco, veterano de guerra que é contratado para salvar o filho de um milionário indiano que é sequestrado e mantido em cativeiro na cidade de Dhaka, capital de Bangladesh. Por isso, destaca-se que a narrativa de “Resgate” se encaixa perfeitamente nos moldes de uma narrativa *White Savior*, com destaque às cenas finais, que utilizam de uma combinação de elementos que sustentam a dramatização e o apelo visual do momento do “sacrifício” do salvador branco que se faz presente para resolver problemas até em terras estrangeiras, com a melancólica música que embasa os acontecimentos e o toque final com o auxílio visual da paisagem como uma pintura épica do momento.

O filme é capaz de entreter o espectador com diversas cenas de ação, mas se alia a paisagens saturadas para trabalhar um tom colonial nos diálogos, já que os personagens bengaleses que não falam inglês são retratados como pessoas hostis e desagráveis, o que de maneira geral perfaz o tipo de narrativa que reforça uma ideologia já comum em produções hollywoodianas, a de superioridade de países desenvolvidos frente a países em desenvolvimento ou de “terceiro mundo”. Todavia, já há confirmação de que irá ganhar uma continuação e pode virar uma franquia de filmes tal qual os que surgiram a partir de Rambo / First Blood (Ted Kotcheff, 1982).

O EMBATE ENTRE O FILTRO AZUL E O AMARELO

É cediço que lugares como o México e a Índia possuem desertos, mas isso não significa que o país inteiro deva ser visto sob um filtro supersaturado na cor predominante das areias destes

desertos. Esse filtro pode ter efeitos práticos, mas também simbólicos. O amarelo intenso, portanto, sugere uma indesejabilidade daquele país, por tornar aquele ambiente desagradável inclusive no ponto de vista estético já que salta aos olhos.

Nem Bangladesh, nem a Índia, nem o México, nem o Egito qualquer outro país é amarelo. Nenhum lugar no mundo é amarelo. O céu é azul em todos os lugares com exceção daqueles em que a poluição retira a capacidade de apreciá-lo como é, portanto, predominantemente azul ao redor do mundo. Por isso, esse amarelo não se trata somente de uma mera cor, é uma marca muito específica que tem a função de distinguir as paisagens estrangeiras (fora do “primeiro mundo”), cria um *mito* de que aqueles lugares de fato são da forma que são retratados por suas cores, tudo isso de uma forma que dificilmente se aplicaria a espaços dos Estados Unidos porque trata-se de uma lógica construída para diferenciar. Uma construção do “outro”.

“Resgate” (2020) não é o primeiro filme a empregar uma paleta de cores estereotipada e provavelmente não será o último. *Traffic* (Steven Soderbergh, 2000) é um dos principais filmes apontados nessa prática, considerado um dos precursores dessa técnica de forma direta, que enfoca o tráfico de drogas no México sob o filtro amarelo ao mesmo tempo que retrata o personagem de Michael Douglas, um juiz, em tons de azul quando em solo estadunidense.

Filmes ambientados no Ocidente (quando notavelmente compostos de atores brancos) costumam ter tons de verde ou azul, como no filme *Crepúsculo / Twilight* (Catherine Hardwicke, 2008). O primeiro filme da franquia que arrecadou mais de 3

bilhões de dólares no mundo³ se passa nos EUA e detém uma coordenação de cores que transmite os sentimentos dos personagens e a tranquilidade do espaço ao seu redor, nunca criando uma combinação desagradável. O filtro azul e a saturação em tons de azul é dominante na produção.

Figura 2: Filtro e saturação azul e verde (Crepúsculo, 2008)



Fonte: pushing-pixels.org⁴

Por se tratar das sociedades ocidentais do Norte Global e que são hegemônicas retratam de forma estereotipada outras culturas não ocidentais, usando de um pincel específico para pintar essa imagem, isso deve ser visto com criticismo. Novamente, devendo se enfatizar que não são os filtros amarelos e os efeitos de saturação em si que representam a questão, mas a maneira como essas decisões de cor pode operar nas paisagens em conjunto com outros elementos para reforçar estereótipos sobre locais específicos.

3 Disponível em: <http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-110358/?page=11>
Acesso em: 30 set. 2020.

4 Disponível em: <https://www.pushing-pixels.org/2011/10/03/the-colors-of-twilight.html>
Acesso em: 30 set. 2020.

O filtro amarelo em frenesi faz intencionalmente lugares que o ocidente “desenvolvido” considerou perigosos ou mesmo “primitivos” parecerem mais feios e inapropriados do que de fato são, especialmente quando tais países são repletos de maravilhas naturais que não chegam às telas do cinema com a mesma frequência que representações de violência e pobreza. As culturas desses países podem ser vibrantes e coloridas, mas não passarão de um aspecto doente e “atrasado” pelas lentes constantemente filtradas em amarelo de uma narrativa dominante.

Ante o exposto, nos é permitido assumir que o cinema possui grande poder na construção, produção e apropriação de paisagens e que a montagem destas aliadas aos efeitos utilizados são poderosas ferramentas que compõe a linguagem cinematográfica, especialmente em filmes de grandes orçamentos produzidos por corporações hollywoodianas que reproduzem padrões hegemônicos que limitam o entendimento de outras culturas ao entendimento de grupos dominantes, que o tornam senso comum.

Entendemos que a paisagem é um conceito que cumpre um papel primordial nesses processos de significação e, portanto, reforçando a contribuição de Cosgrove (2012) no sentido de que “A paisagem nos lembra que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda” (COSGROVE, 2012, p. 224).

Com base nos apontamentos feitos neste capítulo inicial e sustentados pelos autores que guiam o olhar da pesquisa, podemos compreender como o cinema é uma linguagem capaz de interpelar o imaginário social, e por meio de representações que mobilizam uma gama de sentidos e da construção/apropriação

de paisagens cria modelos próprios de narrativas hegemônicas que podem ser reproduzidos e tidos como naturais entre os seus espectadores. A partir desse raciocínio, no próximo capítulo nos aprofundaremos na temática da violência e da juventude, especialmente no contexto periférico, para em seguida explorar a relação do cinema com essas problemáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, é possível assumir que o cinema possui grande poder na construção de paisagens e que efeitos de cor e saturação são poderosas ferramentas que compõe a linguagem cinematográfica, entretanto, o exagero do filtro amarelo usado em filmes de grandes orçamentos produzidos por corporações hollywoodianas anda de mãos dadas com filmes que descrevem em sua grande parte estereótipos negativos sobre viver num país “em desenvolvimento”. Filmes que utilizam dessa saturação como um artifício para compor as paisagens de um país estrangeiro tendem a limitar o entendimento de outras culturas e, portanto, centralizar a jornada do salvador branco utilizando de uma narrativa que explora extrema pobreza, drogas, violência e guerra. Além de já ser visto como um clichê cinematográfico, seu uso nas paisagens reforça estereótipos sobre pessoas e lugares fora dos Estados Unidos como “subdesenvolvidos e atrasados”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSE, Jean Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

- COSGROVE, Denis. **A Geografia Está Em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- COSGROVE, Denis. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world**. New York: I.B Tauris, 2008.
- COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984.
- COUTO, Juliana B. **O Conceito de Paisagem e sua Exemplificação para o Estudo de Favelas em Encostas**. GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-RIO. Rio de Janeiro, v. 8, no. 15, p.79-92, jul-dez 2015.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Copywrite 2013. Rio de Janeiro. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- KRACAUER, Siegfried. **Theory of Film: the redemption of physical reality**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- LUKINBEAL, Chris. **Cinematic Landscapes**. IN: Journal of Cultural Geography. Set. 2005.
- MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. 2ª ed. Lisboa: Dinalivro, 2005.
- MARTINS, India M.; BARROSO, Eliane I. **Deserto Azul: paisagens imaginárias no cinema brasileiro**. Significação, São Paulo, v. 45, n. 49, p. 113-130, jan-jun. 2018.
- PRYSTHON, Ângela F. **Paisagens em Desaparição: cinema em Pernambuco e a relação com o espaço**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017.
- SASANKAN, Sony. **Why do films and TV shows use yellowish tint to depict countries like India or Mexico?** QUORA, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.quora.com/Why-do-films-and-TV-shows-use-a-yellowish-tint-to-depict-countries-like-India-or-Mexico> Acesso em: 28 set. 2020.
- STAMATO, Ana B. T., et al. **A Influência das Cores na Construção Audiovisual**. UNESP. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Bauru – SP, 2013.
- TURNER, Graeme. **O Cinema como Prática Social**. Tradução de Mauro de Silva. São Paulo: Summus, 1997.

RELIGIÃO E PAUTA DE COSTUMES:

A ENTRADA DA ASSEMBLEIA
DE DEUS SETA DE ARAGUAÍNA-
TO NO CAMPO POLÍTICO

OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS
WIRIS ORIMAR FERREIRA

INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretendemos analisar alguns aspectos da relação entre pauta de costumes e cultura política¹ de viés conservador na Igreja Assembleia de Deus do Ministério SETA² de Araguaína-TO, por meio da análise da entrada da referida Igreja no campo político. A Assembleia de Deus é uma denominação com inúmeros ministérios, centenas de pequenas igrejas independentes espalhadas Brasil afora, duas convenções nacionais a CONAMADE³ e a CGADB⁴,

-
- 1 Adotamos nesse texto a definição cunhada por Rodrigo Patto Sá Mota, o qual afirma que cultura política é “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (2014, p.21).
 - 2 Serviço de Evangelização do Tocantins e Araguaia – ministério religioso da Igreja Assembleia de Deus
 - 3 Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil.
 - 4 Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

mas todas as referências feitas nesse trabalho serão sobre essa última e ao ministério acima citado.

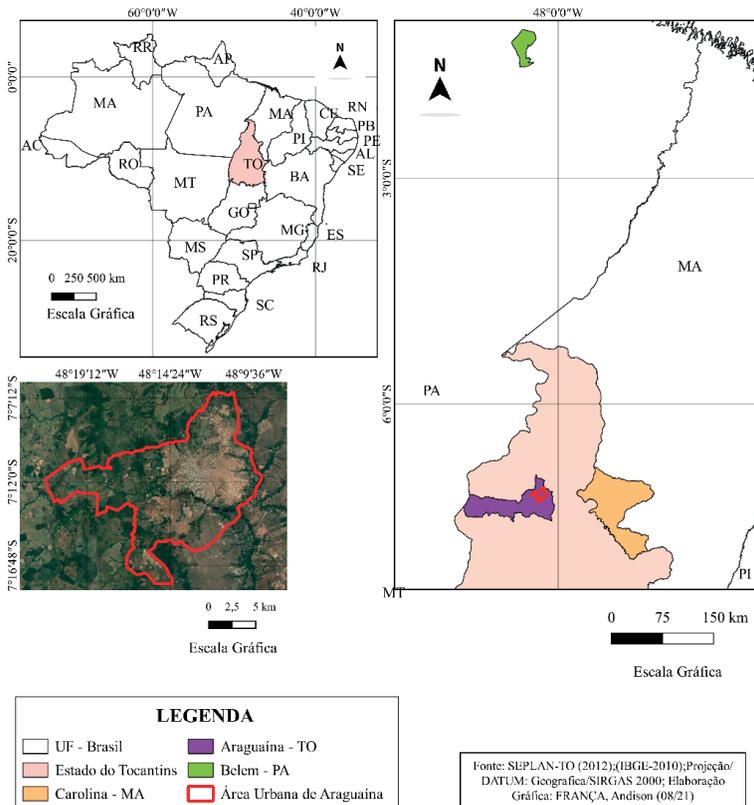
A Igreja Evangélica Assembleia de Deus é uma denominação centenária que por várias décadas se colocou como que afastada da política partidária, mesmo tendo vários trabalhos de historiadores e sociólogos mostrando o contrário. Entretanto, o processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil na década de 1980, do século passado, marcou também uma mudança de postura por parte dos líderes da AD⁵ no que tange a participação dos assembleianos na política. Nesse sentido, visando compreender essa transformação partimos do estudo de caso da referida denominação em Araguaína -TO. Portanto, essa dissertação visa compreender por que uma instituição que se colocava como apolítica resolve participar de forma tão incisiva das disputas eleitorais.

Portanto se torna necessário compreender o discurso político religioso empreendido pelas lideranças assembleianas que visavam justificar a mudança de atitude tendo como argumento a existência de uma “crise moral aguda” que estaria assolando o Brasil e o mundo. Ou seja, a ideia da existência de uma “crise moral aguda” seria a razão de existir do pentecostalismo, pois segundo esse discurso para combater essa “desordem” era de fundamental importância que a Igreja adentrasse a arena política. Para tanto, a AD passou a adotar uma pauta política que visava à defesa de um conjunto de costumes que tinha como base a referida normatização da moral cristã. É por meio dessa agenda política baseada nos costumes que os leigos e, especialmente, o corpo de especialistas da referida Igreja dão significado ao território simbólico-religioso

5 AD: Assembleia de Deus. Nesse texto, alternaremos entre esse a sigla e o nome por extenso.

de Araguaína, transformando essa pauta em uma luta por territorialidade. Contudo, antes de adentrarmos nas questões específicas dessa análise, apresentamos a formação territorial de Araguaína:

MAPA 1: Cidade de Araguaína - TO



Como pode ser observado no mapa acima, Araguaína está localizada no norte do Estado do Tocantins⁶, tendo sido

6 Até meados do século XX a territorialização desse espaço se deu em grande medida por nordestinos, especialmente, por maranhenses e piauienses. Esses sujeitos ao

constituída por diversos grupos étnicos dentre eles: os grupos originários – indígenas e negros; os migrantes nordestinos – piauienses, maranhenses e posteriormente cearenses -, os quais compunham variados grupos religiosos e de religiosidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que, dada a multiplicidade de crenças, a ocupação desse território pelas denominações religiosas não se deu sem conflitos. Por exemplo, segundo Mirian Mendes Costa, no trabalho “As relações de poder no processo de territorialização dos religiosos da congregação pequena obra da divina providência no norte goiano (1950-1970)”, com a chegada dos padres orionitas começaram alguns embates entre esses e os demais religiosos que já estavam estabelecidos na região de Araguaína, mas “o principal grupo combatido durante o período de 1950 a 1970 foram os protestantes” (2017, pág. 59).

A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA AD SETA EM ARAGUAÍNA: ENTRE EXPANSÕES, DISPUTAS E CISÕES

De fato, alguns anos antes de ter sido iniciado o processo de territorialização da Igreja Católica por meio da Ordem dos Orionitas, surgiu na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, por volta do fim da década de 1940, a Igreja Evangélica

chegarem à região, por volta da década de 1920, encontraram-na ocupada por diversos grupos indígenas. Estes foram os primeiros moradores que inicialmente se estabeleceram na região do antigo norte goiano. Além de grupos remanescentes de negros escravizados organizados em quilombos. Apesar de haver dentro dessa segunda leva de novos territorializados, um grande número de maranhenses e piauienses, havia também uma parte vinda do Ceará que era composta porromeiros católicos devotos de Padre Cícero, estes, encontraram nessa região algumas outras religiões e ordens religiosas, dentre elas a Igreja Católica presente com a Ordem dos Orionitas, as igrejas evangélicas tais como a Igreja Batista e Igreja Presbiteriana, as religiões de matriz africana e alguns centros espíritas

Assembleia de Deus. Essa instituição religiosa foi inserida no Brasil por Belém do Pará⁷, em 1911, embora somente três décadas depois é que ela chegou a Araguaína, que à época pertencia à região norte do estado de Goiás, e, ainda não sendo uma cidade, recebia o nome de Povoado Lontra.

Seja como for, consideramos pertinente ter como referência o ano de 1948, pois é esse o momento em que a Igreja de Belém envia para Carolina-MA, divisa com estado de Tocantins, o pastor Armando Chaves Cohen que tinha por missão fundar uma Igreja na referida cidade e a partir desse ponto organizar um serviço de evangelização que pudesse atender aos interesses de crescimento da AD que estava em curso nos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Segundo o pastor Paulo Martins⁸

A minha denominação. Ela chega em Araguaína na década de 1940. Já no final da década, 1948... A época chamava Lontra. E ela vem de uma, uma base missionária que foi estabelecida em Carolina. Uma base missionária chamada de serviço de evangelização das regiões do Tocantins e Araguaia... foi fundada pelo pastor é...é...é... Armando Chaves Cohen. Ele era de Belém (Entrevista com Paulo Martins Neto, em 28/ 11/2019).

- 7 A sua inserção no Brasil foi obra de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg. A AD até a década de 1940 seguiu o modelo de Igreja proposto por esses dois fundadores. Eles visavam implantar em terras brasileiras o modelo de igrejas independentes ou congregacional. No entanto, a partir da década de 1940 essa instituição começa a se estruturar em ministérios. Por esse motivo é difícil precisar uma data exata para o início dos trabalhos assembleianos na região. Uma vez que, antes de 1948, já existia igrejas independentes nas várias cidades que ficam às margens dos rios Araguaia e Tocantins.
- 8 Pastor Paulo Martins Neto é Pastor Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Araguaína-TO; e presidente da CIADESETA-TO.

Conhecido como Lontra, esse lugarejo fazia parte do município de Filadélfia, norte de Goiás. Sede do município, a cidade de Filadélfia fazia fronteira com a cidade de Carolina, sul do Maranhão, de onde partia a evangelização realizada pela AD. Desse modo, foram os interesses de expansão da Igreja Assembleia de Deus que motivou a criação, no ano de 1952, do Ministério SETA- Serviço de Evangelização dos Rios Araguaia e Tocantins, por decisão da Convenção Estadual do Pará (Belém), realizada naquele ano. (SOUSA, 2011, p. 66). Este ministério ficou, à época, responsável por atender ao território objeto dessa investigação.

Como exposto, a existência de diversos grupos religiosos na região promoveu permanentes disputas dentro do campo religioso, ou seja, nesse período, já havia um mercado de bens de salvação estabelecido nas proximidades de Araguaína. Os missionários católicos que estavam chegando, por fazerem parte de uma religião hegemônica, não aceitaram tranquilamente a possibilidade de terem que disputar esse mercado com os não católicos, dentre eles os evangélicos da Assembleia de Deus. Sobre as disputas no campo religioso, Pierre Bourdieu (2017) afirma que a disputa por posição dentro de um mesmo campo, no caso, o religioso, visa o fortalecimento de um grupo em detrimento do concorrente, haja visto as relações de concorrência existentes dentro desse campo.

Essa disputa simbólica, sem dúvida, está vinculada à dinâmica de territorialização da Igreja Assembleia de Deus na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, pois se trata de uma disputa de poder inserida no processo ocupação e dominação do referido território. Ou seja, a AD SETA e sua atuação dentro de Araguaína e região é problematizada nesse texto como espaços de poder no qual as práticas de dominação se articulam

firmemente para a construção do território simbólico. Segundo Rogério Haesbaert:

Os espaços simbólicos não corresponderiam a exemplificações tão nítidas, pois eles parecem manifestar seus múltiplos “valores simbólicos” em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta. Alguns exemplos, entretanto, parecem traduzir de modo claro esta qualificação simbólica do território, como que materializando determinadas concepções e imagens. Assim, tanto os grandes monumentos ou prédios preservados por seu valor histórico quanto as reservas naturais, representantes de alegado “patrimônio”, assumem sobretudo um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas socioespaciais – desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional. (2009, p. 85)

O território simbólico é uma construção subjetiva realizada por um grupo que se apropria do espaço por meio de um determinado discurso e que produz resultados concretos nas agendas políticas dos grupos. O discurso é elaborado com a finalidade de exercer dominação sobre as percepções de mundo dos agentes e dos aspectos materiais de uma região. A ideia de território, nesse caso, se refere às representações mentais e às práticas que são produzidas com vistas a criar novas territorialidades.

Portanto, foi nesse contexto de territorialização material, mas principalmente simbólica, que a Igreja Assembleia de Deus

chegou ao povoado Lontra, hoje Araguaína, dando prosseguimento ao processo de expansão do pentecostalismo. Seja como for, entremeio às disputas entre católicos, evangélicos, religiões de matriz africana e espíritas, a Igreja Assembleia de Deus se consolidou em Araguaína e região como uma denominação relevante. Contudo, após essa fase de consolidação, a referida Igreja passa por uma cisão interna do Ministério SETA no ano de 2000; passando, esse ministério, a ser dividido em dois, dando origem ao ministério CADETINS.

Nesse artigo nos ocuparemos apenas do Ministério SETA, considerando que o referido ministério faz parte de uma pesquisa mais ampla desses autores; e, especialmente, em razão da referida cisão estar articulada às relações de concorrência entre os especialistas do campo religioso assembleiano, pois dentro dele há um mercado em pleno funcionamento que rege as relações de interesses e que vem ditando os rumos que a igreja tem tomado há décadas. Nesse sentido, defendemos nesse texto que essa concorrência interna à AD seja fruto de sua maior participação na política local, principalmente no que concerne às suas reivindicações acerca de uma pauta de costumes, o que significaria, na prática, uma forma de disputar as demandas públicas da cidade.

Tomando a pauta de costumes reivindicada pela AD SETA como constituinte e constituída de representações no campo simbólico⁹, apoiamo-nos, nesse texto, à concepção de

9 No caso da Igreja Assembleia de Deus, a territorialização referente ao sistema simbólico está relacionada com o discurso pentecostal, ou seja, com os chamados dons espirituais. Os quais compreendem a linguagem, a língua, a religião, as representações e as práticas de um grupo religioso. Sendo essa a principal característica que diferencia as denominações pentecostais das outras vertentes evangélicas dentro do campo religioso cristão. Nesse sentido, o discurso pentecostal referente ao dom de revelação seria um sinal de poder que determinados

representação cunhada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual não separa de forma rígida representações e realidades, visto que “a realidade, sendo em primeiro lugar representação, depende tão profundamente do conhecimento e reconhecimento”, ou seja, o acesso que temos à realidade, especialmente aquelas que têm suas compreensões mediadas pela análise conceitual, são interdependentes da construção e legitimação de categorias e ideias de pensamento do mundo social. (BOURDIEU, 2006, p. 107-108)

Assim, o território simbólico pentecostal seria uma construção social que passa a existir em função de lutas discursivas, as quais buscam no desejo de territorialização de um grupo os instrumentos capazes de tornar hegemônica determinadas representações do mundo social. Nesse sentido, o território simbólico é o espaço por excelência para as lutas simbólicas; lutas essas que visam conservar ou transformar as divisões de poder existentes no interior de uma dada sociedade. (BOURDIEU, 2006).

Dentro do campo religioso, a formação de um território simbólico é trabalho de um corpo de especialistas. No caso do campo religioso pentecostal, esse trabalho é exercido principalmente por pastores, os quais buscam exercer o monopólio sobre os comportamentos e os desejos de um segmento social. Essa luta pelo domínio das representações dentro da AD SETA tem mobilizado fortemente as pautas de costume, especialmente a partir do ano 2000, culminando com o exercício direcionado da manipulação dos processos discursivos constituintes do território,

feis receberiam. Segundo a cultura pentecostal alguns sujeitos seriam emissários de Deus na Terra, o que contribui para o crescente poder de pastores em definir os caminhos políticos das denominações religiosas pentecostais.

sendo fruto do trabalho desses especialistas, os quais visam a sua apropriação.

Por outras palavras, o território simbólico-religioso da AD SETA é um espaço múltiplo, no qual, vários valores se fazem representar, entre eles, aqueles que levarão à formação de uma cultura política que mobiliza pautas de costume conservadoras. No caso da construção dos novos territórios assembleianos, por cisão ou por expansão, são as representações e práticas que dão sentido ao universo simbólico partilhado por esse grupo religioso dentro do território, com o objetivo de consolidar suas posições dominantes dentro do campo.

PAUTA DE COSTUMES E POLÍTICA NA ASSEMBLEIA DE DEUS SETA

O território da AD SETA em Araguaína demarca os seus limites por meio de interações (i)materiais; interações essas nas quais a dimensão simbólica passa a determinar as relações sociais, estabelecendo relações seminais com o campo político. Esse trabalho simbólico se revela através de um discurso que fomenta uma pauta de costumes que busca estabelecer um modelo conservador de sociedade, buscando, assim, estabelecer uma cultura política de mesmo sentido.

Nessa perspectiva, para além de uma definição, o Conservadorismo¹⁰ tem também a sua composição. Ele é composto

10 Dentre as diversas possibilidades de definição desse termo, destacamos que ele vem sendo empregado como uma categoria de acusação, conforme Ronaldo de Almeida (2017), por se tratar de uma ideologia característica de um grupo social que tem por meta controlar determinados avanços no campo da sociedade, como explica o historiador Gabriel Romero Lyra Trigueiro, citando o filósofo britânico

por uma pauta que sofre a influência dos valores culturais. Quais são as variantes que compõe essa pauta? Ela é produto de quais circunstâncias? Não conseguiremos, nos limites desse texto, responder a essas questões, mas consideramos importante consignar que essas perguntas estão no horizonte mais amplo dessa investigação, visto que a AD SETA, ao se apropriar de determinados elementos do simbólico, visando à formação e consolidação de seu poder político no território, age para definir quais seriam os componentes da cultura política conservadora, no caso: quais práticas e costumes seriam considerados aceitáveis e os que não seriam, conforme os padrões doutrinários da referida Igreja.

De fato, a Assembleia de Deus sempre teve uma preocupação com os costumes – dentre eles o vestuário, a aparência do corpo e as práticas sociais e afetivas – dos leigos. Essa preocupação levou a deliberações em diversas Convenções Gerais acerca desses temas, impondo regras ou proibições que eram válidas em todo o território nacional. Segundo Rok Sônia Naiária de Oliveira (2014), ao menos em três oportunidades os costumes foram alvo de discussões e deliberações. a primeira vez em 1946, quando depois de fortes embates a proposta de normatização não foi aceita pelos convencionais; a segunda, em 1975, quando foi apurado um documento onde constava as seguintes obrigações e proibições: 1) Uso de cabelos compridos, pelos membros do sexo masculino; 2) Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face; 3) Sobrancelhas alteradas; 4) Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados do sexo feminino; 5) Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados); 6) Uso

Huntington “ o conservadorismo se fundamenta, frequentemente, na iminência do sentimento de perda, isto é, na ideia de que aquilo que o presente lhe oferece está prestes a ser ceifado por alguma agenda política radical. (2015, p.102).

de minissaias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã; 7) Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria de seus programas; abstenção dessas que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde; e 8) Uso de bebidas alcoólicas. (Sousa, 2011)

Esse documento passa a reger o comportamento dos leigos na ordem do corpo e dos costumes em todo o território nacional, o que inclui Araguaína. Os pontos elencados acima são quase na sua totalidade menções à maneira de como os fiéis devem apresentar-se. Estas normas foram criadas em contextos históricos específicos e de alguma forma elas atenderam a interesses políticos da Assembleia de Deus, uma vez que se contrapunham aos avanços que estavam em curso na área comportamental.

Se em 1946, primeira vez que se debateu sobre o tema dos costumes de forma institucional na AD, essa pauta surge em função do “contexto de pós-guerra, [quando] os líderes da Igreja de São Cristovão (RJ) temiam pelo recado na aparência física das mulheres, que poderiam ser incitadas pelo “espírito do mundanismo” (OLIVEIRA, 2014, p. 51); em 1975, a questão volta como tema central porque na década de 1970 surge um forte ativismo dos movimentos feministas e um maior avanço nas liberdades sexuais, pois como expõe Oliveira “é importante pensar que todas essas transformações ocorridas na década de 70, eram contrárias ao que a Igreja Assembleia de Deus pregava como sendo os bons costumes e os verdadeiros valores cristãos”. (2014, p. 52). Assim, ao se sentir novamente ameaçada pelas transformações sociais em curso a AD resolve aprovar e tornar obrigatória a resolução, cujos pontos foram descritos acima.

Por outro lado, essa pauta de costumes, transformada em resoluções pelo grupo de especialistas da Assembleia de Deus, se mantinha dentro da ordem privada, ou seja, servia para normatizar e controlar as ações e práticas dos membros da Igreja, sem que isso representasse um interesse direto em ampliar a referida pauta ao conjunto da sociedade. Isso se deve ao fato de que, desde sua fundação, a Assembleia de Deus tenha recebido orientação de seus fundadores para que se mantivessem em relativo afastamento das questões que envolvesse uma atuação direta da Igreja no campo político, o que era definido como “mundanismo”. Obviamente, essa orientação não foi aceita sem resistência, pois como explica André Dione Fonseca (2020) desde os anos de 1950 havia uma disputa em torno da participação da Igreja na política partidária. Por outras palavras, apesar de se negarem a publicizar suas relações com o poder instituído, especialmente na forma de governos, os dirigentes da Assembleia de Deus sempre estiveram próximo dele¹¹.

Seja como for, uma pauta que por décadas tratou quase que somente de temas voltados para a aparência e comportamento privado dos leigos, foi sendo atualizada e, desde a constituinte de 1985, invadiu o debate público incorporando novas temáticas, como a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Transformando uma discussão que seria restrita apenas aos evangélicos em uma pauta de interesse público, essa mudança

11 Conforme Adroaldo José Silva Almeida (2020), essa foi a postura da AD durante os 21 anos de Ditadura Militar no Brasil. Valendo-se do exemplo da submissão dos dirigentes da referida Igreja ao grupo que estava no poder quando da aprovação da lei do divórcio em 1977, Almeida afirma que, embora alguns pastores tenham pretendido divulgar um manifesto contra essa lei, por ferir “as leis divinas”, o presidente do Conselho Administrativo da Igreja recomendou que os pastores não fizessem qualquer movimento que “p[udesse] prejudicar o bom relacionamento que sempre houve entre as Assembleias de Deus e as autoridades constituídas” (2020, p. 195)

no discurso passa pela necessidade de os assembleianos organizarem uma pauta política tendo como elemento de coesão os usos e costumes. Por outras palavras, a construção dessa pauta direcionada ao espaço público e não mais apenas aos limites privados da Igreja, envolve uma dimensão simbólica que visa, segundo Bourdieu, impor a visão de mundo desses religiosos aos demais agentes sociais como sendo a correta e verdadeira (BOURDIEU, 2004).

Esse discurso para ser legitimado precisa ser reconhecido pelo grupo e emanar de uma autoridade, o que no caso da AD vem dos seus pastores. Estes são os responsáveis pela elaboração do discurso que instituiu a pauta dos costumes. Sobre a relação entre autoridade religiosa e campo político, o relato do pastor da AD SETA de Araguaína Wagner Mendes:

A igreja durante muitos anos, [...] foi alheia à política. O que, que acontece? Na época de Gunnar Vingre e Daniel Berg, vamos pegar bem aqui, criou-se um jargão que dizia assim: política não é para crente! E passou-se os anos e o povo continuou com esse jargão: “política não é pra crente”, é para o povo lá do mundo! E com isso aí, “política não é para nós não”, mas nós acabamos elegendo um punhado de cabra aí que hoje nos persegue, tá perseguindo as igrejas, né? E a gente acordou pra isso, irmão Joaquim [irmão Joaquim acompanhou a entrevista]. A gente acordou para isso aqui. Porque a gente tem que fazer uma transformação na mente das pessoas, primeiro, pra depois nós lançarmos... já lançamos candidato várias vezes não deu certo... Porque a sociedade brasileira,

nós evangélicos, colocamos uns camaradas lá, que não quer nem saber de crente, quer nem saber de família. Os valores são todos invertidos hoje. Entendeu? Uma sociedade que o certo é o certo tão tentando botar pra ser errado e o errado estão tentando botar para ser certo. Então nós precisamos mudar nossas estratégias, precisamos mudar a maneira, as nossas visões. Porque se não, nós estamos enrolados. (Entrevista concedida pelo Pastor Vagner Mendes no dia 07/05/2021).

A necessidade de mudar a percepção que os leigos tinham a respeito da política partidária passou a ser um desafio para o corpo de especialistas da AD. Da mesma forma que a Igreja levou décadas para justificar o seu afastamento das disputas políticas, não foi diferente quando se pôs a fazer o caminho contrário. Ou seja, a mudança de percepção por parte da instituição em relação ao campo político faz parte de uma construção discursiva que encontrou resistência entre os leigos e até mesmo entre os especialistas. Conforme Mendes, a visão negativa que parte dos assembleianos possuía acerca do envolvimento da Igreja com a política exigiu que ela comesse um trabalho de convencimento entre aqueles que continuavam a discordar dessa relação. Trabalho esse que levou décadas até que a instituição comesse a colher os primeiros frutos. Sendo, a partir de 1986 que se percebeu com mais força a guinada da Igreja. Em poucas palavras, o pastor Vagner Mendes sistematiza o complexo, porém eficaz, processo de entrada da AD SETA de Araguaína na política, destacando, de um lado, a importância de “mudar a mente das pessoas”, de um lado; e, de outro lado, a justificativa para fazê-lo: combater “a inversão dos valores”, pois, segundo ele, na “sociedade que

o certo é o certo, tão tentando botar pra ser errado e o errado estão tentando botar para ser certo”.

Segundo essa ótica, ter representantes “crentes” nos cargos eletivos seria uma maneira de defender os valores ligados à doutrina protestante. Valores esses, os quais vinham, ao menos até 2014, perdendo espaço em função dos avanços das pautas pró-aborto e contra a LGBTfobia nas casas legislativas, especialmente no Congresso Nacional. Destacando a questão do aborto, o pastor Fredson Borges, dirigente da AD SETA de Araguaína, defende a entrada da Igreja no campo da política, atuando de forma direta:

Sim! Até mesmo porque nós temos que ter nosso representante. Porque todas as classes sociais têm representantes. Você imaginou se nós da igreja não tivéssemos representante no congresso nacional? A lei do aborto seria aprovada. Porque assim é, é a gente pensa “ah mais Deus vai”, mais Deus não vai descer e mudar a consciência de ninguém. Porque uma coisa que Deus respeita em você é o teu livre direito de escolha. Porque seria muito fácil Deus descer e transformar isso em vez de uma democracia em uma teocracia, né? Ele comandar tudo. Então assim, nós temos que ter nossos representantes, até Cristo precisou de um representante. Dois senadores da república levaram o corpo dele, né? Tiraram da cruz, levaram para sepultura e envolveram em panos assim. Então a igreja precisa de representantes e a gente está procurando escolher os, os menos pior, né? (Fredson Borges, entrevista, 18/08/2020).

A fala do pastor é carregada simbolicamente de elementos que estão presentes no discurso oficial de parte significativa das Igrejas evangélicas acerca da necessidade das mesmas de terem representantes ocupando os cargos eletivos. Segundo esse argumento, é necessário ocupar essas posições visando a defesa de valores que não mais e referem apenas ao espaço privativo da Igreja, mas à sociedade como um todo. É possível observar claramente no relato de Borges uma mudança de concepção do corpo de especialistas da AD SETA de Araguaína, o qual passa a conceber a pauta de costumes não mais apenas como um instrumento regulatório das práticas dos “crentes”, mas como uma estratégia de regulação de vida pública de os cidadãos. Além disso, ocorre uma ampliação da pauta: se antes, quando se tratava dos membros da Igreja, se restringia a proibir ou defender trajés, cuidados com o corpo e comportamentos privados como uso da televisão; ao se tornar uma demanda pública busca interferir diretamente nos costumes e valores da sociedade.

Nesse processo de mudança de concepção, o pastor Borges apresenta outro aspecto em transformação: a ideia de que não é necessário esperar que Deus aja por si, pois seus representantes na Terra, podem e devem tomar para si a tarefa de defender os interesses santificantes e santificados de Dele. Assim, ao passo que a tal pauta carece de quem a defenda, ela ao mesmo tempo confere poder ao corpo de especialistas uma vez que é por seu intermédio que essas instituições religiosas conseguem as condições para disputar a coisa pública. Ou seja, é por meio da pauta de costumes que os líderes mobilizam e convencem muitos dos leigos a votarem nos candidatos apontados por eles. Nesse sentido, a pauta de costumes culmina dando hegemonia política a esses religiosos.

Trata-se, conforme esclarecido pelos pastores Borges e Mendes, de uma medida consciente que mobilizaria a construção de estratégias capazes atingir um objetivo, qual seja: a entrada da AD SETA de Araguaína na política como protagonista do jogo de poder, instituindo relações de troca entre o campo religioso e o campo político. Para Pierre Bourdieu essas manobras fazem parte da função de consagração das pretensões materiais das instituições religiosas:

A religião exerce um efeito de consagração sob duas modalidades: 1) através de suas sanções santificantes, converte em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas efetivas e, em particular, contribui para a manipulação simbólica das aspirações que tende a assegurar o ajustamento das esperanças vividas às oportunidades objetivas; 2) inculca um sistema de práticas e de representações consagradas cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante) ao produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o reforço simbólico de suas sanções aos limites e às barreiras lógicas e gnosiológicas impostas por um tipo determinado de condições materiais de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento). (1982, p. 46).

Analisando o relato do pastor Vagner Mendes a partir da discussão teórica de Pierre Bourdieu, observamos na fala do referido pastor os dois momentos evidenciados pelo sociólogo. Primeiro, institui regras, convertidas em limites e barreiras, por meio da constituição de resoluções que definem as pautas de costumes como santificantes, transformando o que “é certo para a Igreja” em um instrumento efetivo de salvação dos leigos. Segundo, transforma essas pautas de costume, efetivadas por meio das resoluções internas da Igreja, em instrumento de disputa pública, com homologias no campo político e econômico, inculcando no grupo um sistema de práticas que não se referem apenas aos “crentes”, mas que se impõe, enquanto reforço simbólico, como uma luta simbólica de toda a Igreja que se dá no campo político eleitoral. Instado a explicar como se dá na prática a participação do assembleiano na política partidária, não mais apenas como eleitor, mas como eleito, o pastor Vagner Mendes, atual presidente do Conselho Político da AD SETA de Araguaína, explica:

... primeiro essa pessoa tem que amar o próximo. Meu ponto de vista é esse. Se ele é um camarada egoísta, pra mim ele não serve pra ser o nosso representante. O critério é o camarada ser crente. É o cara gostar de ajudar as pessoas, entendeu? Esse aqui é um dos critérios principais, entendeu? E ter um nome, ter uma boa índole. Uma pessoa de bom caráter. Uma pessoa que tem... que a gente olha a vida dele, ele não tem uma sujeira dele ao longo dos anos dele de vida política e não político. Então tudo isso a gente tem que analisar. Porque se não a gente pega um camarada

aí, chega lá, ele vai envergonhar o evangelho como muitos fazem. (entrevista concedida pelo pastor Wagner Mendes em 07/05/2021).

Falando como presidente do Conselho de Políticos da Igreja, Mendes fixa os critérios para seleção dos representantes da AD SETA na vida política partidária: deve ser crente, e por isso deve assumir para si as características valorizadas como sendo de um “fiel”: “amar o próximo; ter boa índole, bom caráter”, culminando com o atributo da imagem pública “sem manchas”, ou seja, os representantes da Igreja devem ser escolhidos dentre aqueles que seguem as normas de costumes e comportamento, às quais terão por obrigação defender em seus mandatos. Por outras palavras, do ponto de vista da Igreja, os seus representantes na política partidária devem reproduzir no espaço público os sistemas de práticas de representações consagradas, se empenhando para produzir o desconhecimento, remetendo novamente a Bourdieu (1982), dos interesses que movem as condições materiais de existência – caso das questões sociais e econômicas – transfigurando-os em bens de salvação alcançados via obediência as regras impostas, especialmente àquelas relativas aos costumes e comportamentos, resultando disso a importante de que o representante da Igreja na política partidária aparente uma vida privada e pública sem qualquer mácula moral, segundo os padrões e exigências da AD SETA de Araguaína.

Certamente, como apontado por Mendes acima, não basta instrumentalizar a atuação dos representantes da Igreja na política partidária, no caso dos que podem ser eleitos, sendo necessário também, ou principalmente, fazer o exercício da inculcação nos

“crentes eleitores”, aqueles que capazes de elege, “faze[ndo] uma transformação na mente das pessoas, primeiro [...]”. Não há espaço para discutirmos, nos limites desse texto, quais as mudanças propostas pelo pastor Mendes, porém esclarecemos que elas fazem parte do esforço reacionário e conservador da Igreja AD SETA de Araguaína, à qual vê nas mudanças dos últimos 20 anos um componente de risco à doutrina e à sua própria existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que a AD SETA vê sua doutrina, baseada na conservação dos padrões de comportamento e no limitado espaço para mudanças, sob ameaça, ela retoma a agenda dos costumes uma vez que esta funciona como elemento de coesão entre os leigos dando sentido às suas práticas de territorialização simbólica. Nos últimos 20 anos, quando inúmeras pautas progressistas, principalmente as que defendem as minorias e as mulheres, auferiram espaço e representatividade dentro do campo político, o campo religioso se viu novamente na posição em enfrentar esses avanços, propondo freá-los por meio de iniciativas dentro da esfera pública com a eleição de seus representantes próprios, destacando-se os representantes que fossem “crentes”. Aparentemente a preferência por determinado candidato parece seguir parâmetros meramente “sagrados”, no entanto, a seleção possivelmente passa por outros crivos que não necessariamente o religioso.

Para o corpo de especialistas da AD SETA de Araguaína -TO os valores morais não devem ser vividos apenas na esfera religiosa e privada, mas precisam ser compartilhados no espaço

público. Nesse sentido, os pastores da AD SETA utilizam, como discurso simbólico para convencer os seus fiéis a votar nos candidatos apresentados pela Igreja, os mesmos valores que são ensinados nos seus 83 templos espalhados pela cidade. Ao enfatizar que “o crente” deve fazer “sacrifícios de renúncia a este mundo” o corpo de especialistas da referida instituição religiosa não está simplesmente negociando um bem de salvação, mas impondo condições para aqueles que pretendem ser escolhidos como candidatos da igreja.

Acompanhando Bourdieu, para que a entrada AD SETA no campo político pudesse ser legitimada foi necessário que seu corpo de especialistas instituíssem uma “pauta consagrada” que conseguisse expressar, por meio de um discurso, as crenças defendidas por esse grupo. Por outras palavras, adentrar no campo político como forma de avançar sobre os interesses do campo social e econômico, só é possível por meio da construção de um território simbólico de coesão que consiga traduzir uma suposta preocupação dos leigos e especialistas em relação aos temas morais, os quais seriam o alicerce da existência da própria Igreja.

Por fim, a partir dessa “nova forma” de conceber a relação entre religião e política, o exercício da cidadania entre os assembleianos da SETA/Araguaína passa, necessariamente, pela defesa dessa pauta de costumes, pois é ela que os tornam participantes da vida político-partidária. Nesse sentido, a pauta dos costumes, transformada em agenda político-partidária, se constitui uma prática discursiva que busca dar identidade política ao referido grupo, justificando a entrada da Igreja no campo da política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo**. São Paulo: DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA, 2017
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *Pelo Senhor Marchamos: Os evangélicos e a ditadura Militar no Brasil (1964-1985)*. Maranhão. Editora IFMA. 2020.
- ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus, origem, implantação e militância (1911-1946)*. 1ª edição. São Paulo. Arte Editorial, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3ª edição. Porto alegre, RS. Editora Zouk, 2008.
- BORDIEU, Pierre. **Conceitos Fundamentais**. Editado por GREFELL, Michael. Petrópolis. Ed. Vozes. 2018.
- COSTA, Miriam Mendes. **As relações de poder no processo de territorialização dos religiosos da congregação, pequena obra da divina providência no norte goiano (1950-1970)**.2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ªedição. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- MENESES, Jonatas Silva. **Igreja Evangélica Assembléia de Deus: Movimento, Continuidade e Mudanças**. In. FONSECA, André Dionei. MARIM, Jérri Roberto. *Olhares sobre a Igreja Assembleia de Deus*. Campo Grande: Ed. UFMS.2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidade na apropriação de cultura política pela historiografia**. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Ed.2ª Ed. Fino Traço. 2014.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Construindo uma Proposta de Abordagem Territorial (i)material*. In: **Abordagens Concepções de Território**. Editora Expressão Popular. São Paulo -2007. p.157 a 177.
- SOUSA. Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva Histórica sobre Construções de Identidades religiosas: A Assembleia de Deus em Imperatriz, MA**. Maranhão. Ética. 2011.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. "Conservadorismo: perspectivas conceituais". **Revista Estudos Políticos**. Publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro. Vol. 6 | N. 1, pp. 97-118, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

AS GUARDIÃS DAS FLORESTAS DE BABAÇU:

RESISTÊNCIAS NOS MODOS DE VIDA
DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (TO)

REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
JUSCELINO LAURINDO DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

O estudo propõe conhecer os modos de vida das quebra-deiras de coco babaçu da cidade de São Miguel do Tocantins, a construção da afetividade das mulheres em relação às palmeiras e ressignificação dos modos de viver elaborados em seu território. As memórias das mulheres nos permitem conhecer múltiplas resistências contra o avanço do desmatamento, que afastam a cada dia as palmeiras de babaçu das mulheres que as utilizam como forma de gerar renda. Os fazendeiros da Região do Bico do Papagaio as destroem, devastam os territórios onde há predominância de babaçuais, invadindo as terras das comunidades com o objetivo de criar gado e plantar soja e eucalipto.

Pensar a memória como fonte importante na manutenção dos modos coletivos e como um gatilho de acesso a imagens e lembranças do passado, “daria a memória coletiva conta da explicação de todos os fatos de memória, mormente do que chamamos

a lembrança individual? É o caso das imagens remotas, talvez da mais antiga que consigamos evocar” (BOSI, 1983, p. 330).

O território onde realizamos a pesquisa é São Miguel do Tocantins, no Estado do Tocantins, uma região de florestas de babaçu, local de conflitos e de memórias em disputa, pois há tentativas de construção e de desconstrução de memórias que a história oficial, na tentativa de manutenção do senso comum, acaba por invisibilizar histórias outras vulnerabilizadas que resistem para permanecerem vivas e portadoras de direito à voz.

Pensar como se estabelece essa cultura está relacionado, de certo modo, ao conhecimento sobre o trabalho das mulheres, nas estratégias de sobrevivência, na produção de materiais de consumo para as famílias que moram na cidade. Nesse sentido, buscamos analisar e compreender detalhadamente a cultura do coco babaçu na referida cidade, localizada na região do Bico do Papagaio, uma região que faz fronteira com os estados do Maranhão e Pará.

O extremo Norte do Estado recebe esse nome, porque está na fronteira com Maranhão e Pará. A ponta torta no mapa lembra o bico de uma ave colorida que é muito comum na fauna e flora dessa região, o papagaio. Na cor cinza, visualizamos São Miguel do Tocantins, onde realizamos a pesquisa.

Para analisar os modos de vida das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins, há um “feixe” (THOMPSON, 1998, p. 22) a ser desfeito, diante da multiplicidade de atividades realizadas pelas mulheres. As atividades se confundem e para distinguir essas práticas é necessário examiná-las cuidadosamente. Thompson (1998, p. 22) afirma que:

Mesmo assim, não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 1998, p. 22).

O emaranhado cultural nos modos de vida das quebradeiras de coco envolve uma cultura material – produtos alimentícios feitos da amêndoa do coco babaçu, sabão, carvão, artigos de decoração, bijuterias, caneteiros, entre outros -, e uma cultura imaterial, os cantos de trabalho e resistências às dificuldades, as formas de trabalho, como o adjunto¹, por exemplo, a transmissão desses costumes às gerações. As mulheres ressignificam a palmeira do coco babaçu desvalorizada pelos fazendeiros da cidade.

Como aporte teórico, utilizaremos os autores Paul Ricouer, Ecléa Bosi, Alessandro Portelli, Paul Thompson e Maurice Halbwachs, que tratam sobre memória, esquecimento e silenciamentos. Outros autores pesquisadores como Siney Ferraz, Elton Negreiros, Olívia Cormineiro e Kathiane Brito, sustentarão nosso estudo, visto que pesquisaram modos de viver e narrativas na região do Bico do Papagaio, Maranhão e Pará.

1 Um mutirão de mulheres que quebram o coco umas para as outras.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO ESTUDO DE CULTURA E TERRITÓRIO EM SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (TO)

A memória dos mais vulneráveis resiste às formas que o patriarcado impõe fortemente à sociedade. Nesse caso, a história oral é a metodologia que utilizamos para pesquisar e oportunizar vozes que têm suas existências negadas, especialmente, por ser tratar da história construída em torno das pessoas, lançando a vida para dentro da própria história, admitindo heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecidas do povo (THOMPSON, 1992).

Nosso trabalho, em um caráter interdisciplinar, promoverá diálogos entre estudos sobre memórias e história, ancorados por autores que possibilitam a história oral, nossa metodologia, visibilizar as narrativas das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins, percebendo no lugar de fala das mulheres, a ocasião de conflitos, lutas e resistências em busca de reconhecimento do trabalho de quebrar coco como parte da cultura que se estabeleceu no território da cidade. A ideia de interdisciplinaridade se instaura em uma teia de saberes que se conectam a diversas áreas e estruturas que vão sendo inventadas por revelarem a condição interdisciplinar. Assim:

Para além do caso das ciências cognitivas-dotadas como são de características particularmente reveladoras da condição interdisciplinar das “interciências” – é ainda conveniente sublinhar a importância das novas estruturas institucionais

que tem vindo a ser “inventadas” na instauração da ideia mesma de interdisciplinaridade. (POMBO, 2006, p. 224).

As narrativas de nossas interlocutoras permitem o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, das ciências sociais e humanas, que possibilitam compreender os modos de vida de grupo, das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins, criar uma teia de saberes para entender como se organizam as mulheres em modos de vida próprios a partir da quebração do coco babaçu.

Durante o estudo, realizamos entrevistas com mulheres quebradeiras de coco babaçu, e de maneira a não influenciar no momento das entrevistas, como observador e pesquisador, procuramos estudar modos de vida, apontando as contribuições dessas trabalhadoras na formação de uma identidade e das práticas culturais ali desenvolvidas, observando as vozes presentes, contextualizando, historicamente, o trabalho das quebradeiras de coco, mostrando a importância, pois trata-se de uma maneira de resistência.

Utilizamos a técnica de história de vida de mulheres quebradeiras de coco babaçu da região de São Miguel do Tocantins, localizada na microrregião do Bico do Papagaio. O critério de escolha é a faixa etária entre quarenta a setenta e cinco anos e o local de residência a mais tempo no território de São Miguel do Tocantins (TO).

A dependência recíproca entre a mulher quebradeira de coco, a palmeira do babaçu e os elementos naturais presentes nos

babaçuais se explicam nas vivências e experiências de gerações de quebradeiras de coco. O afeto, resgatado na memória, ressurgiu do sentimento que se constrói ao longo das gerações, alimentadas por se sentirem pertencer àquele lugar, aos babaçuais. É algo permanente, porque é fixo, e subjetivo, porque é vivo e correspondente ao aqui, agora, ativo, como afirma Willians (1979):

E então, se o social é fixo e explícito – as relações, instituições, formações, posições conhecidas – tudo o que está presente e se move, tudo o que escapa ou parece escapar ao fixo, explícito e conhecido, e compreendido e definido como pessoa: este, aqui, agora, vivo, ativo, “subjetivo” (WILLIAMS, 1979, p. 130).

Chamar a palmeira de mãe explica o afeto das mulheres quebradeiras de coco babaçu, o sentimento de cuidado, proteção, preservação, amor mesmo de filhas para mãe. A resistência das quebradeiras de coco se dá, principalmente, em defesa dos modos de vida que dependem das palmeiras de coco babaçu, esse é o meio de trabalho de muitas mulheres que sustentam as famílias com os produtos que fazem. Às gerações mais novas, mostram o lugar da palmeira e a importância da preservação dos babaçuais, pelas utilidades que têm e pelo que proporcionam aos moradores da cidade de São Miguel do Tocantins.

O afeto se fortalece, se reconstrói e retroalimenta a segurança através das experiências, mas não uma experiência isolada, trata-se de uma experiência compartilhada e vivida na coletividade, na experiência social, conforme Raymond Willians (1979, p. 134):

Ao mesmo tempo são tomadas, desde o início, como experiência social, e não como experiência “pessoal”, ou como as características incidentais, meramente superficiais, da sociedade. São sociais sob dois aspectos que as distinguem dos sentidos limitados do social como o institucional e formal: primeiro, pelo fato de serem modificações de presença (enquanto estão sendo vividas, isso é óbvio; quando já foram vividas, essa ainda é suas características substancial. (WILLIANS, 1979, p. 134)

A estrutura de sentimentos que emerge dessas experiências está, de certo modo, relacionada à ascensão da classe, que, nas resistências diárias às adversidades, protagonizam momentos de conquistas no grupo onde se sentem pertencer, porque lutam pelos mesmos direitos, pelas mesmas causas, a preservação das florestas de babaçu. Há, nesse sentido, por parte das mulheres, a consciência que age coletivamente, a “consciência social quando são vividos, ativamente em relações reais” (p. 134).

Os relatos orais das quebradeiras de coco babaçu mostram as vivências com as palmeiras nos babaçuais desde a infância. As construções sociais e afetivas são parte das práticas culturais, onde existe a singularidade da mulher em relação às palmeiras, uma relação elaborada na dependência, pois as quebradeiras precisam dos frutos da árvore e, por outro lado, a palmeira necessita do cuidado e proteção, de que sejam preservadas e permaneçam de pé.

Conhecer o lugar de fala das interlocutoras foi fundamental, ouvir as narrativas da construção e do lugar social dos

sujeitos possibilita conhecer trajetórias. como a das mulheres quebradeiras de coco babaçu, que narram resistências e lutas pelo direito de ter os modos de vida e suas narrativas registradas com fidedignidade. O lugar de fala remete a território, e para as comunidades tradicionais, território é algo que transcende o físico, como defende Haesberth (2006, p. 121):

Assim, associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2006, p. 121).

O espaço onde se vive permite a construção de laços de identidade social e fortalecimento do grupo dominante. Na medida que o grupo dominante se fortalece, gera conflitos de identidades territoriais e fortalece também as diferenças e as desigualdades, há uma disputa de memórias. O território é então o lugar de afirmação, e mesmo havendo diferença entre grupos, uma identidade se estabelece ali, dentro do território, de acordo com a memória coletiva de cada grupo.

A manifestação dos modos de viver das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins são representadas por uma cultura material de valor positivo para as mulheres e as experiências são repassadas a cada geração, de mães para filhos, permanecendo, assim, a cultura do babaçu na cidade. A compreensão narrativa e a compreensão prática nos modos de vida implicam uma relação de transformação, como sustenta Ricoeur (1994):

Qual é então a relação da compreensão narrativa com a compreensão prática tal como acabamos de organizar? A resposta a essa questão comanda a relação que pode ser estabelecida entre teoria narrativa e teoria da ação, no sentido dado a esse termo na filosofia analítica de língua inglesa. Essa relação, a meu ver, é dupla. É ao mesmo tempo uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. (RICOEUR, 1994, p. 90).

A relação de transformação é percebida nas narrativas protagonizadas por mulheres que resistem ao desmatamento causado pelos fazendeiros em São Miguel do Tocantins, pois as lutas pela preservação das florestas de babaçu são narradas com a densidade dos fatos violentos como aconteceram. As narrativas analisadas permitem descobrir histórias, redescobrir outras, compreender e conhecer novos saberes, outras epistemes em “um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas” (SILVA, 2013, p. 9) apud (THOMPSON, 1997, p. 57).

A condição de precariedade do trabalho de quebrar coco remete a uma situação de vulnerabilidade social das mulheres

no que diz respeito a condições mínimas de autoafirmação e de empoderar-se das condições necessárias para se redescobrirem dentro do próprio grupo social e romper com o silêncio e apagamento de suas vozes. Medeiros (2012, p. 261) acredita que narrar é poder e quem produz os discursos através da narração visibiliza e invisibiliza certos grupos, ampliando uns em detrimentos de outros grupos. Medeiros (2012, p. 261) afirma que estar no mundo pressupõe narrar o mundo:

Encontros entre narradores e narrados. Em minha limitada compreensão, não existe narrador capaz de narrar algo sobre a sociedade na qual se insere mesmo que em tempos e espaços diversificados, que não faça parte das construções culturais dessa sociedade. Dito de outra forma, e faço questão que seja de uma forma muito simples: estar no mundo pressupõe narrar o mundo e o mundo narrado é o único mundo que acessamos. (MEDEIROS, 2012, p. 261)

O mundo que narram as quebradeiras de coco é o das experiências nos babaçuais, das dificuldades enfrentadas para coletar o coco babaçu nas fazendas, dos impedimentos que sofrem para atravessar as cercas de arame que delimitam as terras, das violências sofridas, narram o mundo permeado de lutas pelo direito ao babaçu livre. O espaço marcado por lutas sangrentas pela terra, pela permanência das famílias no lugar, por seus modos de viver foi construído a partir da resistência do campesinato diante do poder dos fazendeiros da Região do Bico do Papagaio, sustenta Ferraz (1998). O autor revela que as

quebradeiras de coco babaçu tiveram de lutar para ter acesso aos babaçuais e para evidenciar a importância do babaçu como gerador de renda para a comunidade.

Corroborando a afirmação de Ferraz (1998), Silva (2013) defende que a construção dos modos de vida dos sertanejos se dá no dia a dia, nas práticas culturais, identidades e narrativas foram e são elaboradas na labuta diária, pois é na prática e na vivência que vão se construindo os sentimentos de pertencimento e de afetividade pelo lugar, em que se consolidando os modos de viver de uma comunidade dando a esta e a todos que fazem parte dela os modos de viver que pautarão o viver coletivo.

No mesmo viés, Brito (2019) sustenta que “Não existe babaçu livre em terra presa”, expressão que intitula sua dissertação de Mestrado. A autora traz essa inquietação em sua pesquisa, as estratégias utilizadas, a autonomia e a resistência nos babaçuais onde estão inseridas as quebradeiras de coco. Cormineiro (2010) ressignifica a Região do Bico do Papagaio em seu estudo sobre os modos de vida dos sertanejos nos vales do Araguaia e Tocantins. As vozes dessa região, segundo a autora, evidenciam que tiveram de construir estratégias de resistências para sobreviver o abandono do Estado.

As leituras sobre os sertanejos, sobre os trabalhadores rurais do Norte do Tocantins confirmam uma vida de experiências relacionadas a estratégias de sobrevivência e resistências ao apagamento de suas histórias e culturas que vão se estabelecendo a partir de modos de vida que surgem da necessidade e da busca pelo sustento das famílias. A história oral permite revelar e registrar essas histórias que a história oficial suprime.

RESISTÊNCIAS EM NARRATIVAS ORAIS DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (TO)

A dependência dos modos de viver das quebradeiras de coco babaçu ao babaçu e ao meio ambiente representa e defende a ideia sustentabilidade. Desenvolvem um trabalho sem prejuízos à natureza e o uso sustentável de tudo que a palmeira oferece. O ambiente verde, local de trabalho acabou por construir saberes e práticas culturais em relação ao ciclo natural do lugar. O respeito ao babaçu é ensinado desde cedo aos filhos e é nos afazeres diários que as quebradeiras de coco constroem o sentimento de respeito, visto que os produtos de uso das mulheres no dia a dia estão presentes dentro de casa e feito da árvore.

Isso explica a existência da expressão “mãe palmeira”. O sentimento que aflora é o de filhas quebradeiras de coco babaçu gratas à mãe palmeira, que permite o uso de cada parte da planta como maneira de gerar renda e sustento de famílias na cidade de São Miguel do Tocantins. A narrativa de Maria Laurindo dos Santos afirma, quebradeira de coco, o sentimento de gratidão:

Meu sentimento é maravilhoso, porque se não fosse o coco babaçu eu não tinha criado nove filho. Eu quebrava coco todo dia pra comprar as coisa pra dentro de casa, que eu, tanto fazia tá inverno ou verão eu tinha de ir, e eu sinto como a palmeira igualmente como uma pessoa, uma vida, quando eu vejo uma palmeira derrubada

eu fico triste, que ali tá derrubando uma mãe, que a pessoa derruba as bichinhas não sei para que, porque ali você quebra o coco, você faz o carvão, você tira o azeite, você faz o sabão, de tudo do coco você aproveita, com o olho de palha fazemos o cofo pra levar o coco, o pau da palmeira você bota no canteiro, tudo do coco você se aproveita. Que a pessoa quer derrubar um pé de coco é um criminoso, que ali é igualmente uma mãe pra quem não tem dinheiro, pra quem é pobre, eu fico muito triste quando eu vejo isso. (MARIA LAURINDO DOS SANTOS, SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, 27/05/2021)

O relato registra parte da cultura material das quebradeiras de coco babaçu (carvão, azeite, cofo², canteiros³ - estes, produzidos com o uso da palmeira de babaçu), que ao adentrarem às florestas para catar coco, produzem uma variedade de objetos de consumo no dia a dia. Reafirma a palmeira como a mãe que proporciona o sustento da casa e dos filhos e por isso, deve ser preservada. A tristeza é sentida pelo desperdício e destruição provocados com o desmatamento.

Da mesma forma, Emília Alves da Silva Rodrigues, complementa sobre o uso da palmeira de coco babaçu pelas mulheres de São Miguel do Tocantins:

-
- 2 Acessório muito utilizado em casa para juntar os cocos babaçus e os materiais de que precisam para ir à coleta nos babaçuais. Imita uma sacola feita de palha.
 - 3 São pequenas plantações de hortaliças feitas pelas quebradeiras de coco onde se planta cebola, coentro, alface etc, onde o principal adubo é do tronco apodrecido da palmeira de coco babaçu.

A defesa dos babaçuais, os babaçuais pra nós é nossa vida, é nossa mãe, quem nos deu força, nos deu coragem. Você sabe muito disso, você conhecia aquela época, a gente era muito pobre, a gente não tinha nem quase como sobreviver, e vivia dos babaçuais. Quebrando coco vendendo pra comprar alimentação pros filhos, e também para fazer o alimento né, o carvão pra fazer de comida, o azeite para temperar comida e também pra fazer o sabão (ENTREVISTA REALIZADA COM EMÍLIA ALVES DA SILVA RODRIGUES, 07/07/2020)

A narrativa mostra que há geração de renda com a venda dos objetos que produzem. A coragem e a força de que fala é em ocasião de perceber na palmeira o único meio para comprar alimentação para os filhos, assim, seguiam com firmeza na coleta de coco babaçu, tanto para produzir o próprio alimento, como para vender.

As dificuldades encontradas pelas quebradeiras de coco são relatadas nos estudos de Ferraz (1998, p. 115) desde a chegada dos primeiros moradores do Povoado Sete Barracas. O autor sustenta que:

O cotidiano dos moradores de Sete Barracas é marcado por muita dificuldade. Eles viviam na condição de posseiros, pois a terra era devoluta. O trabalho era árduo. Faziam suas roças derrubando e queimando a mata. Depois da “coivara”, limpavam a terra com a capina para poder plantar, geralmente de arroz, milho feijão e mandioca.

Complementava-se a faina produtiva com a criação de animais e a extração da amêndoa do babaçu (FERRAZ, 1998, p. 115).

Sete Barracas é um povoado de São Miguel do Tocantins, onde vivia Raimunda – a quebradeira de coco -, símbolo de resistência para as mulheres daquela região e que viviam da quebra do coco babaçu. Eram obrigados a derrubar as palmeiras e limpar a mata, pois na condição de posseiros, deviam trabalhar arduamente para conseguirem se manter em suas casas. As quebradeiras de coco babaçu viviam a realidade destacada por Ferraz (1998), na iminência de perder as moradias.

O relato de Raimunda Nonata Nunes Rodrigues mostra parte do tratamento violento que sofriam as mulheres ao tentarem ultrapassar as cercas das fazendas para catar coco:

Eles foram devorando todas as matas, as terras e, os babaçus então as quebradeira de coco, se acharam ameaçada pelos fazendeiros, porque além deles ter tomado as terras, derrubado as matas, eles não deixavam o babaçu que ficava, eles não deixava a quebradeira entrar pra quebrar o coco, e quando elas entrava eles fazia barbaridade com as quebradeiras eles arrastava, eles tomava o produto. (RAIMUNDA NONATA, 07/07/2020).

As ameaças eram constantes, as mulheres eram arrastadas e tinham os produtos tomados pelos donos das fazendas. Os fazendeiros tomaram terras, derrubaram matas e impedem as

quebradeiras de coco de entrarem nas terras. As mulheres eram tratadas de forma violenta se tentassem continuar o trabalho de quebrar coco. Para os fazendeiros, trata-se de uma planta sem utilidades. As histórias de vida das mulheres quebradeiras de coco mostram os enfrentamentos pelos quais tiveram que passar.

Emília Alves da Silva Rodrigues continua o relato sobre a luta em defesa dos babaçuais, a densidade do registro mostra a dificuldade que tiveram e as inúmeras perseguições que sofreram as quebradeiras de coco:

Como ver as lutas das quebradeiras de coco babaçu nos dias atuais, a luta é uma luta muito tremenda sabe, a gente lutou e lutamos, contra as derrubadas, contra os venenos contra as queimadas, contra todas as coisas que vem nos perseguindo. Sabe, foi muito difícil mais hoje a gente vê que valeu a pena a gente lutar, valeu a pena a gente sofrer, valeu a pena a gente ir pra frente dos tratores, das derrubadas de babaçuais, valeu a pena a gente lutar contra os latifúndios que queria acabar com tudo, derrubando tudo quanto era babaçuais, valeu a pena, muito, muito, muito mesmo! (EMÍLIA ALVES DA SILVA RODRIGUES, 07/07/2020)

A luta tremenda, como se refere Emília Alves, é a luta contra a morte das palmeiras de babaçu. Uma luta a ponto de ir para a frente dos tratores para impedir a derrubada das florestas de babaçu, seja pelas máquinas, seja por veneno. A luta é em favor da vida. Nesse viés, pensando as narrativas aqui analisadas,

“assumimos lidar com memória no plural” (FENELON et al., 2000, p. 5-6), como uma tentativa de proporcionar o reconhecimento desse grupo social que a história oficial do Estado do Tocantins invisibiliza.

Cada quebradeira de coco apresenta uma história singular, são muitas histórias de resistências do lugar onde estão inseridas. A memória presente em seus discursos faz parte da memória coletiva do grupo, que mantém vivos os acontecimentos narrados. Pollak (1992) explica como ocorre a memória individual e memória coletiva:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (POLLAK, 1992, p. 2).

Os relatos que analisamos mostra a memória individual de cada mulher e, ao mesmo tempo, junto às outras narrativas, a memória coletiva das quebradeiras de coco é atravessada por acontecimentos de lutas em defesa dos babaçuais, de resistências, de sobrevivências, de dificuldades e de momentos violentos sofridos em decorrência do trabalho que fazem.

As trabalhadoras da quebra do coco babaçu construíram uma forma de manifestação cultural, consolidando laços de dependência e de respeito dentro do grupo, em que no conjunto

de atividades que foram desenvolvendo, contribuíram para a construção da identidade cultural local, fortalecendo-a no território de São Miguel do Tocantins (TO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com as narrativas orais das quebradeiras de coco babaçu de São Miguel do Tocantins (TO) que as mulheres desenvolvem múltiplas atividades responsáveis que fazem o feixe cultural no território onde vivem. Conhecer essas atividades permitiu verificar a existência de uma identidade que se forma no ambiente de trabalho das mulheres, nas formas de trabalhar, nos objetos que produzem da palmeira do babaçu, nas lutas em defesa da preservação dos babaçuais. Com os objetos produzidos/confecionados constroem territorialidades. A identidade é percebida na coragem e na força com que mostram nas narrativas ao buscarem a sobrevivência e o sustento das famílias.

Ir para frente dos tratores, sofrer perseguições e violências físicas são situações que fazem parte da memória individual e coletiva das quebradeiras de coco babaçu em busca de direitos e justiça, pela permanência dos modos de vida e para continuarem o seu trabalho. Protagonizam a luta por terra, resistem aos fazendeiros que dificultam o trabalho.

As experiências nos babaçuais construíram uma relação de afeto e de dependência entre quebradeiras de coco babaçu e a palmeira, que é chamada de mãe por ser dela que as mulheres criam produtos para consumo próprio e para vender e gerar renda. O sentimento de cuidado e de respeito é percebido na defesa pela

preservação da natureza, utilizando-a de forma sustentável. São guardiãs das florestas.

Povos tradicionais, nossas interlocutoras, portam ancestralidades e transmitem saberes a cada geração, os filhos e filhas aprendem desde cedo a importância de conservar as palmeiras de babaçu vivas. Compreendemos a História Oral como uma maneira de registrar e reconhecer histórias como a das quebradeiras de coco babaçu, histórias de vida e de saberes que a história oficial do Estado continua a invisibilizar.

As resistências das mulheres quebradeiras de coco as fazem protagonistas de conquistas como a Lei do Babaçu Livre⁴, uma conquista para as mulheres, uma lei que torna criminoso quem desmata e impede a comunidade de ter acesso às florestas de babaçu. Nessa direção, as relações das quebradeiras com seu território, com as palmeiras, com a memória coletiva do lugar representam os modos de viver das quebradeiras. O sentimento de pertencimento ao lugar permite a visibilidade a essas vozes. As linhas abissais se rompem minimizando as diferenças, o protagonismo fortalece as mulheres.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memórias e Sociedade**: Lembranças de velhos. 1ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, LTDA, 1983.

BRITO, Katiane Santana. Não Existe Babaçu Livre em Terra Presa. 2019. 159 f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. São Luiz/MA, 2019

4 Lei N° 007 de 20 de Junho de 2005, que dispõe sobre a proibição de derrubada de Palmeiras de coco babaçu em São Miguel do Tocantins no Estado do Tocantins.

- CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. **Trilhas, Veredas e Ribeiras: Os Modos de Viver dos Sertanejos Pobres nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins (Séculos XIX e XX)**. 2010. 259 f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia/MG, 2010.
- FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas Memórias, Outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000.
- FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ética editora, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **Território Alternativos**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEDEIROS, Euclides Antunes. **Encontros de Sangue: Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins – 1830/1930**. 2012. Tese – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. 2012.
- POLLAK, Michel. **Estudos Históricos: Memória e identidade social**. V.05, n.10, 1992, p. 200-212.
- POMBO, Olga. **Práticas Interdisciplinares**. Dossiê [Online]. Sociologia, Porto Alegre, ano 8. Jan/julho 2006, p.208-249. Disponível em: [Lttp//www.scielo.br/pdf/n15](http://www.scielo.br/pdf/n15). Pdf>. Acesso 15 de Julho de 2019.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução Constança Marcondes Cesar-Campinas, São Paulo: Editora, Papyrus, 1994.
- SILVA, L. C. B. da. **A importância do Estudo de História Regional e Local na Educação Básica**. In: XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH-Brasil), 2013. **Anais...**Natal: ANPUH, 2013. Artigos, p. 1-11.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979

CULTURA, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE DA TROPA DE ELITE DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS – CIOE-PMTO

**BRAZ BATISTA VAS
MARTA VICTOR VIEIRA
ALBERTO GOMES DE ARAÚJO**

INTRODUÇÃO

O presente texto corresponde a um recorte do projeto de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT da Universidade Federal do Tocantins – UFT, sobre o tema “Cultura, Territorialização e Territorialidade da Tropa de Elite da Polícia Militar do Tocantins – CIOE-PMTO”. Pesquisa essa que visou compreender as razões para a territorialização da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Tocantins.

A questão que orientou a investigação está relacionada com os símbolos e ritos que constroem e se constituem em elementos de distinção da CIOE na Polícia Militar do Tocantins, no seu processo de cultura e territorialização, ou seja, em sua circunscrição.

Negligenciados pela historiografia até bem pouco tempo, em razão de diversos preconceitos e estereótipos associados aos homens e mulheres de farda, os policiais militares raramente

aparecem nos livros ao longo da história. Quando aparecem são retratados como opressores por uma parcela da sociedade, muito embora, contraditoriamente, haja um clamor desta mesma parcela da sociedade pelo aumento na atenção com a segurança pública.

Uma imagem de descrédito que circula na atualidade, 2021, dos policiais militares, vai de encontro com a real missão destes agentes, a quem cabe o policiamento preventivo e ostensivo na preservação da ordem pública, conforme consta no Art. 144 da Constituição Federal de 1988.

O intuito é chamar atenção para relevância social, não somente desta Unidade, a CIOE, mas também a todos os homens e mulheres de farda da Instituição Polícia Militar do Tocantins, além de ressaltar questões de diferença entre presente e passado.

Para analisar a cultura e a territorialização da CIOE, particularmente os elementos simbólicos de distinção em relação ao efetivo ordinário da PMTO, utilizamos os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu ¹(2018), de modo a mostrar a construção desta tropa de Elite da Polícia Militar do Tocantins.

Esses policiais passam por vários ritos capazes de transformá-los, em suas peculiaridades comportamentais, para que surja um novo sujeito, com *habitus*, afeições e relações interpessoais distintas dos policiais comuns da tropa. Mas, com o objetivo de contribuir para a segurança pública no espaço onde atuam, se territorializam e deixam suas marcas, que podem ser observadas nos prédios, viaturas, uniformes, insígnias, nos corpos e na conduta.

1 Filósofo social francês (1930-2020).

CULTURA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS: BREVE HISTÓRICO

Para melhor compreensão sobre a cultura das operações especiais, e, conseqüentemente, facilitar o entendimento quanto a territorialização da CIOE-PMTO, é interessante retornarmos ao início da Segunda Guerra Mundial, quando Winston Churchill², primeiro-ministro do Reino Unido em 1940, ao observar que os nazistas mantinham uma crescente agressividade sobre o continente europeu, entendeu precisar encontrar uma solução urgente e retomar o controle da situação. Assim, deixou-se levar em suas memórias, indo ao final do século XIX, em 1899, na Guerra dos Bôeres³, na África do Sul, observando uma pequena unidade, formada por um número reduzido de homens, chamados de “*Kommandos*”, o qual deu muito trabalho ao exército inglês. Baseado nessa pequena unidade, Churchill criou os comandos britânicos e a mística desse grupo (DENÉCÉ, 2009, p. 40).

Segundo Denécé (2009), após a criação dos comandos, em 1940, os ingleses ainda tentavam interromper as intermináveis derrotas que vinham sofrendo desde que entraram na Guerra. Derrotas as quais incomodavam um jovem oficial subalterno,

2 Sir Winston Leonard Spencer Churchill (30/11/1874 – 24/01/1965), foi um político britânico, Ministro da Guerra e Ministro da Aeronáutica e Primeiro-Ministro inglês por duas vezes. Ele foi Primeiro-Ministro do Reino Unido de 1940 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, e novamente de 1951 a 1955. Fonte: https://www.ebiografia.com/winston_churchill/

3 As **Guerras dos Bôeres** (ou Guerras de libertação na historiografia bôer) é o nome dado aos dois conflitos travados entre o Reino Unido e as duas repúblicas bôeres independentes, o Estado Livre de Orange e a República Sul-Africana (República do Transvaal). Os dois conflitos ocorreram, respectivamente, de 16 de dezembro de 1880 a 23 de março de 1881 e de 11 de outubro de 1899 a 31 de maio de 1902. Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-boeres/>

chamado David Stirling⁴, o qual viu a necessidade de criar um grupo composto por operadores audaciosos, resolutos, super treinados e capazes de utilizar todos os meios de infiltração, ou seja, diferente das forças aerotransportadas e dos comandos. Assim, em meados 1941 criou-se o SAS (*Special Air Service*), que além de adotar doutrina militar diferente da convencional, tinha um efetivo reduzido. Esse conceito de emprego de forças especiais adotada pelo SAS, em 1941, continua muito atual, embora tenha sofrido algumas adaptações conforme cada realidade, e ainda continua sendo referência para as Unidades de Operações Especiais pelo mundo.

Relatos empíricos contam que ao final da Segunda Guerra Mundial, após a invasão a um quartel nazista, um dos comandos ingleses encontrou um crânio, nesse contexto personificando as barbaridades nazistas, e apanhando o seu punhal cravou-o no crânio, sacralizando, assim, a vitória da vida sobre a morte. E é a partir desse ato, que o punhal cravado no crânio passou a ser adotado por várias Unidades de Operações Especiais, simbolizando a “vitória sobre a morte”.

Existe a afirmação - ainda não comprovada documentalmente, mas que faz parte de uma tradição oral - de que com a vitória das forças aliadas sobre os nazistas, os Commandos teriam invadido o quartel-general dos Totenkopf e sobre a mesa do seu comandante havia um crânio (símbolo daquela divisão), para sacralizar a vitória da vida

4 Sir Archibald David Stirling (15/11/1915 – 4/11/1990), foi o oficial do exército britânico que fundou e liderou a tropa de elite britânica, o Regimento do Serviço Aéreo Especial (SAS), durante a Segunda Guerra Mundial. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/David-Stirling>

e da liberdade sobre a morte (representada pelos campos de concentração nazista) um soldado Comandos teria cravado seu punhal sobre o crânio e desse ato surgiu a expressão 'Vitória sobre a Morte!' (COTTA, 2007, p. 4).

Um gesto e uma interpretação simbólica sobre como materializar visualmente, de forma rápida e assertiva, a constante luta pela e o incansável trabalho do soldado, simbologia posteriormente transportada para o contexto policial. Aqui no Brasil, o primeiro a adotar a faca cravada em um crânio foram os Comandos do Exército, em 1957, após a realização do primeiro curso de Operações Especiais.

O Exército Brasileiro realizou em 1957 o primeiro Curso de Operações Especiais. Os Comandos no Brasil passaram a adotar a simbologia do crânio transpassado pelo punhal em homenagem aos Commandos Britânicos e sua vitória sobre as atrocidades praticadas durante a Segunda Guerra Mundial. Simbologia essa herdada pelos policiais que realizaram seus cursos naquela instituição. Dessa forma, a simbologia da 'faca na caveira' é tributária de uma matriz baseada na defesa dos Direitos Humanos e não o contrário. (COTTA, 2007, p. 4).

Posteriormente, foi adotado pelas Polícias Militares brasileiras como símbolo dos Cursos de Operações Especiais (COEsp). Inicialmente o Núcleo da Companhia de Operações Especiais - NuCOE, hoje Batalhão de Operações Policiais Especiais da

Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, BOPE-PMERJ, foi a primeira a adotar a faca na caveira.

Em 1979, após a conclusão do Curso de Operações Especiais (COEsp) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, realizado em 1978, no Nu/COE (Unidade Policial que futuramente seria denominada Batalhão de Operações Policiais Especiais) foi idealizado pelos concluintes do COEsp o distintivo do curso. Nota-se que ao distintivo do curso do Exército Brasileiro foi agregado o símbolo internacional das polícias militares e os louros da vitória. Ressalta-se que o símbolo pertencia ao curso e não à Unidade. (COTTA, 2007, p. 5).

É também por cultura criada pelos integrantes do BOPE da PMERJ que esses Operadores são chamados caveiras. Assim:

Em 1980, uma rebelião no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, exigiu a presença do NuCOE, pois nenhuma força policial conseguia entrar nas instalações convulsionadas. [...] Depois dessa ocasião, toda vez que os detentos ameaçavam se rebelar, eram avisados de que seriam chamados as caveiras – apelido dado aos integrantes da unidade especial pelos próprios presos em razão do distintivo com o crânio. (STORANI, 2018, p. 89-90).

A denominação se consolidou devido ao apelido dado aqueles integrantes do até então NuCOE, por usarem como distintivo um crânio. A CIOE, a exemplo dos SAS britânico, foi criada para agir

de modo diferente da tropa ordinária, a qual vai além da doutrina militar convencional, abordando e resolvendo as missões que lhes são dadas de maneiras diversas. E a exemplo do então NuCOE, tem em seu distintivo um crânio cravado com uma faca, e os integrantes desta unidade também são chamados caveiras.

TERRITORIALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

A reprodução dessa herança cultural nas ações de incorporação em nível de mundo, Brasil e particularmente no Tocantins, se desdobrou na criação da CIOE-PM/TO em 2003, determinando sua concepção, implantação, constituição e circunscrição territorial no estado do Tocantins.

Assim, partindo do pressuposto de que o poder “está em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 6), entende-se que a institucionalização do poder pode ser reconhecida especialmente, pela territorialização da Polícia Militar no Estado do Tocantins e, mais especificamente, da territorialidade da CIOE. Portanto, para analisarmos esses espaços ocupados/utilizados por estes operadores é necessário entendermos o conceito de território, embora existam inúmeras definições de território no campo geográfico.

Segundo Raffestin (1993) o espaço antecede o território e as constantes modificações causada pelo homem é que denominarão esse espaço, agora modificado em território. Desse modo:

O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material

preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Já para Haesbaert (2004), a amplitude do conceito de território vai além das perspectivas iniciais das Ciências Humanas, assim:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tenta enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveria[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relação de poder [...]; a Economia, que prefere a noção de espaço à de território [...]; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica [...]; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da

subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 37).

O geógrafo Milton Santos (2006), reconhece que “o território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados” (2006, p. 154). Desse modo:

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. (SANTOS, 2006, p. 154).

Já para Saquet (2008), o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, diferenciando o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades. O território é resultado das ações dos homens, que vivem em determinado espaço e tempo, logo de sujeitos históricos, que agem e reagem conforme a sua cultura, lógicas institucionais e papéis sociais, pois:

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade.

Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. (SAQUET, 2008, p. 81).

Portanto, a diferenciação do território e do espaço são as relações de poder, constituindo campos econômicos, políticos e culturais; como também a construção histórica e relacionais de identidades. Gerando o movimento o qual Saquet (2008) vai chamar de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

Esse movimento assemelha-se ao que o policial militar passa quando é voluntário a tentar o COEsp ou o CATE⁵, pois, ao sair da tropa ordinária para fazer parte do campo das Operações Especiais. Essa diferenciação, se dá quando esses sujeitos ocupam o território das Operações Especiais, após terem passado pelo que Bourdieu (2008) chama de “rito de instituição”, baseado no clássico conceito (em antropologia social) de Arnold Van Gennep (2011) de “rito de passagem”. De forma que:

Para Bourdieu (2008, p. 98), ‘todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, ou seja, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, um limite arbitrário’. O ‘limite’ a que o autor se refere é a linha simbólica que

5 COEsp – Curso de Operações Especiais CATE – Curso de Ações Táticas Especiais

marca a passagem de uma determinada condição para outra. Porém, mais importante do que a linha 'é a divisão que esta linha opera' entre aqueles que passaram pelo ritual e aqueles que ainda não foram selecionados. [...] Ele precisa incorporar um novo *habitus*, visível através de novos comportamentos, pensamentos e ações. Os aspectos simbólicos presentes em todos os ritos de instituição que, certamente, envolvem investimentos consideráveis na formação do agente, devem atuar como desencorajadores da tentativa da ruptura com o modelo estabelecido. (ARAÚJO, 2017, p. 18-19).

Esses, agora, operadores instituídos, após concluírem com aproveitamento os Cursos de Operações Especiais (COEsp) ou de Ações Táticas Especiais (CATE), passam a exercer as Operações Especiais e a ocuparem esse território e a construir a territorialização a qual está ligada ao simbolismo, apego e afeto sobre a distinção conquistada. Ou seja, a territorialização é o ato/ação de se apropriar de um recorte espacial e torná-lo um território.

A desterritorialização, é o oposto da territorialização. É a perda do território o qual era pertencente, ou seja, neste caso o serviço ordinário. Pois, agora esses sujeitos perderão essa concepção de policiamento convencional, o qual não é exercido pela CIOE. Portanto, desconstruindo o que faziam antes, passando a construir ou adquirir o que Bourdieu chama novos *habitus*. “O *habitus* tem a intenção de transcender uma série de dicotomias profundamente enraizadas que moldam os modos de pensar o mundo social”. (BOURDIEU, 2018, p.73). O *habitus*, parte de uma experiência enigmática sociológica, baseada nas decisões

cotidianas, em pressuposições sobre o caráter, comportamento e atitudes previsíveis de outras pessoas.

Já a reterritorialização, é a criação de novos territórios, ou seja, quando esses sujeitos já passaram pela territorialização, os processos culturais inerentes às relações de poder, como as identidades simbólico-culturais a qual se apropriaram de um recorte espacial e o tornam território. Ou a desterritorialização, dando-se quando esses sujeitos procuraram desconstruir ou perder suas concepções de policiamento convencional, passando a viver uma nova territorialização.

ESTADO DO TOCANTINS E A POLÍCIA MILITAR: BREVE HISTÓRICO

Com a criação do Estado do Tocantins, promulgada em 5 de outubro de 1988, verificou-se a necessidade de uma força pública para fazer a segurança desses, agora, cidadãos tocan-tinenses. Assim, é dada a opção a esses militares de continuar fazendo parte da Polícia Militar de Goiás, porém, teriam que deixar os destacamentos do até então norte de Goiás ou permanecer e integrarem as fileiras da recém-criada Polícia Militar do Tocantins. Portanto, alguns militares retornaram a Goiás, outros permaneceram, dando-se, assim, em 1º de janeiro de 1989, a criação da Polícia Militar do Tocantins.

Em 1º de janeiro de 1989, o então Governador do Estado de Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, assinava a Medida Provisória nº 001, que definia a estrutura organizacional básica

do Poder Executivo do Estado e inseria a Polícia Militar no seu organograma geral. Na época, um efetivo de 1.137 policiais do estado de Goiás, que atuava nesta região, optou por ficar no novo Estado. (PM-TO, 2020).

Desde 1º de janeiro de 1989, quando foi criada, a Polícia Militar do Estado do Tocantins, vem se aprimorando e se adequando as novas tecnologias e aos novos tempos, para melhor atender não só aos cidadãos tocantinenses, mas também todos os cidadãos que por aqui estiverem ou precisarem do trabalho destes profissionais.

Preocupada com a formação e qualificação destes profissionais em segurança pública, e com o bem-estar do povo tocantinense, foram implantadas e realizadas várias ações sociais para melhor atender esse povo. Imbuídos desse propósito, em meados de 2001 a filosofia de Polícia Comunitária foi implantada no Tocantins, com o intuito de aproximar a Polícia e a sociedade.

Com essa nova filosofia, a corporação passou por uma reestruturação, buscando melhorar a qualificação e adaptação do profissional militar a nova filosofia de polícia, servindo de modelo para o Tocantins e outros Estados do País, pautada na aproximação entre Polícia e comunidade através das Bases Comunitárias. A Polícia Militar do Tocantins implantou, também em 2001, na capital Palmas, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), o qual está voltado para a prevenção ao uso indevido de drogas e às ações de vandalismo e formação de gangues entre jovens.

Para além dessas ações institucionais voltadas a uma melhor assistência aos cidadãos tocantinenses, a PMTO começou a registrar aumento nas ocorrências de assaltos a instituições financeiras no interior do estado. Como os assaltos ocorridos nas agências do Banco do Brasil no interior do estado, nas cidades de Tocantinópolis em 2000 e Araguatins em 2001. Região essa conhecida como Bico do Papagaio. A ocorrência na cidade de Tocantinópolis, ao norte do estado do Tocantins, foi em outubro de 2000, onde dez assaltantes encapuzados fizeram alguns jogadores do time local, e também a família do gerente da agência do Banco do Brasil (BB) de reféns, levando cerca de 360 mil reais. Já o assalto na agência do Banco do Brasil na cidade de Araguatins em 2001, cidade que também fica no extremo norte do estado do Tocantins, teve *modus operandi* bem semelhante com o que é hoje chamado pelas forças de segurança de “novo cangaço”.

Essas ocorrências aliadas a outros assaltos, principalmente em alguns estados das Regiões Norte e Nordeste, a exemplo de assaltos ocorridos em agências bancárias nos estados do Pará, Mato Grosso e outros, que fazem divisa com o Tocantins. Fizeram com que o Comandante - Geral da época (2002), olhasse essa crescente onda de violência com mais atenção. Por isso, a Polícia Militar do Tocantins se viu na necessidade de criar um grupo para combater essas ações praticadas por criminosos de alta periculosidade, que além de usarem armamentos iguais ou mais modernos do que os utilizados pelas forças de segurança, também agem com organização e extrema violência.

Com essa visão e objetivo em melhorar e preparar seu efetivo, e em não deixar que criminosos assumissem o controle territorial em detrimento do estado democrático de direito,

nasce o desejo em criar um grupo para prevenir e combater essa crescente onda da criminalidade no país. Assim, dando início na seleção de voluntários dispostos a fazerem parte do primeiro COEsp e conseqüentemente integrarem a Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Tocantins - CIOE-PMTO.

Assim, em 13 de janeiro de 2003 iniciou-se o primeiro Curso de Operações Especiais da Polícia Militar do Tocantins (I-COEsp-PMTO). Esse processo de constituição da identidade do grupo de policiais de Operações Especiais, que leva à organização da PMTO/CIOE, encontra-se no decreto do governador do estado que legitima a sua institucionalização. Em 2003 a CIOE foi criada conforme consta no Decreto nº 1.723, de 14/03/2003, publicado no DOE nº 1.399, de 20/03/2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se aqui analisar a cultura, territorialização e territorialidade da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Tocantins. A qual, mesmo sendo parte da instituição Polícia Militar, se distingue nas cores de seus uniformes, viaturas, prédios e treinamentos diferenciados dos demais militares da tropa ordinária, dentre outros aspectos, marcando assim a sua territorialidade.

Esta investigação se fundamentou na abordagem qualitativa e quantitativa para o tratamento metodológico. Para tanto, utilizamos as seguintes metodologias e respectivas técnicas: revisão de literatura e pesquisa bibliográfica; pesquisa e análise de documentos e conteúdos, como os boletins gerais, boletins

internos e entrevistas a partir de questionários estruturados e de técnicas de história oral temática para complementar as informações dos questionários, além de observação *in loco* e análise da legislação e documentação oficial relacionadas a criação e estruturação da CIOE.

Todas essas fontes dialogaram, na perspectiva interdisciplinar, entre a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a História, nos proporcionando informações importantes quanto a criação e ação deste grupo no território tocantinense, pois a riqueza de informações delas extraídas, resgatam e justificam o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Portanto, o intuito, além de analisar a cultura, territorialização e territorialidade da CIOE, que passou a ser BOPE em 26 de janeiro 2021, foi chamar atenção para relevância social não somente desta Unidade, mas também a todos os homens e mulheres de farda da Instituição Polícia Militar, ressaltando questões de diferença entre presente e passado. Procuramos, assim, reduzir a lacuna quanto a esses sujeitos sociais encarregados de estabelecer a segurança pública e respeitar os direitos humanos, dando visibilidade sociocultural e historiográfica não somente a Polícia Militar do Tocantins, mas também a todos os policiais militares do Brasil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jania. P. D. **Príncipes e Castelos de Areia: Performance e liminaridade no Universo dos grandes roubos**. 2009. 230f. Tese (Doutorado

- em Antropologia), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.
Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11022010-104155/publico/JANIA_PERLA_DIOGENES_AQUINO.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.
- _____. **Violência e performance no chamado ‘novo cangaço’**: Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil, (2020). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/31668>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- ARAÚJO, Alberto Gomes de. **A criação da Companhia Independente de Operações Especiais - CIOE** e a construção de suas marcas simbólicas como grupo da Polícia Militar do Tocantins (2003-2017). 2017. 60f. Monografia – (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Araguaína, TO, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **A Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. 7. ed. Perspectiva, 2011.
- _____. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRETAS, Marcos Luiz., ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil**: balanço e perspectivas. Ensaio bibliográfico, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00162.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 79- 94, maio de 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v9n1/v09n1a05.pdf>
- BULOS, Uadi Lammêngo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSTA, Carlos André Viana da. **Novo Cangaço no Pará: a regionalização dos assaltos e seus fatores de incidência**. 2016. 66f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COTTA, Francis Albert. **Breves reflexões sobre a simbologia do crânio transpassado pelo punhal de Comandos nas Forças Especiais de Polícia no Brasil**. Belo Horizonte, MG, 2007.

_____. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

DENÉCÉ, Éric. **A História secreta das Forças Especiais: de 1939 a nossos dias**. Trad. Carolina Massuia de Paula. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

ESTADO DO TOCANTINS. **Diário Oficial**. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao>. Acesso em 04 mar. 2021.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **“Nunca serão!” O BOPE e a caveira totêmica**. João Pessoa: Ideia, 2020.

FREITAS, Marcelo Gomes de., COSTA, Vinicius Rodrigues da. **A Relação do Bope com a Polícia Militar de Goiás**: Rio Verde – GO, julho de 2018. 11f. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1191/1/Marcelo%20Gomes%20De%20Freitas.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

G1 TOCANTINS. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/11/01/pm-morre-apos-troca-de-tiros-com-quadrilha-suspeita-de-explodir-banco.ghtml>. Acesso em 25 fev. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. 2. Ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA DOS BÔERES. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-boeres/>. Acesso em 30 set. 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/.html>? Acesso em 2 out. 2021.

_____. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/>. Acesso em 2 out. 2021.

IFTO – Instituto Federal do Tocantins. Disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/noticias/ifto-e-pm-to-firmam-parceria-para-oferta-de-cursos-de-formacao>. Acesso em 29 set. 2021.

- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 525-541.
- LUNCKES, Marisete C. Soares. **A 4ª Companhia isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares: um projeto de policiamento e "ordem" para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964)**. Tese (Doutorado) IFCS, UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.
- PMTO – Polícia Militar do Tocantins. Disponível em: <https://www.pm.to.gov.br/institucional/a-corporacao/historico/>. Acesso em 14 jan. 2020.
- _____. <https://www.pm.to.gov.br/noticia/2021/1/7/operacoes-da-policia-militar-em-2020-reduzem-a-criminalidade-e-causam-prejuizos-milionario-a-crime-organizado/>. Acesso em 29 jan. 2021.
- _____. <https://www.pm.to.gov.br/noticia/2017/4/18/policia-militar-lanca-sistemas-tecnologicos-que-melhoram-o-fluxo-de-informacoes-da-corporacao-em-todo-estado/>. Acesso em 08 jan. 2021.
- _____. <https://www.pm.to.gov.br/noticia/2021/2/2/policia-militar-abre-inscricoes-para-selecao-ao-i-curso-de-acoes-taticas-especiais--cate/>. Acesso em 04 mar. 2021.
- _____. <https://www.to.gov.br/pm/noticias/parceria-entre-pm-e-ifto-garante-formacao-em-nivel-superior-para-nova-turma-de-soldados-aprovados-no-concurso-em-andamento/33hie8gzrxqs>. Acesso em 29 set. 2021.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSEMBERG, André. **De Chumbo e Festim: Uma História da Polícia Paulista no final do Império**. São Paulo: Fapesp, 2010.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - julho de 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande do Sul: UFRGS-2009.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- STORANI, Paulo. **Vá e vença**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2018.
- TOCOIN. Disponível em: <https://www.tocoin.com.br/tradicao-americana-das-challenge-coins/>. Acesso em 03 fev. 2021.
- ÚLTIMO SEGUNDO. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-02-09/batalhao-choque-coe.html>. Acesso em 12 jul. 2021.

O RAIZEIRO E A INSERÇÃO DO SABER POPULAR NO TERRITÓRIO DA SAÚDE

MARIVALDO CAVALCANTE DA SILVA
JOÃO CARLOS SANTIAGO NERY

INTRODUÇÃO

O presente texto trata da inserção do saber popular no território da saúde a partir de um olhar para o raizeiro, identificando as relações existentes entre os saberes científico e popular. Aqui estudamos a perspectiva de território imaterial considerando a saúde como um campo territorializado por diversos atores, dentre eles o saber. Para subsidiar a discussão, partimos das narrativas de quatro raizeiros que atuam no Mercado Municipal de Araguaína/TO.

A história nos mostra que há séculos o ser humano procura alternativas de sobrevivência, não só no sentido de alimentação e segurança, mas também de saúde. A natureza vem sendo utilizada como fins terapêuticos por muito tempo e produtos minerais de plantas e animais contribuem para a saúde da humanidade. Nesse sentido, o reino vegetal constitui a maior contribuição para remédios e medicamentos, as plantas medicinais são importan-

tes tanto como fitoterápicos quanto para a descoberta de novos fármacos (BRASIL, 2012). O uso de plantas medicinais é uma prática comum no Brasil e tem sido transmitida de geração em geração. Sua origem vem desde os indígenas que habitavam o país antes da dominação pelos europeus e, ainda, se mistura com tradições dos europeus e africanos, formando, assim, uma ampla diversidade de saberes e práticas (BERG, 1993).

A autoidentidade dos praticantes da medicina popular é diversa e se divide em várias especialidades de cura, os praticantes são conhecidos por raizeiras, curandeiros, remedeiros, benzedeiros, parteiras, agentes de pastoral, entre outros. Todos esses grupos formam múltiplas identidades e, juntos, uma identidade social, uma vez que compartilham práticas comuns de cura através de seu conhecimento popular. A construção dessa identidade é importante para garantir legitimidade dessas práticas. Ressalta-se, ainda, que uma pessoa pode apresentar várias identidades que complementam seu modo de ser e de se representar. Uma raizeira, por exemplo, além do ofício de ser raizeira pode ser quilombola, indígena, agricultora familiar, entre outros (DIAS; LAUREANO, 2014).

Nesse contexto, esta pesquisa se baseia no saber popular em saúde dos raizeiros, que possuem conhecimentos amplos acerca de plantas medicinais. Raizeiros são conhecidos pelo seu saber sobre cultivo, preparo, indicação e comercialização de plantas medicinais. Trata-se de um ofício com carga cultural marcante e que possui dificuldades no desempenho de seu trabalho.

Partimos, portanto, do raizeiro como detentor do saber popular, que percorre o território (i)material da saúde em busca de territorializar seu espaço naquele campo. A saúde como um

território é marcada por conflitos entre seus atores, que abrangem os profissionais da saúde, os gestores da saúde, os órgãos da saúde, os cursos da saúde, os docentes e alunos da saúde, os eventos de saúde, as práticas de saúde da população, os remédios utilizados pela população, entre outros. Dentre estes, o principal embate que envolve o raizeiro é aquele traçado entre o saber popular e o científico.

O RAIZEIRO COMO DETENTOR DO SABER POPULAR EM SAÚDE

A raizada é um ofício desempenhado por raizeiros utilizando como instrumento as plantas medicinais. O raizeiro(a) possui amplo conhecimento acerca do cultivo, preparo, indicação, formas de uso e efeitos das plantas medicinais baseado em suas experiências e informações alcançadas empiricamente.

Conforme Dias e Laureano (2014), o principal elemento de expressão da identidade da raizeira é o “dom de cura através das plantas medicinais”. Segundo as autoras, esse dom reflete uma pessoa que nasce com essa característica de cura, que perpassa o conhecimento adquirido. É algo espiritual, é uma herança de sabedoria carregado pela ancestralidade. Entretanto, o dom deve ser estimulado, o portador deve ir atrás de conhecimentos e aproveitar o dom com coragem para exercer o ofício da cura.

Em um estudo, Dias e Laureano (2014) definiram, conjuntamente com um grupo de raizeiras, as principais características de pertencimento à identidade social das raizeiras, características estas que evidenciam o dom de cura que elas possuem. Dentre as características elencadas estão: a raizeira como grande protetora

da natureza e, por isso, conhecedora da sua dinâmica e que sabe garantir a cura de forma sustentável sem prejudicar a natureza; a raizeira como detentora do saber sobre as características, indicações e dosagens das plantas; a raizeira como agentes de acessibilidade à medicina tradicional, uma vez que vende suas mercadorias por um preço justo ou doado a quem não tem condições de pagar.

Os(as) raizeiros(as) participantes do presente estudo atuam na zona urbana do município de Araguaína/TO, mais especificamente no Mercado Municipal. Eles possuem entre 37 e 50 anos, todos com ensino fundamental incompleto, casados e com filhos. Foi verificado que todos possuem origem nordestina, sendo a maioria vinda do maranhão. Além disso, observou-se a ampla experiência na área de remédios naturais, o mínimo de tempo de trabalho verificado foi de 20 anos, sendo a média 25 anos.

Segundo Bezerra (2016), o Mercado Municipal de Araguaína/TO foi fundado em 1978, em um contexto de conflitos políticos e crise econômica durante a ditadura militar. Na época, Araguaína ainda pertencia ao Estado de Goiás. Os mercados surgiram como espaços para comércio, e também para trocas culturais, estas se dão a partir da interação entre diversos produtos no mesmo ambiente, como alimentos, artesanato, plantas medicinais, raízes, doces caseiros e diversos outros produtos que representam o modo de vida e a subjetividade do seu produtor. Para o Bezerra (2016), p. 65 e 66, “as feiras e os mercados públicos municipais podem ser vistos não apenas pelo seu viés econômico, mas como um epicentro cultural, pois diversos modos de vida são representados através dos produtos que carregam as impressões

dos agentes sociais que os conceberam.” Desse modo, o Mercado Municipal de Araguaína/TO torna-se um epicentro e irradiador de elementos culturais em constante interação.

É enorme a variedade de formas para se prevenir ou tratar doenças, essa variedade, inclusive, se dá pelas diversas características culturais existentes (MACHADO, 2008). Os raizeiros são detentores do saber popular em saúde quando envolve plantas medicinais, é através deles que se desenvolvem remédios naturais usados para a cura daqueles que procuram por estes produtos. Sua importância vai além do contexto familiar, se estendendo para a saúde pública.

O cuidado como modo de ser e fazer perpassa pela existência humana em diferentes contextos. Logo, a construção do conhecimento se molda de acordo com as experiências e lugares. Tudo isso forma uma teia, que se comunica pelas relações sociais existentes. O processo de cura praticado pelo detentor do saber popular em saúde promove significativa relação interpessoal, traduzido em laço terapêutico estabelecido a partir da vinculação entre assistido e assistente (BORGES, PINHO GUILHEN, 2007).

O uso de plantas medicinais possui significado para os raizeiros na medida em que são construídos pelas suas experiências. Raizeiros participantes da pesquisa demonstraram essa vertente ao serem questionados sobre a motivação do uso de plantas: “Por que ele é um tratamento assim antigo, que era usado antigamente, e as plantas elas são eficazes...” (Raizeiro 1); “Porque vender raiz tem muitos que vende, mas que conhece sabe, é poucos que conhece. Muitas pessoas vendem porque nós vendendo, mas a tradição de raizeiro é passada dos pais pros

filhos e é algo que não se aprende da noite pro dia.” (Raizeira 4); “Porque antes de mim já tinham outros mais velhos, e a gente vai repassando...” (Raizeira 3).

No que se refere ao gênero, a maioria das bancas que trabalham com remédios naturais no Mercado Municipal de Araguaína/TO são lideradas por mulheres, o que converge com a perspectiva de Haraway (1995), que traduz a epistemologia feminina como fundamental para o desenvolvimento dos saberes. No ofício da raiz, as mulheres possuem protagonismo, elas se dedicam mais nesse campo e acabam desenvolvendo maior influência em seu entorno e na comunidade. Entretanto, é importante ressaltar que o reconhecimento da mulher como detentora do saber perpassa por questões sociais conflitantes.

Sobre esse viés, podemos encontrar respostas em Germano (2018). Segundo a autora, as linhas abissais de Boaventura Sousa Santos, está presente até na epistemologia feminista. Assim, é necessário realizar uma leitura do contexto feminista a partir “do sul” a fim de compreender os processos de luta das mulheres latinas com histórico colonizador. Para Germano (2018), p. 26, “a relação com a maneira de lidar com a natureza, as crenças e formas de organização de outros povos é inferiorizada e assim, disseminado o preconceito e fazendo que cada vez mais suas histórias sejam gradativamente apagadas.”

Diante disso, entendemos que o processo de invisibilidade de raizeiros é acentuado pelo embate feminista, sobretudo a negra. Isso se dá, pois, mulheres negras constituem maioria no ofício das plantas medicinais. Elas representam a mulher detentora de conhecimento, embora não sejam devidamente reconhecidas socialmente como tal.

É importante ressaltar que a medicina popular não está resumida apenas no que se refere as plantas medicinais, há outros componentes que estão presentes no saber popular em saúde, como o social, emocional e simbólico (MENESES, 2000). Isso faz com que os detentores do saber popular continuem a ser procurados não só pela comunidade local, geralmente no contexto rural, mas também pela comunidade urbana. Isso acaba desviando a própria interpretação do conceito da saúde, da modificação da medicina popular frente a diversas formas de tratamento e cura que surgiram.

AS RELAÇÕES ENTRE O SABER POPULAR E O CIENTÍFICO NO TERRITÓRIO DA SAÚDE

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (1948), a “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.” Entretanto, longe de ser uma realidade, simboliza um compromisso, um panorama a ser seguido. Nessa perspectiva, atualmente a saúde é vista de forma ampla como disciplina, um ramo do saber, como tudo aquilo que envolve, direta ou indiretamente, seu conceito estrito. Tendo como base a abordagem de território de Saquet (2007), a saúde pode ser denominada como um território imaterial. Tal território vem sendo construído há séculos, ainda que imperceptivelmente.

O território pode ser compreendido de formas diferentes, e não necessariamente excludentes umas as outras. As múltiplas abordagens se complementam e são multidimensionais diante do território, considerando a complexidade que a temática propõe.

Assim, o território significa (i)materialidade, pois não se resume apenas a um substrato ou formas espaciais, nem apenas a relações sociais (SAQUET, 2007).

Assim, consideramos a saúde como um espaço imaterial que é territorializado por saberes, culturas e práticas. Esse movimento de territorialização, portanto, envolve disputas, que consiste em um dos pilares de observação desta pesquisa. É através dessa dinâmica que raizeiros se inserem (ou tentam) dentro do campo da saúde que, por sinal, já apresenta territorialidades demarcadas e sólidas, principalmente pelo saber científico.

Nesse sentido, Saquet (2007) afirma que o território é apropriado socialmente, resultado e condição do processo de territorialização. O território se reveste em um campo de poder, de relações socioespaciais de apropriação e domínio. Assim, podemos verificar a saúde como um campo que foi territorializado por saberes e que se inscreve um campo de relações de poder e disputa por espaço. O território imaterial da saúde envolve os raizeiros, os profissionais da saúde, os gestores da saúde, os órgãos da saúde, os cursos da saúde, os docentes e alunos da saúde, os eventos de saúde, as práticas de saúde da população, os remédios utilizados pela população, entre outros.

O eurocentrismo possui relação muito forte com as raízes dessa relação entre saber popular e saber científico. Esse sistema foi estabelecido histórica e geograficamente fundamentado em uma realidade nacionalista, dualista e evolucionista, impondo os ideais dos dominadores e definindo quais são os conhecimentos legítimos, refletindo a dominação social e territorial. Dessa forma, ao legitimar conhecimentos oficiais, há um sentido de padronização, hierarquização e controle na definição do que é

válido, produzindo a ideia de que são superiores, puros e mais evoluídos (SAQUET, 2019).

Esse contexto histórico nos revela a desproporcionalidade nessa relação de trabalho na América Latina. Raizeiros, imbuídos do saber popular, adquirem efeito colonial da dissensão entre saber popular e científico. Isso sugere que a dominação da cultura erudita influencia cada ponto da sociedade e, no caso de raizeiros, dificulta o exercício de seu ofício de forma livre e justa.

Para contribuir com esse debate, trazemos as concepções de Santos (2008), que afirma que o conhecimento científico é socialmente construído e a sua rigidez possui limites inultrapassáveis. Santos (2008) também defende que a objetividade da ciência não implica em sua neutralidade. A ciência, que se desmembrou do senso comum, tende a transformar-se em um novo e mais esclarecido senso comum.

Santos (2008), também fórmula ideias sobre o paradigma dominante da ciência. Para ele, o modelo de racionalidade relacionado a ciência moderna foi construído a partir da revolução científica do século XVI e desenvolvido com o domínio das ciências naturais. Foi só no século XIX que o modelo de racionalidade se estendeu para as ciências sociais. Ainda assim, o conhecimento não científico foi dividido em duas formas: o senso comum e os estudos humanísticos (estudos históricos, filosóficos, jurídicos, literários, entre outros). Logo, a ciência se colocou em um lugar único de racionalidade, ou seja, aquilo que não fosse ciência era, portanto, irracional.

Isso posto, consideramos que o modelo de racionalidade científica é um modelo com viés totalitário, na medida em que

desconsidera a capacidade intelectual de outras formas de conhecimento. Os raizeiros sistematizam seu conhecimento do seu próprio modo e isso não o faz um ator irracional, mas sim um ator com singularidades específicas e que usam o conhecimento com o mesmo fim das ciências da saúde: a cura.

Diante dos dados coletados, verificamos que há uma hierarquização do conhecimento traduzida pela marginalização dos raizeiros, que são preteridos no campo da saúde em Araguaína/TO. Os raizeiros se queixam da ausência de políticas públicas para seu grupo e de seu esquecimento pelo Estado. A marginalidade dos raizeiros dentro do território da saúde se esbarra na falta de representatividade. Os raizeiros não são vistos nem, portanto, lembrados. Sobretudo pelas autoridades e o Estado. Segundo um dos raizeiros entrevistados, “a prefeitura só lembra de nós quando é pra cobrar vigilância sanitária. Nunca tivemos nenhuma bondade mesmo de verdade.”

A marginalização do raizeiro implica em dificuldades no desempenho do seu ofício. Dentre as dificuldades elencadas pelos raizeiros entrevistados, a liberdade de atuação foi a mais relatada. De acordo com os(as) raizeiros(as), a vigilância sanitária atua de modo repressivo junto a atividade deles. A fiscalização, segundo eles, é incisiva e há diversas proibições quanto a comercialização das plantas medicinais. De acordo com raizeiros participantes da pesquisa:

Assim, as autoridades é que não nos dá essa liberdade pra trabalhar, que nós deveríamos ser mais valorizados, porque traz até mais pessoas pra esse ramo, nos vemos muitas pessoas de fora

vim atrás né. A vigilância vem, nos coloca algo pra nós fazer, nós cumprimos a nossa parte de manter limpo, de varrer, de limpar e tudo. Mas eles não entram com a parte deles que é colocar um tambor de lixo, um acesso pra a gente jogar lixo, não tem né. Aqui não tem limpeza, a limpeza é aqui (pra dentro), é raro eles passarem limpando aqui. É aqui (pra dentro) que eles limpam, uma a duas vezes no dia. Então a nossa parte aqui é desvalorizada, nós não temos valor. Ficou de reformar isso mas nós ficamos esquecidos, todo lugar tem cerâmica, é arrumadinho e a nossa parte não.

Essa problemática reflete uma dificuldade no exercício do ofício do raizeiro. O Estado, representado por órgãos sanitários, impõem restrições que, muitas vezes, não refletem a realidade do raizeiro. Essas restrições também vão de encontro aos significados criados por raizeiros, num contexto cultural de produção de conhecimento. Dessa forma, as expressões culturais acabam sendo moldadas de acordo com as regras impostas em uma conjuntura de relações de poder.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao não reconhecimento do raizeiro, pelos profissionais da saúde, como um saber legítimo. No âmbito deste estudo, percebemos uma relação significativa entre os atos médicos e os populares. De acordo com os dados coletados, os profissionais da saúde, de forma geral, adotam distanciamento e crítica acerca dos remédios naturais. Isso pode ser corroborado com a ressalva que os(as) raizeiros(as) entrevistados aplicaram ao mencionar a adoção dos remédios naturais pelos profissionais da saúde: “Mas geralmente mesmo os médicos e os farmacêuticos não

gostam de raizeiro, não é assim? Isso assim eu vejo falar.” (Raizeiro 1). “Rapaz, eles (profissionais da saúde) não aceitam né, muitos deles não aceitam. Não é todos né, mas a maioria deles não aceita.” (Raizeiro 2). “Tem deles que não quer nem saber de remédio natural. Se falar em remédio natural ele dá um pulo lá longe, tem que ser o produto farmacêutico mesmo e pronto, acabou.” (Raizeiro 3).

Diante dessa problemática, percebemos uma relação conflituosa entre saber popular e científico no campo da saúde. A assistência ofertada por profissionais da saúde a pessoas que procuram as instituições oficiais de saúde precisa adquirir uma abordagem ampliada aos pacientes, respeitando todas as suas peculiaridades. Além disso, devem focar não só em seus aspectos biológicos, mas também em seus aspectos culturais, sociais, psíquicos e emocionais. Uma vez que “crenças populares e recursos não convencionais, configuram-se para a população em geral como fatores extremamente ligados a aspectos socioculturais, por isso devem ser considerados como relevantes quando se avalia o indivíduo como um ser integral, pertencente a um processo histórico.” (SIQUEIRA, et al., p. 72, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto foi discutido sobre o saber popular dos raizeiros no território da saúde, identificando as relações existentes entre os saberes a partir de narrativas de raizeiros acerca das territorialidades envolvidas na inserção do raizeiro dentro do território da saúde que atuam no Mercado Municipal de Araguaína/TO.

O caráter relacional desses territórios foi além de questões geográficas, constituindo-se como espaços delineados por relações de poder, que influenciaram na construção de significados pelos raizeiros, com destaque para a interação com o conhecimento científico, um dos principais atores dentro do território da saúde.

Essa territorialização percorreu contornos específicos. O território pautou-se pela perspectiva imaterial, estudando a saúde como um território. Verificamos, portanto, que os raizeiros territorializam o espaço da saúde de forma marginal, pois os profissionais da saúde e o Estado ocupam a centralidade. Isso se dá, pois, os detentores do saber popular são invisibilizados nos principais contextos que envolvem a saúde. Há uma linha abissal histórica que separa o conhecimento científico do não científico e isso atinge diretamente os raizeiros. Isso posto, consideramos que este trabalho destacou que o ato de colonizar também não se limita as extensões territoriais, o conhecimento científico se apropria de conhecimentos populares sobre plantas medicinais para galgarem estudos científicos sobre elas e desenvolverem instrumentos para a ciência, sem o devido reconhecimento da origem do trabalho realizado.

Dessa forma, entendemos que essa marginalização dos raizeiros gera consequências que são vividas por eles no desempenho de seu ofício. Dentre elas, a inferiorização dos remédios naturais em detrimento dos medicamentos alopáticos, a desvalorização do saber popular, a exclusão de participação em eventos que envolvem saúde pública, a exclusão de composição em conselhos de saúde, a vigilância sanitária desproporcional, a falta de estrutura laboral, a falta de políticas públicas e a falta de suporte sanitário.

REFERÊNCIAS

- BERG, Maria Elisabeth Van Den. Plantas medicinais na Amazônia: contribuição ao seu conhecimento sistemático. 2 ed. Belém: **Rev. E aum**, 1993.
- BEZERRA, Jorge Luís de Medeiros. **Educação Patrimonial: Novas Perspectivas para o Ensino de História**. UFT. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Araguaína, 2016.
- BORGES, Moema da Silva; PINHO, Diana Lúcia Moura; GUILHEN, Dirce. A construção do cuidado das parteiras tradicionais: um saber/fazer edificante. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 3, p. 317-322, Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v60n3/a13.pdf>. Acesso em 08/08/2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica n. 31**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.
- DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado**: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. Turmalina: Editora Articulação Pacari, 2014.
- GERMANO, Grazielly dos Santos. **A universidade como território de resistências**: trajetórias socioespaciais de mulheres cotistas no Câmpus de Araguaína - UFT. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995.
- MACHADO, Luiza Helena Barreira. Raizeiros de Goiânia: **As representações entremeadas nos usos e nas Redes de Distribuição e Comercialização das Plantas Medicinais em Goiânia - GO**. UFG. Dissertação (Mestrado em Geografia), Goiânia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1849>. Acesso em: 29/11/2020.
- MENESES, M. P. G. **Medicina tradicional, biodiversidade e conhecimentos rivais em Moçambique**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2000. p. 1-40. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2779>. Acesso em 28/12/2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. [site da Internet]. Disponível em: <http://www.who.int>. Acesso em 10/10/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis. vol. 22, n. 43, p. 55-76, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em 30/08/2020.

_____. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SIQUEIRA, Karina Machado et al. Crenças Populares referentes à saúde: apropriação de saberes socio-culturais. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15 n. 1, p. 68-73, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a08v15n1.pdf>. Acesso em 19/08/2020.

A RELAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS:

E AS AÇÕES DE COMBATE AO
COVID-19 EM ARAGUAINA-TO.

AIRTON SIEBEN
SUELI MARQUES FERRAZ

INTRODUÇÃO

A pandemia causou grandes transtornos em vários setores da sociedade como também em vários aspectos. Afetou psicologicamente as pessoas, pelas perdas individuais e coletivas. O fenômeno pandêmico estampou claramente as dificuldades e falta de políticas públicas para atender a saúde das pessoas em especial no Brasil. Neste trabalho nos aprofundamos nas demandas das pessoas em situação de rua, que sempre foram invisibilizadas e durante a pandemia ficou mais evidente as demandas de políticas públicas que atendessem estas pessoas.

O termo Pessoas em Situação de Rua (PSR) é usado para designar o processo temporário ou permanente em que as pessoas passam a viver nas ruas. Essa ideia surge a datar do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o qual se tem fortalecido ao longo do tempo com várias ações desenvolvidas, buscando desconstruir os diversos tipos de estigmas que a população

de rua tem carregado por toda história, pela denominação de “morador de rua”, que sempre esteve vinculada à prática de vadiagem. O reconhecimento dessa população como um grupo que está vivendo em situação de rua, possibilita a fragmentação do pensamento hegemônico estruturado na estigmatização dessa condição de viver nas ruas.

O tema desta pesquisa são ações e políticas públicas de combate ao Covid 19 entre a população de rua de Araguaína-TO, tendo como objeto de estudo as políticas públicas destinadas a população de rua, durante a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Tem como objetivo analisar o contexto histórico sobre as ações que incluem a população de rua, nas políticas públicas de profilaxia e tratamento das patologias epidêmicas e pandêmicas no Brasil, identificando as decisões tomadas pelo poder público responsável, na elaboração das políticas de combate ao COVID-19, direcionada a população de rua em Araguaína-TO.

Esse estudo está fundamentado nas diretrizes de investigação quantitativa, usando-se técnicas da pesquisa quantitativa, por entender que uma perspectiva desta natureza tem uma abordagem exclusiva, com o objetivo de mostrar a quantificação de um problema, buscando compreender a proporção e amplitude do mesmo, de modo a fornecer dados numéricos em relação aos comportamentos do grupo ou dos indivíduos pesquisados. A utilização desse método neste estudo se faz importante para que possa mensurar os territórios ocupados e utilizados pelas PSR em Araguaína (MARCONI e LAKATOS, 2008).

Esse estudo é relevante por promover a reflexão, geo-histórica e psicológica sobre quais os impactos as doenças infectocontagiosas causam na vida da população de rua, visto

que esse público se encontra em extrema situação de vulnerabilidade nos espaços públicos. Considera-se que o adoecimento do COVID-19, provoca um sofrimento coletivo devido ao alto índice de periculosidade e contaminação, que leva a morte das pessoas independente de sua condição social.

Mas que atinge com mais intensidade as populações que estão em situação mais vulneráveis visto que esses espaços não possibilitam o cumprimento do protocolo de cuidados criados pelos órgãos de saúde brasileiro e pela Organização Mundial de Saúde. É relevante também por favorecer uma análise sobre a construção das políticas públicas que atenda as pessoas em situação de rua e as ações de combate ao novo coronavírus endereçadas a essa população.

Ressaltando que o novo coronavírus, é o agente patológico causador da síndrome respiratória, em níveis leves, moderados e graves, denominada de COVID-19, transmitida pelo contato entre as pessoas. E que algumas ações desenvolvidas pelos órgãos reguladores da saúde mundial, reformularam estratégias de convívio social, para reduzir o número de contaminados pela COVID-19, alterando o comportamento da sociedade em geral.

Diante desse novo cenário de comportamento é importante verificar quais as ações e programas foram pensados e elaborados para essa população de rua em Araguaína-TO, visto que os decretos, tanto no âmbito estadual como municipal, não constam, menções das estratégias de proteção a população de rua

Esta pesquisa refere-se a uma investigação sobre as políticas públicas para as pessoas em situação de rua em Araguaína-TO, cidade situada na região norte do estado do Tocantins.

O município conta com aproximadamente, 180.470 habitantes, possui território de 4.004,646 km², e tem uma população de rua estimada de 100 indivíduos. Considerando que esta quantidade pode sofrer alterações em decorrência da ausência de um censo, como também pelas questões da migração constante dessas pessoas, que acontece por diversas razões impostas pelas condições em que o nível de vulnerabilidade os coloca.

A APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS ESTRUTURANTES DA IDENTIDADE DO POVO TOCANTINENSE E ARAGUAINENSE E SUAS PRÁTICAS CULTURAIS

Durante a construção deste trabalho surgiu a necessidade de ser abordado as questões voltadas para os elementos constituintes da sociedade na qual o grupo estudado está inserido. A apresentação dos aspectos estruturantes da identidade do povo tocantinense e araguainense e suas práticas culturais, são relevantes para compreender a identificação das PSR a esse território. Essa identidade brota da relação estabelecida entre homem, terra e rio. O tocantinense é construído ao longo do tempo histórico, por meio de práticas desenvolvidas na maneira de viver dos sertanejos pobres. Homens e mulheres que primeiramente habitaram e desbravaram o território dos vales do Araguaia e Tocantins (Cormineiro,2010).

De acordo Hall (2005), o ser humano enquanto indivíduos, possuem suas particularidades construídas, pelos elementos que são selecionados por cada pessoa que os processa mentalmente, criando assim, sua identidade individual e coletiva. Desta forma

considera-se que a identidade é construída ao longo do tempo, por meio dos processos inconscientes, fundamentados no imaginário, que está carregado de conteúdos inconclusos. Assim, pode ser compreendida, como a falta, uma lacuna que é preenchida de forma interpessoal para a extra pessoal.

A busca por compreender as distintas formas de viver dos diferentes povos, possibilita o conhecimento sobre como são construídas as múltiplas identidades, seja elas, individuais ou coletivas, visto que as mesmas, estão inundadas pelas práticas culturais, religiosos, econômicas, alimentares e tantas outras, adquiridas a partir de suas vivências.

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondente, as identidades, que compunha as paisagens sociais. (HALL,2005 p.12).

Partindo desse pensamento de Hall, 2005), compreende-se neste trabalho que a identidade do povo se constrói a partir das experiências trazidas pelas relações estabelecidas com outros povos, mas a identidade é constituída de outras relações que os homens firmam ao logo da vida. Ao se relacionar em um novo território, os homens se reinventam e constroem novas formas de viver, de modo que a relação, homem x território, vai se estreitando e ambos vão se modificando gradativamente. Em pouco tempo, homem e território se identificam e surgem então a dinâmica do pertencimento mútuo, o homem assume ser parte

desse território físico, dando a ele uma identidade específica, particular que o diferencia dos demais territórios.

Neste sentido da dinamicidade considera-se que no que tange o aumento do fluxo migratório para o centro urbano de Araguaína, se faz necessário buscar compreender o seguinte questionamento: Qual a cultura da população desta cidade, partindo da ideia de que é formada por pessoas de várias partes do país, até mesmo por imigrantes de outros países? Para compreender esta problemática, é preciso atentar-se para o pensamento de Bhabha (1998), que apresenta um novo conceito de cultura, como sendo híbrida, dinâmica e transnacional, criando um território de compartilhamento de experiências e costumes entre os povos, produzindo outros significados para os símbolos culturais já existentes. Nessa perspectiva, a cultura é uma construção social, enquanto a tradição é uma invenção arbitrária.

Neste sentido, considera-se que a cultura araguanense é construída a partir do encontro das diferentes culturas que de alguma forma foram trazidas pelos migrantes, mas que sofreram modificações provocadas pelas exigências da geografia do lugar, é a partir do entrelaçamento das diferentes práticas e diversas adaptações ao território, que é possível perceber os elementos constituintes do hibridismo cultural (BHABHA, 1998).

Diante das colocações de Hall (2005), Bhabha (1998), destaca-se neste trabalho que a ocorrência dos fenômenos sejam eles naturais ou provocados pelos homens alteram os comportamentos sociais e interferem na vida cotidiana das instituições e nas normas e leis que regem a conduta da sociedade, essas modificações vão sendo inseridas como novas práticas culturais de um povo. Destaca-se o evento pandemia também foi um

fenômeno que alterou e modelou algumas práticas culturais e comportamentos dessa sociedade araguainense.

COVID-19 UM FENÔMENO PANDÊMICO

Durante a pesquisa surgiu, a problemática da pandemia causada pelo novo coronavírus o então COVID-19, que registrou os primeiros contágios no estado do Tocantins, no mês de março do corrente ano. A complexidade como ocorreu a pandemia, levou os órgãos de saúde a tomar providencias no controle de contágio pelo vírus. Entre tantas medidas tomadas pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras instituições do Estado e Município. Tornou-se necessário neste estudo compreender quais foram as medidas adotadas ao longo da história de combate a outras patologias que se tornaram epidêmicas e pandêmicas no Brasil, em especial a população de rua.

Contudo é relevante compreender o que significa o termo Pandemia, Segundo Santos (2020) a designação do termo é utilizada, para referir-se a uma patologia que se espalha por vários territórios do mundo de caráter simultâneo, com a ocorrência de transmissão sustentada pela doença. Assim sendo conclui-se que o agente patológico ultrapassa limites de uma região específica e atinge diversos países e continentes, em que o contágio de uma mesma patologia afeta os indivíduos de uma população, através do contato direto entre as pessoas, sem o uso dos meios de proteção. É importante salientar que o termo pandemia não está ligado a gravidade da patologia, mas sim a fatores geográficos que são estruturantes para essa classificação. Razão pela qual em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde

(OMS), classificou a patologia COVID-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 como pandemia.

Diante do cenário de adoecimento coletivo as maiores preocupações se deram em torno das políticas públicas de saúde brasileira. O pensamento sobre o conceito de políticas públicas é bastante complexo, de forma geral, compreende-se que estão relacionadas ao Estado. Entretanto, existem outros agentes envolvidos no processo de construção dessas políticas públicas. De modo que a sociedade civil participa na elaboração de planejamento dos programas, ações e diretrizes que são constituídas pelo poder executivo federal, governadores e prefeitos. Assim entende-se que estas ações atinja todos os cidadãos, independente da raça, gênero, religião, classe social, cor ou nível de escolaridade (AMARAL, LOPES, 2008).

Diante do cenário de pandemia do Novo Coronavírus, em que o sistema de saúde é o foco das atenções no que se refere aos atendimentos, notou-se que a contaminação das pessoas pelo vírus aumentou a procura pelo serviço em todo território brasileiro exigindo que o sistema de saúde fosse readaptado e reorganizado para que pudesse atender as pessoas que procurarem o serviço.

Diante desse cenário pandêmico surgiu a necessidade de revisitar leituras sobre a história das medidas e ações criadas pelo poder público brasileiro ao longo do tempo para o combate as patologias infectocontagiosas. Notou-se que historicamente o Brasil sempre que precisou elaborar estratégias de combate a essas doenças com alto índice de contaminação da população em especial as que tornaram epidêmicas, foram desenvolvidas ações relacionadas a reestruturação dos espaços públicos, o

combate as patologias em território brasileiro estão diretamente ligadas as questões do saneamento básico. Para compreender essas problemáticas histórica da formação da cidade e da forma como são construídas e pensadas a paisagem urbana recorreu-se a Tuan, (2005) o qual assinala que a arquitetura urbana dos espaços destinados aos pobres desde a antiguidade, oferecem insegurança e promovem a estigmatização dos grupos que habitam esses territórios. São nesses espaços que acontecem os mais diversos tipos de violência, aquelas que atingem os moradores da periferia como também das ruas. Ao ter contato com esses espaços marginalizados pelo poder público, os habitantes passam a ser identificados pelo território e o território identificado pelos seus habitantes.

Apesar das transformações ocorridas ao longo dos séculos na formação das cidades no que se refere o contexto da modernização dos espaços urbanos, é válido ressaltar o que é apontado por Maricato (2015), ao assinalar que o processo de urbanização segue as diversas fases do capitalismo, nota-se que o capital ao longo da história, vem moldando os centros urbanos conforme os seus interesses, ou seja, busca atender as necessidades de um grupo de diversas forças que constituem as alianças. É válido pensar que esses espaços e paisagens, são também constituídas de contradições, que com o passar dos séculos, os homens modificaram suas práticas e modos de viver, assim também suas moradias e as paisagens dos centros urbanos.

Deste modo compreende-se que as novas regras e normativas impostas pelo contágio do novo coronavírus são elementos que contribuirá para uma nova modulação dos comportamentos sociais e mudanças nos espaços urbanos, a pandemia do COVID-

19 tornou-se visível a importância do Sistema Único de Saúde-SUS, como também dos métodos e metodologias científicas que garantem a fidedignidade dos estudos científicos produzidos pelas universidades e institutos de pesquisa. Destaca-se ainda que os territórios periféricos que estão as margens da cidade, devem ser pensados como espaços para produção de conhecimento e de subjetividades, por meio de ações que visam a garantia dos direitos humanos em sua totalidade. É preciso perceber esses espaços como área de risco, para o aumento considerado das pessoas em situação de rua em Araguaína.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDAM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA

É válido ressaltar que no final de 2009, foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, pelo Decreto nº 7.053. Entre os objetivos desta Lei o principal é assegurar o acesso amplo e seguro aos serviços e programas que integram as políticas pública de saúde, previdência e assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (BRASIL, 2009). Em Araguaína o movimento junto a população de rua ainda acontece timidamente, a partir de grupos de pesquisadores junto a Defensoria Pública, que vem propondo e desenvolvendo ações com o intuito de tornar visível a necessidade de elaboração de políticas públicas para atendimento ampliado, que garanta a cidadania e o cumprimento dos direitos humanos. Neste sentido entende-se que as políticas públicas em Araguaína sejam desenvolvidas não apenas com base na igualdade, mas sim com equidade (ANDRADE, 2019).

Atualmente, o sistema único de saúde da cidade conta com um Hospital Municipal de Araguaína que foi inaugurado em 2009, tem sido referência nos atendimentos em pediatria e oftalmologia. Possui 55 leitos, sendo 10 de cirurgias pediátricas, oferece atendimentos ambulatoriais e algumas especialidades, conta com um laboratório de análises clínica, farmácia, sala de raios-X, realiza exames de ultrassonografia e ecocardiográfica. Só são aceitos pacientes para internações encaminhadas da unidade de pronto atendimento 24 horas (UPA/24h), o HMA é gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH), e se localiza na Av. Tibúrcio José Dantas, 650 no loteamento Manoel Gomes da Cunha.

Observa-se que foram destinadas quatro UBS para atendimentos exclusivos de COVID-19, das quais nenhuma teve orientação ou foi selecionada para uso exclusivo de atendimento para a população de rua, visto que esse grupo necessita de uma atenção maior na prestação de informações e orientações como também na avaliação do nível de vulnerabilidade social.

Dentro deste contexto pode surgir o questionamento: se essas instituições atendem a toda a população de Araguaína, por que existe a necessidade de um atendimento especializado para a população de rua? Vários são os pesquisadores que têm mostrado em seus trabalhos a importância do atendimento especializado a esse grupo de indivíduos. Conforme Cruz, Rolim e Sampaio (2013), uma das estratégias usadas para construir uma familiarização do serviço de saúde com a população em situação de rua, é a realização de visitas todos os dias à rua para que, a partir desse elo de comunicação, haja a construção de vínculos e assim esses indivíduos se sintam fortalecidos a procurarem os serviços de saúde.

Durante a pesquisa de campo com a população de rua em Araguaína, foi identificada a falta de informação sobre as recomendações para prevenção e combate à COVID-19, visto que as orientações dos órgãos responsáveis pela proteção da saúde, e os institutos científicos que estão envolvidos na luta contra esta patologia, determinam a necessidade de uma série de ações preventivas.

Deve ser um período de isolamento domiciliar, evitando contato também com os outros moradores da casa, se houver, especialmente se forem idosos ou pessoas com doenças crônicas. Adotar uso de máscara cirúrgica, não compartilhar objetos, lavar freqüentemente as mãos, lavar freqüentemente o nariz com soro fisiológico. Em relação à casa, limpar freqüentemente as superfícies com água sanitária ou álcool 70%. No quarto usado para o isolamento do paciente, manter as janelas abertas para a circulação do ar e a porta fechada durante todo o isolamento, limpando a maçaneta freqüentemente com álcool 70% ou água sanitária. Lembre-se de manter uma distância mínima de um metro entre o paciente e os demais moradores. Todos os moradores da casa ficam em isolamento domiciliar por 14 dias também (MARQUES, 2020, p. 3).

Tais informações não são compartilhadas com as PSR, como também o contexto em que eles vivem requer políticas públicas que deem possibilidades para o mínimo possível de higienização seguindo os protocolos de prevenção e tratamento

da COVID-19. Em Araguaína, não se encontrou pontos de higienização em locais públicos de acesso à população de rua, apenas foi identificado um ponto de “banho solidário”, localizado no centro da cidade, mas 70% dos entrevistados nesta pesquisa desconhecem este serviço e nunca utilizou dele durante a pandemia, no ano de 2020, conforme relatado pelas pessoas entrevistadas durante a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portando, entende-se que é necessária a elaboração de projetos de políticas públicas efetivas específicas para a PR na cidade, com dispositivos de acolhimento e planejamento familiar e individual, a fim de um trabalho intensivo de educação e articulação das PSR, qualificação das equipes de abordagem, recursos adequados para execução do trabalho e, desenvolvimento de uma política baseada no respeito e na equidade, como construções de albergues, abrigos, casas, de acolhimento, centro POP, programas de moradia, centro de acolhimento ao estrangeiro ou refugiado, programas de políticas afirmativas, aproximação dos legisladores com a PR, para escutar as demandas e elaborar leis democráticas com base na necessidade das pessoas.

Considera-se, ainda a necessidade de uma participação efetiva da Universidade Federal do Norte do Tocantins- UFNT, como instituição responsável pela transformação social e melhoria na qualidade de vida dos grupos sociais, em especial dos mais vulneráveis a partir, por exemplo, da elaboração de um projeto de intervenção nessas políticas públicas higienistas que matam e humilham a PR, podendo ser apresentados aos gestores públicos

da cidade novos caminhos a serem percorridos e novas estratégias humanizadoras a serem implementadas e implantadas no território de Araguaína, a fim de colocar um fim em práticas ultrapassadas geradoras de sofrimento e desigualdade social. Ressaltamos que não somente a UFT/UFNT, mas também todas as outras Instituições de Ensino Superior- IES, devem desenvolver trabalhos e ações que colabore para o melhoramento da qualidade de vida das PSR na cidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eliane dos Santos. **Cidadão Invisível: Um Olhar Sobre a População em Situação de Rua em Araguaína-TO**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins, PPGDIRE, Araguaína, 2019. 185 f.
- AMARAL. J. N. LOPES. Brenner. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- BHABHA, Homi. 1998. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.053\2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília.2009.
- CORMINEIRO, Olívia, Macedo Miranda. **Trilhas, Veredas e Ribeiras: Os Modos de Viver dos Sertanejos Pobres nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins (Século XIX e XX)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Uberlândia. MG 2010.
- CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou; ROLIM, Leandro Barbosa; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus. Participação popular e controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 7, n. 96, p. 139-147, 2013. Disponível em: Acesso em: 10/02/2021
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 eds. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- KERBAUY, M.T.M. SOUZA, K.R. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. issn 0102-6801. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>>
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARQUES Fernanda. Novo Coronavírus. Tire suas dúvidas aqui! FIOCRUZ Brasília.2020. Disponível em: < https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/CORONAVIRUS_perguntaserespostas>. Acesso em: 15/01/ 2021.
- MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MNPR. **Cartilha para formação política: Conhecer para Lutar.** Instituto Polis; Prima Estúdio. São Paulo. 2020. "Disponível em:" <http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TUAN, Yi-Fu. **Paisagem do Medo,** tradução de Livia de Oliveira São Paulo: Editora UNESP, 2001.

EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS NOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO QUILOMBO DONA JUSCELINA

**REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
JANNETE DA SILVA MILHOMEM**

INTRODUÇÃO

A temática “experiência das Mulheres Quilombolas Griôs nos quintais produtivos no Quilombo Dona Juscelina, Muricilândia-TO”, são práticas educativas e Culturais, que norteia essa discussão teórica, com as concepções de Thompson (1998), por entender a “cultura popular” enquanto um corpo dinâmico que está em constante construção pela relação com os demais fatores sociais que perpassam e entremeiam suas vivências. O costume, portanto, é uma manifestação no comportamento do sujeito de suas heranças culturais deixadas por seus ancestrais pelas gerações.

Destacamos que a relevância deste estudo ocorre por compreender a importância das práticas culturais das nossas interlocutoras, seus saberes construídos a partir destas práticas. Nosso objeto de pesquisa são os saberes e fazeres dos quintais produtivos no Quilombo Dona Juscelina em Muricilândia,

Tocantins, levando em consideração que os referidos quintais são espaços de conservação e reprodução de saberes ancestrais. É a partir do olhar dessas mulheres que compreenderemos o sentido dos quintais produtivos e seu significado dentro dessa comunidade quilombola.

O objetivo deste trabalho é analisar os saberes e fazeres ancestrais relativos aos quintais produtivos, aos modos produtivos das mulheres griôs e como esses conhecimentos são repassados para os demais membros do quilombo Dona Juscelina. Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de mapear as produções existentes nos quintais produtivos de três mulheres quilombolas griôs no Quilombo Dona Juscelina a partir das narrativas e assim, percebemos, por meio da representação de mapa social de que forma ocorrem as práticas culturais de produção nos quintais do quilombo dona Juscelina.

Como justificativa destacamos a relevância dos quintais produtivos existentes no Quilombo Dona Juscelina, sendo necessário conhecermos mais a respeito das produções das mulheres, que vai desde ervas medicinais, hortas, frutíferas e criação de pequenos animais, assim como plantas ornamentais.

Entendemos quintais produtivos enquanto noção de lugar, onde há transformações de acordo com os modos de vida dos sujeitos por meio do uso do território. Assim, Rosângela A. Pedrosa (2016, p.01) aborda:

Os Quintais Produtivos fazem parte da composição da paisagem de uma pequena propriedade baseada na produção familiar. No quintal próximo a casa a família planta e cultiva plantas alimentícias,

frutíferas, ornamentais, leguminosas e medicinais. Para a família agricultora é no quintal que está grande parte dos alimentos para o consumo do dia-a-dia é nesse espaço que os membros da família desempenham suas atividades destacando a importante presença e participação da mulher como a principal. colaboradora na composição da diversidade de plantas e espécies que compõem essa paisagem.

Concordando com a autora é no quintal produtivo que são realizadas as atividades de produção de alimentos, frutas, ervas medicinais que alimentam as famílias. Nesse caso, a mulher é a que cuida, e produz nos quintais produtivos das suas casas. É, sobretudo nos territórios das comunidades que percebemos a matriz dessa cultura da produção nos quintais das casas. Ainda dentro desta cultura da produção nos quintais podemos destacar o cuidado do outro através das plantas medicinais.

O CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS

Neste estudo partimos da premissa de que as práticas culturais em que as mulheres cuidam dos quintais na comunidade cultivando plantas para serem usadas na cultura de cura com plantas medicinais, enquanto medicina praticada, como também, produção de frutas, canteiros de verduras e, especialmente, hortas, para alimentação da família é atividade de existência, no entanto, são também, práticas de saberes que são passadas para as gerações mais novas, no intuito de dar continuidade as suas tradições. Neste sentido, analisamos também as novas

dinâmicas sociais aplicadas dentro deste grupo específico e os seus contatos interétnicos.

Entendemos plantas medicinais, em um diálogo interdisciplinar, à ótica da etnobotânica¹ ciência que discute as relações cotidianas do homem com a natureza no território, enquanto modos culturais e saberes tradicionais construídos por meio das vivências, passados de geração em geração. Esse conhecimento das pessoas sobre o uso das plantas é percebido nos quintais produtivos das mulheres griôs no Quilombo de Dona Juscelina. “Plantas medicinais: espécies vegetais, cultivadas ou não, utilizadas com propósitos terapêuticos. Chamam-se plantas frescas aquelas coletadas no momento de uso e plantas secas as que foram precedidas de secagem e estabilização, equivalendo à droga vegetal”. (CLARA LIA C. BRANDELLI, 2012, p. 01).

A história do uso de plantas medicinais, desde os tempos remotos, tem mostrado que elas fazem parte da evolução humana e foram os primeiros recursos terapêuticos utilizados pelos povos. Pode-se afirmar que o hábito de recorrer às virtudes curativas de certos vegetais se trata de uma das primeiras manifestações do antiquíssimo esforço do homem para compreender e utilizar a natureza como réplica a uma das suas mais antigas preocupações, aquela originada pela doença e pelo sofrimento. (CLARA LIA C. BRANDELLI, 2012, p. 01).

1 A etnobotânica pode ser definida como o estudo da relação existente entre o Homem e as Plantas e o modo como essas plantas são usadas como recursos. Atualmente a etnobotânica tenta se comprometer com o mundo em desenvolvimento, adotando uma posição estratégica com seu foco integrativo. (JOYCE ALVES ROCHA; ODARA HORTA BOSCOLO; LUCIA REGINA R. M. V. FERNANDES, 2015, p. 67).

O uso cultural das plantas com fito de cura, de acordo com Linhares (2014) é uma prática ancestral entre as comunidades tradicionais, inerente à existência humana, sendo muitas vezes a única forma de cura para esses povos e, que acreditam no poder de cura das plantas como reflexo de suas experiências de vida no tocante a ter a saúde restabelecida pelo uso dessa cultura de cura. “O uso de plantas medicinais é uma prática antiga da humanidade e, ainda hoje, para muitos grupos étnicos e comunidades, simboliza a única forma de tratamento e cura de doenças”. (LINHARES, et al, 2014, p. 39).

Conforme acima e levando em consideração a história de vida das mulheres do Quilombo Dona Juscelina, que trataremos ao longo da pesquisa, entendemos que as práticas dos quintais produtivos do Quilombo se apresentam dentro das questões de sustentabilidade do bem viver², da economia solidária³, na

2 BEM-VIVER (BV): A principal dessas expressões vem dos povos indígenas da região andina que buscam, por meio do conceito e dos princípios do BV, a possibilidade da vida fora dos parâmetros do bemestar proclamados pela modernidade ocidental eurocêntrica, capitalista e colonial. Nos últimos anos o termo BV passou a ser mencionado em diversos textos e publicações como sinônimo de vida saudável, associado a projetos de desenvolvimento econômico dos governos do Equador e da Bolívia e, apesar de sua natureza polissêmica, passível de diferentes concepções, manteve como fundamento a garantia de qualidade de vida aos mais pobres. (LACERDA; FEITOSA, 2015). Esses povos têm maneira própria de conviver e conservar a natureza assegurada por normas constitucionais. (SAMPAIO et al, 2017, p. 42-4).

3 O conceito de Economia Solidária na Europa, segundo Gaiger (2009), tem sua origem em um novo capítulo da história da Economia Social, cujas raízes mais distantes datam do século XIX. Ele explica que, naquela época, face às turbulências sociais provocadas pela Revolução Industrial, o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses que se caracterizava desde seus primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas. Para Laville e Roustang (1999), o conceito de Economia Solidária baseia-se em uma ênfase sobre o desejo da Economia Social, em sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situam os fundamentos essenciais das Economias Social e Solidária. (ALVES, et al, 2016, p. 245).

luta por justiça social, além de preservar práticas culturais da comunidade como forma de resistências em uma sociedade com características patriarcal, firmada na tradição eurocêntrica de uma elite branca.

Segundo Almeida (2008), são vários critérios utilizados pelos órgãos públicos para identificar e denominar uma comunidade como povos tradicionais, entre eles estão os laços sociais entre indivíduos e territórios, que são caracterizados pelos quintais produtivos, as práticas culturais a religiosidade e os saberes.

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 1988, parágrafo 1º do Art. 231).

Entre as práticas culturais compreendemos que a medicina tradicional praticada na comunidade quilombola Dona Juscelina, transmitida de gerações para gerações, na forma de saberes, sobretudo pelas mulheres griôs, são fatores identitário da territorialidade que justifica a ocupação do território e legitima o uso dos recursos naturais, classificando como povos tradicionais. Entre estas práticas a Dona Juscelina em seu depoimento deixou explícito.

Arruda serve pra toda doença de mulher, tudo que a mulher sente desde uma mulher nova, se sentir mal pode fazer tanto o sumo como o chá, mais o chá não cozinha ele, abafado. Erva cidreira serve pro calmante para suar febre, o capim santo do mesmo jeito, e a assim tem outros remédios. (Entrevista com Dona Juscelina, 2020).

Ainda apresentando os saberes de medicina tradicional, em sua entrevista dona Juscelina nos descreveu as propriedades medicinais que ela acredita possuir na planta denominada como fedegoso. “Isso ali é fedegoso, a gente torra a bage, essa bage eu colho ela, eu vou amostrar a semente dela que eu tenho aqui, eu colho debulho e agora quando acabar eu vou torrar, fazer o café, para todo dismantelo, pra afinar o sangue, esse aqui é a semente, esse faz o café eu torro e faço o café”. (Entrevista com a Dona Juscelina, 2020).

Tradicionalmente algumas comunidades também conhecem a erva cidreira como capim santo, capim-cidreira ou capim-santo ou ainda capim-limão que tem como nome científico: *Cymbopogon citratus*. Tanto na fala da Dona Juscelina acima quanto nas outras mulheres griôs, ressalta as propriedades medicinais desta planta que é muito cultivada nos quintais produtivos.

Imagem 1: Capim Santo ou Erva Cidreira, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2020.

A utilização de cada planta medicinal é de conhecimento dessas mulheres quilombolas, porém, ao seu modo, pois aprenderam com seus ancestrais a função de cada planta para a prática de uma cultura de cura por meio da utilização das plantas medicinais.

Esse apego a uma planta, demonstra o afeto que as mulheres têm com seus quintais produtivos, não sendo permitido o acesso a certas plantas. No caso de Dona Juscelina era a *arruda*, sua mínima dos olhos. Esse apego ao seu quintal demonstra uma relação de afeto com o lugar que implica sentido em suas vivências/experiência nessa prática educativa e cultural. (THOMPSON, 1998).

Além das plantas medicinais, estas mulheres produzem em seus quintais uma variedade de hortaliças que também são

divididas na comunidade, as pessoas trocam entre si. A seguir demonstrativo de tipos de ervas medicinais e outras plantas cultivadas na comunidade.

TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS		
PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Coentro do Pará	“O chá de coentro é preparado a partir das folhas secas de coentro, mais comumente usado como tempero na culinária ou ingrediente em saladas. Alivia inchaço”. (D. Juscelina).
	Pé de mamão	“O chá da flor do mamão serve para gripes, resfriados, problemas respiratórios, asma, tosse, bronquites e alergias. Pode ser usado como xarope”. (D. Juscelina).
	Tomate	“É usado como anti-inflamatório, quanto mais maduro melhor para curar o câncer”. (D. Juscelina).
	Alfavaca	“Boa pra falta de ar e gripe”. (D. Cícera Vieira).

TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS		
PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Folha Santa ou Coraima	“É bom para doença venera, doença de mulher e enziapa, problema de infecção no estômago”. (D. Cícera Vieira).
	Babosa	“Babosa era para febre de final de ano, febre braba, gripe, problema de útero, estômago, pra enziapa em menino, pra hemorroida, pra tudo.” (D. Cícera Vieira).
	Quiabo	“É bom para os ossos”. (D. Rosa Mirtes).
	Mandioca Aipim ou Macaxera	Melhora a digestão, bom para artrite, coração, fortalece o sistema imunológico, melhor o humor.

**TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS
EM QUINTAIS QUILOMBOLAS**

PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Chiquinho	"Para diarreia e dor na barriga". (D. Tereza Elias).
	Hortelã	Usada na culinária, cólica menstrual, digestão, analgésica.
	Fedegoso	"Serve pra gripe" (D. Tereza).

TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS		
PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Gengibre	Bom para infecção de garganta, ajuda a emagrecer, gastrite, resfriado, problema de circulação.
	Açafrão	Problemas gastro-intestinais, febres e resfriados, reduz o colesterol, melhora a digestão, auxilia na perda de peso, combate gripes e resfriados.
	Boldo chinês	"Indicado para Covid". (D. Tereza Elias).

TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS		
PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Alecrim	“Bom para problemas do coração”. (D. Tereza Elias).

Entende-se que esta prática elencada acima, na fala de Dona Juscelina, sobre a troca, do compartilhamento, quem precisa chegar no seu quintal e pegar o que necessita, é defendido por Thompson (1998) como prática e costumes resíduos da tradição milenar da reciprocidade que resiste a hegemonia de uma cultura contemporânea capitalista.

Dona Cícera Vieira, nasceu em Guadalupe no Piauí, na beira do rio Parnaíba, como apresentamos na introdução do trabalho. Seus pais migraram para Muricilândia em 1952, então sua vida foi pautada inteiramente na comunidade, exceto o tempo que ela saiu para estudar. Quando seus pais chegaram neste território, os pioneiros tinham apenas 3 meses que estavam residindo neste território, e segundo ela foi um período de muito sofrimento.

Compreendemos que eram tempos muitos difíceis e as enfermidades eram combatidas apenas com as plantas medicinais e os saberes dos mais idosos, práticas estas que permaneceram nos membros mais jovens que hoje assumem estas funções, as mulheres griôs como dona Cícera, dona Juscelina, construíram o conhecimento tanto observando os mais velhos bem como com a própria maneira de sobreviver.

Para Dona Cícera Vieira, griô é uma pessoa experiente que possa contribuir com a necessidade dos membros do quilombo. Ela ficou muito feliz quando o conselho a convidou para ser uma griô, para poder dividir seus conhecimentos experienciais com quem precisasse e na cúpula de liderança do Quilombo Dona Juscelina (QDJ). (THOMPSON, 1998).

Dona Cicera nos recebeu muito bem em nossa primeira visita no Quilombo Dona Juscelina, no decorrer da pesquisa, nos deu entrevista sobre suas práticas, seus cuidados e o sonho de escrever um livro. Na ocasião ela se queixava de não estar muito bem de saúde. Dois meses após a entrevista, quando escrevíamos a dissertação, Dona Cícera Vieira foi hospitalizada e ao passar por um procedimento cirúrgico veio a óbito. Esta mulher assim como dona Juscelina, nos deixou um legado cultural acompanhado com demonstrações de fé e humanidade.

DONA JUSCELINA UM LEGADO DE CULTURA E FÉ

A Griô Dona Lucelina Gomes dos Santos (*in-memória*), conhecida, popularmente como: Dona Juscelina. Uma liderança na comunidade quilombola que carinhosamente leva o seu nome, respeitada pela maioria dos membros da comunidade, todos a tratavam como sua família. Dona Lucelina assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Griôs e ao mesmo tempo Presidente da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Sempre ocupou um papel de liderança na comunidade, uma mulher procurada em momentos de decisões dos membros do quilombo.

Dona Lucelina nasceu em vinte e quatro de outubro de 1930, na cidade de Nova Iorque no Maranhão, sua avó foi cativa. Exerceu na comunidade as funções de benzedeira, lavradora, parteira, quebradeira de coco e griô. No dia vinte e quatro de fevereiro de 2021, a Universidade Federal do Tocantins, concedeu à Dona Juscelina, o título de Doutora Honoris Causa. Este título é concedido à personalidade que se destaca pelo saber e que contribui com as artes, a filosofia e, sobretudo, à ciência. No caso de Dona Juscelina, como gostava de ser denominada, são várias as contribuições à comunidade através de sua história de vida e das trocas de conhecimento através das pesquisas que ela participou ao longo da história e, ao mesmo tempo na construção do saber científico. Por meio da figura 3 podemos visualizar a imagem dessa mulher que representa o Quilombo comunidade que leva o seu nome.

Imagem 3: Lucelina Gomes dos Santos –
Presidente do Conselho de Griôs do QDJ



Fonte: Facebook do Quilombo Dona Juscelina, 2020

Dona Lucelina Gomes dos Santos no ano de 2012 recebeu da Câmara de Vereadores de Muricilândia o título de Cidadã Muricilandense pelos serviços prestados a cidade na construção da comunidade quilombola e por ter contribuído na preservação da cultura e na defesa dos direitos da comunidade. A Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, em 2016 concedeu a ela o prêmio

Boas Práticas em Direitos Humanos Categoria VIII – Igualdade Racial, como reconhecimento de sua luta em defesa dos direitos da comunidade quilombola. A matriarca afirma ter realizado 583 partos. Parteira muito conhecida na região contribuiu de forma efetiva na formação sociocultural de Muricilândia. Imaginamos que ao auxiliar em vários partos essa mulher quilombola foi a principal responsável pela vida de várias pessoas que acompanhou seu crescimento desde que era bebê. Essa experiência de vida, com certeza a fez reconhecer no momento do parto se seria tranquilo ou se teria alguma complicação. Esse conhecimento não foi adquirido em bancos de faculdade, mas pela vivência junto com seu povo e com aquelas mulheres que não tinham condição financeira para se deslocar até uma cidade maior para realizar seu parto.

Essa matriarca viu o desabrochar de muitas vidas. Os primeiros momentos da vida são mágicos. É quando o bebê respira o oxigênio pela primeira vez fora da barriga da mãe; é quando chora e pode ser ouvido; quando experimenta o leite da mãe e sente o aconchego do colo protetor de sua genitora, mas antes precisava sentir o calor das mãos daquela mulher matriarca, com sua força de mulher negra que estava ali plena, para viver aquele momento único, onde a mãe precisa de apoio e cuidado.

No dia três de julho de dois mil e vinte e um, enquanto me preparava para continuar escrevendo sobre esta mulher histórica, dona Lucelina, recebi a notícia de seu falecimento aos noventa e um anos de idade, trazendo uma grande tristeza para toda a comunidade. No dia quatro de julho acompanhamos todo o cerimonial de passagem da matriarca, a despedida de seu povo, as homenagens e a passagem do manto de griô para a sua filha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi de grande aprendizado, pois essa oportunidade de construir conhecimento a partir da pesquisa de campo contribuiu muito para nossa formação, uma vez que as narrativas da história de vida de cada mulher e suas identidades nos leva a ter um olhar diferente dessas mulheres guerreiras, de resistência, de raça, mulheres griôs, mulheres que fazem parte da liderança de seu povo, que estão à frente das decisões que perpetuam sua cultura, sua história. São mulheres griôs, responsáveis por compartilhar com a geração nova, as práticas tradicionais e os elementos culturais que identificam a comunidade como povos tradicionais a partir de práticas educativas e culturais.

As primeiras experiências adquiridas durante a pesquisa tiveram início quando da visitação das residências das mulheres quilombolas, pois tivemos que nos apresentar para Dona Juscelina enquanto matriarca por ser um costume da comunidade, que todas as pessoas que entravam no quilombo teriam que se direcionar primeiro à residência dessa liderança do quilombo. Passei a compreender o papel social e político dessa mulher quilombola.

Meu olhar diante das práticas culturais e educativas dessas mulheres é de admiração por serem fortes, por terem fé nas plantas medicinais, por saberem utilizá-las na prevenção e tratamento de doenças diversas, por conhecerem as propriedades das plantas que cultivam e ter consciência que é relevante preservar essa cultura de tradição. Diante das dificuldades em manter os quintais, essas mulheres permanecem persistentes em continuar

cultivando as plantas medicinais, mesmo com idade avançada de algumas e sempre terem a preocupação de construir esses saberes junto aos membros mais novos da comunidade.

A perda de alguém que conhecemos é sempre impactante, não foi diferente quando aconteceu durante essa pesquisa o falecimento de três mulheres interlocutoras desse estudo, a griô Dona Juscelina, a griô Dona Cícera Vieira e a não-griô Dona Maria da Cruz. O luto pela perda dessas vidas marcou a mim enquanto pesquisadora e toda comunidade, pois se foram duas líderes de grande influência dentro do Quilombo Dona Juscelina, pois representavam uma força política, cultural, educativa e social.

Durante a pesquisa percebemos que o Quilombo Juscelino é um celeiro de saberes, todas as nossas visitas entenderam que apenas uma dissertação de mestrado não é suficiente para abranger a profundidade e complexidade deste tema. O estudo sobre a cultura e os saberes desta comunidade é motivação para a pesquisadora seguir em frente com mais pesquisas.

Portanto, proponho que essa pesquisa seja apenas parte de uma continuidade de discussões em torno da cultura, da valorização da mulher, da mulher negra, da mulher quilombola, da mulher griô, da mulher enquanto ser com suas identidades e representações. É necessária uma autorreflexão sobre as relações sociais da sociedade brasileira frente a esse contexto envolvendo os povos tradicionais e, para tanto, as análises e pesquisas precisam continuar acontecendo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008. 192 p
- ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 243-257. 2016.
- BRANDELLI, Clara Lia Costa. **Plantas medicinais: histórico e conceitos.** Rev. Ciências, v. 5, n. 8, p. 01-13, set/out. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
- FERNANDES. Saulo Lurdes; GALINDO, Dolores Cristina Gomes, VALENCIA Liliana Parra. **Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas.** Psicol. Estud. vol.25. Maringá 2020 Epub June 19, 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>> Acessado em dez,2020.
- LINHARES, Jairo Fernando Pereira; HORTEGAL, Elane Viana; RODRIGUES, Maria Ivanilde de Araújo; SILVA, Paulo Sérgio Silberti da. **Etnobotânica das principais plantas medicinais comercializadas em feiras e mercados de São Luís, Estado do Maranhão, Brasil.** Rev. Pan-Amaz Saúde, v. 3, n. 5, p. 39-46, 2014.
- PEDROSA, Rosângela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar.** AGROECOL. 2º Seminário de agroecologia da América do Sul, 2016.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. **Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia.** Saude soc. [online]. 2017, vol.26, n.1, pp.40-50. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017166634>. Área de Concentração Artes Cênicas da UNESP. São Paulo: 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902017000100040&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 de mar. 2021.
- THOMPSON, Eduard Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO NO ÂMBITO DE AFIRMAÇÃO DA POSSE DA TERRA NA PERSPECTIVA DO COMUM

ELIAS DA SILVA
DYEGO MARTINS PESSEGO

INTRODUÇÃO

Os rios Araguaia e Tocantins ao se aproximarem, guardam entre si o espírito nobre, simples, mas aguerrido de populações posseiras de camponesas, indígenas, quilombolas cuja porção territorial, pelo formato, ficou popularmente conhecida como “Bico do Papagaio - Norte do Estado do Tocantins”.

Nesse espaço de terras fertilizadas pela abundância de água fixou-se, ao longo do tempo, essas populações que tangidas de outras áreas, pelos impulsos economicistas em estágio mais avançado, não sem a tutela do Estado, inviabilizaram a posse da terra, situação que nessa porção territorial foi afável, porém, não sem luta para atingirem seus ideais de vida, considerando que essa mesma porção territorial, nas décadas de 1960 e 1970 foi porta de entrada para toda a Amazônia Legal, transformando-se em uma região de intensos conflitos dessas populações de

posseiros¹ com grileiros² e fazendeiros durante todo o Regime Militar ocorrido entre 1964 a 1985.

Como contexto, inserimos a situação de conflitos do “Bico do Papagaio” no âmbito das mudanças da Amazônia Legal em um leque maior, em menor escala no âmbito da Amazônia Oriental que, abrange entre outros o Estado do Tocantins, justificadas como necessárias para o desenvolvimento rural tal como priorizavam as políticas agrárias do Regime Militar no período entre 1964 a 1984, segundo pode-se constatar no Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504/1964), criado nesse período. Assim, era preciso anexar às terras de todo esse território integrando-as à economia capitalista do resto do país e, ao mesmo tempo, solucionar os conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, tudo isso sem desestruturar o modelo fundiário que se agravava com a proteção do próprio Estado. Ou seja, estava em curso um projeto que não considerava a realidade sociocultural da maioria da população do “Bico do Papagaio”, considerando esta porção territorial como um “espaço vazio” a ser explorado sob a égide da produção capitalista.

Por meio desse discurso modernizador, os diversos Governos Militares legitimaram uma atuação repressiva em toda área do “Bico do Papagaio”. De certa forma, o Estado acabou por corroborar para a fragilização da população local como ocorreu na Vila de Sampaio em 1979, onde o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA proibiu que posseiros fizessem

1 Segundo o agrarista Miranda (1992, p. 97), posseiro “é a pessoa que se ocupa das tarefas rurais e que faz da atividade agrária sua profissão habitual ou sua competência específica.”

2 De acordo com Pozzoli (2008, p. 542), grileiro é a “pessoa que procura apossar-se de terras alheias mediante escrituras de propriedades falsas.”

reuniões para se organizarem, alegando que esses indivíduos estavam tramando uma guerrilha na região. O desfecho desse episódio foi a prisão de quatro líderes camponeses no quartel da polícia militar em Araguatins e o ataque da Vila de Sampaio pelo exército. (KOTSCHO, 1981).

Isso significa que a impunidade sempre esteve ligada ao poder político e a riqueza daqueles que praticam crimes contra os posseiros e trabalhadores rurais do campo. Neste sentido, a Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra - CPT e das ações do padre Josimo, ouviu os posseiros em suas lutas pela posse da terra. Foi advogada para quem não se atrevia aos trâmites burocráticos e severa tribuna de condenação das mazelas edificadas pelos capitalistas apoiados pelo Estado.

Em relevo ao foco do nosso objeto de estudo, é necessário o contexto de justificativa da questão da terra no Brasil, como uma longa herança desprotegida da maioria desfavorecida da sociedade brasileira.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia em definitivo o regime de sesmarias. Muito embora não tenha havido revogação formal, considera-se que a mesma foi revogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), que trata do mesmo assunto. No entanto, o que se observa, tanto em nível geral do Brasil quanto particularmente, no “Bico do Papagaio” é que as oligarquias, e grupos políticos continuam sendo os detentores da terra. No problema fundiário brasileiro que afeta negativamente a reforma agrária, existe uma contradição histórica referente a

minoria de grandes proprietários que detêm o monopólio da terra, controlando sua ocupação e trabalho no âmbito da produção agropecuária, contrastando, por outro lado, com a massa trabalhadora dependente dessas oportunidades para sua subsistência. (PRADO JÚNIOR, 2005).

Isso é o retrato da concentração de grandes áreas de terras que estão nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria sofre com os abusos causados e com o sangue de centenas de posseiros que lutam por igualdade de direitos na sociedade brasileira. Muitos dessa população sobrevivem em condições subumanas, desde o analfabetismo, subnutrição, entre outros fatores. Nesse cenário, os crimes ocorridos no campo são maquiados pelo discurso desenvolvimentista recheado de políticas excludentes, cujo contexto esconde o pequeno na tentativa de anulação de sua voz, o que resulta em lutas de lideranças que acabam sendo presas ou mortas, como foi o caso do mártir Padre Josimo Morais Tavares.

Nesse contexto justifica-se nossa abordagem no interesse de contribuir como uma reflexão que agrega cultura camponesa, o território e territorialidade, na perspectiva do comum a luta como metodologia de abordagem empírica das tensões e conflitos territoriais em exercício de territorialidade política, cultural e ética em relação à terra para a vida como bem maior, na observação do modo de viver dos posseiros, suas manifestações e transformações socioculturais ao longo do tempo até o presente e em perspectiva.

Nossa proposta tem como objetivo geral analisar conflitos territoriais no norte do Tocantins (Bico do Papagaio) inerentes à posse desta, na abordagem dos segmentos populacionais dos posseiros, bem como dos recursos naturais como a água e as

florestas a ela inerentes, envolvendo saberes, eventos, entidades e lideranças promotoras, na perspectiva da produção do comum. Este objetivo geral é desdobrado em três específicos, que são: mapear situações de ocorrência de conflitos pela posse da terra, bem como a sustentação dos recursos naturais: água e florestas, inerentes no espaço e tempo do território do “Bico do Papagaio” compreendido o período entre 1964 a 1985.

Identificar por meio da localização e caracterização dos grupos de posseiros, suas práticas, eventos e lideranças na promoção de eventos como princípios políticos de lutas pelo bem comum maior da terra para o desenvolvimento com equilíbrio. Oferecer aproximação entre teoria e prática do contexto dos conflitos territoriais no Bico do Papagaio, quanto às práticas políticas da luta pela posse da terra e seus recursos inerentes no Bico do Papagaio, na perspectiva do comum.

A REALIDADE DA OCUPAÇÃO COMO CONCEPÇÃO DA TERRA PARA O TRABALHO

Considerando o contexto exposto ao longo do texto por nós assumido em relevo às lutas políticas e práticas culturais dos posseiros do Bico do Papagaio, no contexto de economia neoliberal global de Dardot e Laval (2017), que em suas afirmações sobre essa temática, estabelecem as várias possibilidades de afirmação de concepções e existência, na miragem de novas diretrizes para a sociedade e a sustentabilidade da vida na Terra.

Entre as várias possibilidades, o comum no uso da terra deve ser concebido como a condição imprescindível à vida. Nesse sentido, condenam os cercamentos concebidos como a ordem

da propriedade privada e pública, já que o conceito de público está atrelado à tradição do Estado burguês. A seguir trazemos uma citação conceitual do conceito de comum conforme Dardot e Laval (2017).

Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. [...] Em resumo, “comum” se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista. (DORDAT e LAVAL, 2017, p. 17-8).

Nesse sentido, as lutas políticas e as práticas culturais de posse e uso da terra no Bico do Papagaio, considerando a tradição histórica dos segmentos de posseiros na ocupação territorial se aplica à realidade em questão aqui levantada, ao se verificar o primeiro período da ocupação, o fundamento na base da economia moral da posse da terra (THOMPSON, 1987), como perspectiva da terra para trabalho. Nesse sentido, o momento inicial da ocupação marcado pela posse e não da propriedade moderna da terra, se impõe como pressuposto histórico que é o fundamento das formas de vida dos posseiros, seus usos produtivos, comemorações festivas, mobilizações em prol de recursos

imateriais como a água, o babaçu³, às memórias quanto aos eventos defensores da luta pela terra, como a vida, luta e morte do padre Josimo Morais Tavares no âmbito da CPT aparentemente no momento latente, porém jamais perderá o caráter de “pedra fundamental” que sustenta a construção do edifício do uso comum da terra na região.

A VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E SUAS INOVAÇÕES

A história da luta pela terra vivenciada pelos posseiros do Bico do Papagaio deve sempre merecer ser enfocada, e neste sentido nossa proposta é uma contribuição com pretensão de aproximação à produção do comum na relevância enquanto sujeitos do processo. Ou seja, os integrantes dentro de um discurso sócio-histórico fundamentado a partir da sua cultura sem desmerecer as inserções da cultura global no contexto da atual globalização (HALL, 2006). Isso significa que o fato de valorização das suas práticas, ações, melhorias e eventos não estão imunes do uso das novas tecnologias, especialmente as de comunicação, porém, adotando o princípio político como sentido da produção do comum.

Nessa possibilidade de associação de identidades – as tradições e as inovações – não significa a perda dos valores mais arraigados ao longo do tempo, sobretudo no período que compreende 1964 a 1985, período mais emblemático da luta pela terra com elementos imateriais a ela inerentes como a água, as

3 Segundo Pozzoli (2008, p. 116), babaçu é uma “planta da família das palmáceas, de sementes comestíveis, das quais se extrai um óleo utilizado na alimentação.”

florestas, a qualidade de vida e o ambiental, não podem partir de um estereótipo construído fora de seu espaço, mas, sim de um ponto de vista relacional à necessidade de perpetuar e aprofundar os modos de vida como princípio que já é preconizado em escala global, em contraposição aos tentáculos do neoliberalismo.

Estes argumentos se aproximam da perspectiva da produção do território em projetos que preconizam a relação E-P-C-N (economia-política-cultura-natureza), afirmada por Saquet (2013, p. 148): “compreende o território como um produto histórico, como conjunto de patrimônio, através dos quais se constroem novos estilos de desenvolvimento sustentável ou autossustentabilidade”.

Na perspectiva deste autor a produção do território é a necessária busca do equilíbrio entre a produção econômica dentro de princípios políticos que a associe com a cultura, preservando o meio ambiente. É claro que nessa equação não há lugar para visão homogênea nem para a produção hegemônica que privilegie o global em detrimento do local, mas também, que não exclua o global do local, e sim, busque a constante e possível harmonia, já que ambas as dimensões são interdependentes como desafio na atual globalização (SANTOS, 2006).

Nisto é preciso descaracterizar os desígnios desses sujeitos posseiros em sua própria história, como se fossem insubordinados e atrasados socialmente desvendando os bens culturais que sustentam uma determinada ordem de fatores sociais, políticos e econômicos. Tal tarefa permitirá “escovar a história a contrapêlo” (BENJAMIM, 1975, p. 225), e, assim, deixar em primeiro plano a história de vida dos posseiros do Bico do Papagaio.

Assim, na ideia de sujeitos atrasados é mais a falácia do discurso da modernização que para se impor, precisa destruir os modos anteriores de vida, seja dos povos nativos, tradicionais como os quilombolas, sejam, especificamente, os posseiros. Assim, o que ocorreu nessa região foi que os posseiros foram influenciados por novos impulsos de inovações, como um certo grau de urbanização do contexto regional, considerando a atração migratória por cidades como Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Araguaína (TO); além disso as inovações tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, respondem por um certo grau de fragilidade afetando costumes e hábitos da cultura dessa população, portanto implicando a combinação entre diferentes formas de vida; nesse ponto, vale lembrar eventos atuais que são realizados à distância de forma remota, sobretudo envolvendo segmentos da juventude em defesa dos valores e produções dos posseiros.

Este contexto recebe uma aproximação a Sahlins (1997, p. 8) que aborda sobre a “teoria do sistema mundial”, na qual ele coloca que as sociedades tradicionais como os pequenos produtores, como parte dessas sociedades são submetidas a mudanças radicais, forçadas externamente pela expansão capitalista pelos grandes latifundiários. Sahlins (1997) expõe sobre o interesse particular de uma classe dominante que tenta de alguma forma reprimir a classe subjugada, de acordo com suas palavras:

Não precisamos exagerar o contraste em relação a nós mesmos, isso porque o interesse geral dos estados burgueses é o interesse particular de suas classes dominantes, conforme os ensinamentos de Marx. Porém, a sociedade capitalista realmente tem um modo distintivo de aparência e, portanto,

uma consciência antropológica definida, também difundida nas disposições teóricas da academia. (SAHLINS 1997, p. 76)

Do mesmo modo, cabe uma reflexão sobre a história de vida desses “novos” sujeitos, cujas análises pouco ou quase nada os consideravam. A cultura desses sujeitos deve ser compreendida como instrumento de consciência política, expressada em sua história de vida e de seus antepassados. Neste processo, passado, presente e o futuro estão colocados de forma integrada, pois constituem e estruturam sua ação frente às transformações. Um processo que deve ser interpretado como uma estratégia de sobrevivência e, sobretudo, uma arma de luta (MARTINS, 1993).

A RESISTÊNCIA DO(A)S POSSEIRO(A) S DO BICO DO PAPAGAIO

É possível nesses tempos de globalização, exercer pressão sobre essas forças hegemônicas pela identificação e engajamento desses pequenos produtores, podendo se beneficiar da força que as comunicações oferecem para mobilização, organização e engajamento político em prol do comum.

Podemos encontrar esta resistência cultural e política na história do(a)s posseiro(a)s do Bico do Papagaio, pessoas que vinham do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, ou seja, regiões nas quais a integração econômica já se fazia sentir na permanência de um modelo agrário concentrador, o que fez da migração uma forma de resistência às imposições que os condicionavam a agregados e subordinados. Isto é, essas constantes mudanças

podem ser interpretadas como uma “fuga” frente às transformações que regulavam suas vidas, caracterizadas por expulsões evidentes ou disfarçadas. (OLIVEIRA, 2005). Outrossim Saquet (2013), afirma a territorialidade como característica identitária enraizada com significados em ações históricas.

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET 2013, p. 142).

Esse legado socioterritorial dos posseiros do Bico do Papagaio, eivado de mentalidade religiosa, encontrou na figura do Padre Josimo Moraes Tavares e na CPT, bandeiras éticas guiadas pelo sentimento de luta por justiça na longa herança negativa de exclusão do acesso à terra no Brasil.

Esse agente religioso e político engajado, conhecido por sua defesa intransigente aos trabalhadores e trabalhadoras rurais

oprimidos, causou medo e ódio aos fazendeiros da região, que também demonstraram seu preconceito diante de um padre negro.

É importante lembrar que todo ser humano tem direito a um lote de terra para morar ou plantar, mas no caso do Bico do Papagaio isso parece não ser respeitado devido à ambição e ganância por dinheiro e poder no campo. Nesta perspectiva, Balandier (1967, p. 72 apud SAHLINS, 1997, p. 108) afirma que “os homens chegam ao poder pela devoração da substância dos outros”.

Para o coordenador da CPT em Imperatriz-MA, três pontos específicos contribuíram para o aumento das estatísticas. O primeiro é que: “Cada vez mais há um aumento da concentração de poder no Estado e isso tem reflexo negativo na sociedade. O Segundo: o avanço do agronegócio está expulsando pessoas que histórica e culturalmente são localizadas em determinadas regiões, como comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco. E o terceiro: existe certo respaldo da Justiça quando concede liminares para integração de posse, mesmo quando estas comunidades estão inseridas há muitos anos”, justificou. (EDROALDO, 2012).

Diante disso, Sahlins (1997, p. 61), afirma que o Estado (soberano) é exposto como “alguém que está acima e além das diversas classes funcionais constituidoras da sociedade, todas representadas na sua pessoa”. Essa que pode ser aqui concebida como uma denúncia de Sahlins (1997), se aproxima da preconização da necessidade da produção do comum de Dardot e Laval (2017) que afirmam que a produção do comum transcende o público e o privado, ou seja, uma nova perspectiva de sociedade em âmbito global que se faz necessário construir como saída ao neoliberalismo.

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades, como afirmei e mostrei em *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. (SAQUET, 2013, p. 162).

A isso corrobora as palavras de Saquet (2013) com base na relação E-P-C-N como a diversidade inerente ao desenvolvimento socioterritorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela posse legal da terra é uma luta sangrenta que envolve violência e impunidade. Os movimentos sociais de luta e resistência que surgiram com o intuito de ajudar a manter firme o direito e a posse legal da terra, a participação da sociedade local e da comunidade de intelectuais é de suma importância para tentarem conseguir de fato mudar essa realidade.

Podemos encontrar uma representação cultural e identitária no cotidiano dos posseiros do Bico do Papagaio, que se materializou através da resistência simbólica que ocorreu durante o processo de mudança imposto pelos projetos desenvolvimentistas dos sucessivos governos militares. Isto é, existiu e existe, entre aquela comunidade traços da cultura indígena, uma vez que a natureza aparece como ordenadora da organização social.

Neste sentido pretendemos analisar o conflito pela terra na região do Bico do Papagaio a partir de um enfoque interdisciplinar, pois entendemos ser necessário analisar as narrativas e fazer uma aproximação comparativa entre o discurso histórico “oficial” e a fala dos posseiros. Acreditamos ser possível identificar – naquele contexto histórico, social e político – a tensão estabelecida por uma leitura dual e estanque da realidade.

Assim, compreendemos que é preciso entender a subjetividade desses indivíduos, a partir de sua realidade, na qual a terra é vista não como “objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade, não em sua alteridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto dos valores éticos.” (WOORTMANN, 1990, p. 11).

Diante de tal escolha metodológica, a ser abordada bem como análise bibliográfica analítica, documental e de campo, os posseiros do Bico do Papagaio serão entrevistados enquanto um grupo social particular que possui uma história de mobilidades no que diz respeito ao acesso à terra.

No entanto, estarão sempre relacionados de forma procesual. Assim, pretendemos identificar as práticas culturais e uma identidade que permanece e resiste, frente às mudanças ocorridas durante o regime militar mas que permanece até os dias atuais. Como caminho teórico-metodológico, reforçamos o comum concebido por Dardot e Laval (2017) como princípio político na perspectiva dos posseiros em seu desenvolvimento rumo ao direito à terra como um comum básico de outros comuns possíveis.

Esse princípio está vinculado às origens dos sujeitos que ocuparam a região oriundas da região nordestina, Estados do

Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, entre outros, de vinculação cultural religiosa sob a Bandeira do padre Cícero Romão Batista, os romeiros em busca da “Terra Prometida”. Assim, expulsos da terra no Nordeste, fruto do processo de concentração e modernização dessa região buscavam sob essa bandeira religiosa, a terra para trabalho e para a reprodução da vida em moldes comunitários.

Em sintonia ao conceito de comum na base da luta pelo direito à terra no Bico do Papagaio, será de suma importância abranger o período de 1964 a 1985, marcado por trajetórias de lutas dos posseiros pela posse e uso da terra diversificando as lutas no sentido dos recursos imateriais como a água, as florestas e os eventos, organizações sindicais, instituições religiosas que abrangeram a própria vida, luta e morte do padre Josimo Morais Tavares. Este leque de proposições, que embora pareçam ser colocadas de forma genérica não se desvinculam do comum maior: a luta pela posse e uso da terra no viés de sustentabilidade e equilíbrio ambiental que pode ser sintetizado no significado do político como dimensão do imaginário social transformador, (CASTORIADIS, 1982) que não está isento das subjetividades imaginárias do indivíduo, mas que, mas como mudança que parte deste para o coletivo no instituir ressignificativo das instituições, superando o público e o privado (DARDOT e LAVAL, 2017).

Em síntese, fica a ideia de que a luta pela terra no Bico do Papagaio transcende a pura situação de apropriação de um pedaço de terra pelos posseiros, estendendo-se ao contexto das lutas pela vida na terra em que modelos hegemônicos de produção devem ser revistos, uma vez que a ética é a busca do lucro pelo lucro econômico. Particularmente, essa luta envolve a preservação de

recursos naturais como a água, florestas (babaçu), manutenção de modos de vida que concilie economia e desenvolvimento socioterritorial, inclua e expanda as produções agroecológicas, tenha como ética o comum como princípio político reunindo as comunidades específicas e as comunas no que se refere aos autogovernos, a exemplo do que podemos aproximar na existência da Alternativa para a Pequena Agricultura (APA-TO), com sede em Augustinópolis -TO, que reúne apoio aos assentamentos rurais do norte tocantinense, mas também reúne uma série de associações, sindicatos, parceiros financeiros, eventos celebrados entre populações do Cerrado e Amazônia, no sentido de divulgar os conhecimentos e saberes tradicionais associado às novas tecnologias das redes, especialmente nesses tempos de pandemia do COVID-19.

Esse leque de informações aqui preconizadas que deverão compor nosso roteiro da pesquisa recebe a indicação metodológica da abordagem dos comuns concebidos na citação diretamente feita de Dardot e Laval (2017) em nosso trabalho anteriormente. Como aqui trazemos o item metodológico a seguir a ideia de Dardot e Laval (2017) nos parece clarear o fio condutor da nossa abordagem de campo a aproximação teórica:

(...) Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em função do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos (comuns fluviais, comuns florestais, comuns de produção, comuns

de sementes, comuns de conhecimento etc.). A natureza e as propriedades da coisa tomada sob o encargo dos atores naturalmente não são indiferentes ao tipo de atividade, mas é sempre a atividade que “comuniza” a coisa, inserindo-a num espaço institucional pela produção de regras específicas, relativas ao seu encargo. (DARDOT E LAVAL, 2017, P. 613-4)

Diante do exposto, na nossa proposição que ora intentamos, esta instituição em sua filosofia, influencia a possibilidade de outras várias instituições, em suas práticas instituintes de defesa dos interesses e anseios das diversas comunidades, contribuem para a produção do comum na perspectiva do que Dardot e Laval (2017) afirmam.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas de Baudelaire e o Narrador**. In: Textos escolhidos. São Paulo: Victor Civita, 1975.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 6 mai. 2021.
- _____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 6 mai. 2021.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: *L'institution imaginaire de La société*. (Paris, Le Seuil, 1975), p. 167.
- DARDOT, Pierre. CHRISTIAN, Laval. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.
- EDROALDO, Lenno. **Maranhão passa a liderar ranking de conflitos agrários no Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/>>

noticia/2012/05/maranhao-passaliderar-ranking-de-conflitos-agrarios-no-brasil.html>. Acesso em: 02 mai. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro -11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **O instituto jurídico da posse agrária**. Belém: CEJUP, 1992. p. 97

MST. **Assassinato do padre Josimo completa 20 anos. 9 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2222>> Acesso em 01 mai. 2021.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985:cultura e identidade**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/gersonalves.pdf>> Acesso em: 01 de mai de 2021.

POZZOLI, Thereza Christina. **Dicionário Barga da língua portuguesa**. São Paulo: Barga Planeta, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira – 1960**. In: STEDILE, João Pedro(org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500- 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 210 p.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se negocia” o campesinato como ordem moral**. Campesinato. Teoria Antropológica. Categorias Urbanas. Simbólica do Contato. Gênero. Etnologia Indígena. Antropológico/87, pp.11-73, 1990.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL E A INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

ADRIANA FEITOSA FREIRE
LUIS ANTONIO CABRAL

INTRODUÇÃO

Para compreendermos o Brasil contemporâneo se faz necessário voltar ao passado que embora pareça longínquo, ainda nos circunda de todos os lados. Na perspectiva de Prado Júnior (2008, p. 12) “Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás.”

Nesse contexto, do ponto de vista do processo histórico/evolutivo, um dos aspectos que merece ser observado, dentre outros, é o de ordem social, mais especificamente os problemas sociais urbanos, que tem suas raízes no intenso processo de urbanização pelo qual passou o Brasil no século XX. Nesse terreno social, nos deparamos, por exemplo, com o déficit habitacional, a segregação espacial, a falta de infraestrutura, em particular a de saneamento básico.

Na atualidade, século XXI, a infraestrutura de saneamento básico se configura um problema social que persiste em todo o território brasileiro. Ainda nos deparamos com significativas lacunas e disparidades nos níveis de acesso a esses serviços em todas as regiões do Brasil, com destaque para a modalidade esgotamento sanitário, cujo índice de atendimento total é de 54,1% (SNIS, 2019), ou seja, aproximadamente 100 milhões de habitantes ainda não tem acesso a esses serviços em todo o país. Vale ressaltar que as regiões Norte (12,3%) e Nordeste (28,3%) são as que possuem menores índices de atendimento desses serviços quando comparadas às demais regiões, a saber, Centro-Oeste (57,7%), Sudeste (79,5%) e Sul (46,3%).

Insta enfatizar que tais ausências e assimetrias no âmbito do saneamento básico não são condições hodiernas, surgirão ao longo do processo de urbanização do Brasil e se reverberam até os dias de hoje. Assim sendo, acontecimentos como o processo de industrialização do país, a mudança da base produtiva de agrária para industrial, e a conseqüente modificação na geografia brasileira que ganhou uma nova conformação de predominantemente rural para urbana, contribuíram para o aviltamento desse cenário.

Referindo-se à urbanização brasileira, Santos (2008), postula que na primeira metade do século XX ocorreu uma verdadeira inversão no que tange ao lugar de residência da população brasileira, visto que entre 1920 e 1940 a taxa de urbanização do país triplicou passando de 10,7% para 31,24%. Já nos 40 anos posteriores, 1940 a 1980, a taxa de urbanização alcança o patamar de 68,86%, um salto substancial considerando principalmente o curto espaço temporal. Ainda segundo o mesmo autor, esse

fenômeno ganha volume e a residência dos trabalhadores agrícolas se torna cada vez mais urbana.

Para Teixeira et al. (2014) o processo de urbanização no Brasil, ocorreu de forma desigual, com significativas diferenças entre classes sociais e entre as regiões. Essas desigualdades também se apresentam no âmbito do saneamento básico. Conforme o mesmo autor, tal fato tem gerado problemas dentro das cidades brasileiras com informalidade na moradia e na infraestrutura de saneamento.

Ainda no que concerne ao desenvolvimento urbano, é conspícuo que as melhorias nas condições de infraestrutura de saneamento básico não acompanharam o expressivo adensamento dos centros urbanos deflagrando problemas de diversas ordens como habitação, saneamento básico e conseqüentemente saúde, impactando principalmente as populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, de acordo com Silva (2010) a ausência ou precariedade de planejamento urbano faz com que as cidades gerem impactos ambientais de maior magnitude do que em cidades nas quais o planejamento é realizado de forma adequada. Isto posto, vale salientar que tais situações geram efeitos contraproducentes para o desenvolvimento do país, tanto no âmbito econômico quanto e sobretudo no âmbito do desenvolvimento humano.

Desse modo, considerando que somos um país no qual a maioria da população reside na zona urbana, faz se necessário ressaltar a importância da formulação de políticas públicas como instrumento essencial para a resolução desse problema social que afeta sobremaneira a vida dos brasileiros.

CENÁRIO POPULACIONAL BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE: TAXA DA POPULAÇÃO URBANA X POPULAÇÃO RURAL, UMA BREVE ANÁLISE

Conforme já sublinhado por Santos (2008), o Brasil é um país cada vez mais urbano. De fato, essa urbanização é um fenômeno que alcançou todas as regiões brasileiras, embora de maneira desigual. Conforme mostram os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano base 2019, as regiões brasileiras que apresentam maiores porcentagens de urbanização, na atualidade, são Sudestes e Centro-Oeste com 93,12% e 89,08% da população residindo na zona urbana, respectivamente. A região Sul apresenta uma porcentagem de urbanização de 85,54%, e as regiões Norte (73,82%) e Nordeste (73,54%) são as menos urbanizadas quando comparadas às demais regiões.

Considerando esse cenário, após analisarmos a conjuntura da população brasileira por região, notamos que existe um comportamento nos dados coletados no site do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, ano base 2019, que não é evidente numa análise direta. Nesse âmbito, um fato que pode ser melhor explorado é a distribuição da população urbana relativa à rural para cada estado brasileiro.

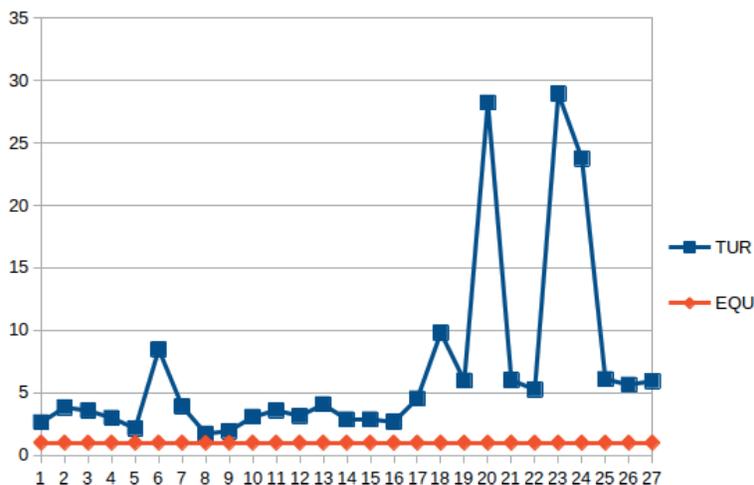
Partindo dessa perspectiva, foi realizada a análise dos dados através de um parâmetro definido como Taxa relativa da população Urbana versus à população Rural (TUR). Esse parâmetro é importante porque se apresenta num formato adimensional e está inerente à estrutura de cada estado da federação. Para

facilitar a comparação, consideramos, para esta análise, que o parâmetro “TUR” tenha o valor de uma unidade (adimensional), e que o estado com valor de parâmetro acima de uma unidade (adimensional) indicaria uma população com maior taxa de ocupação urbana relativa à sua população rural.

Nesse enfoque, vamos atribuir o valor de uma unidade ao parâmetro “TUR” caso o estado tenha o mesmo valor para os dois tipos de populações. Como trata-se de uma simplificação, iremos verificar que na prática o valor da “TUR” está sempre acima de uma unidade. Entretanto, foi preciso calcular o quanto cada estado brasileiro corresponde a este parâmetro e se há grandes variações do parâmetro em cada região do país.

Para tanto, como mencionado anteriormente, realizamos a coleta de dados no site do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que compõe o portal do Governo Federal, referente ao ano de 2019, por meio de uma rotina computacional que além da coleta dos dados, realiza a simulação dos parâmetros com a distribuição regional e estadual dos resultados num formato sintetizado, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Taxa relativa da população Urbana e Rural (TUR) por regiões e estados brasileiros



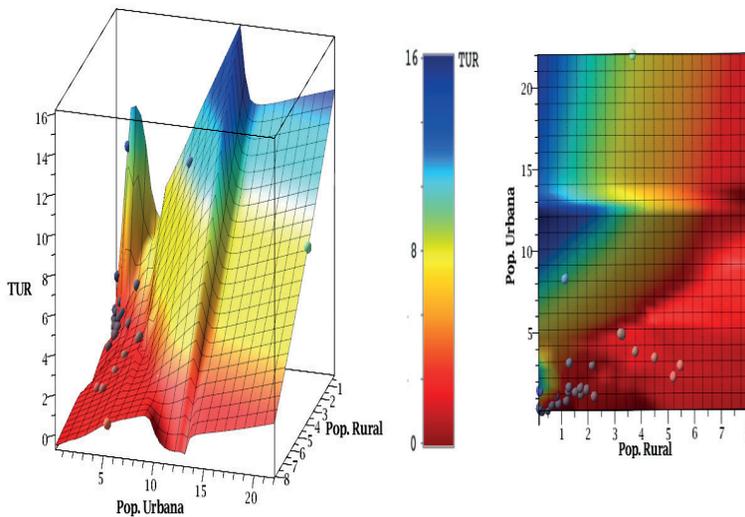
Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2019). Elaborado pelos autores.

Podemos notar no resultado (Gráfico 1) que as regiões Norte (1-7) e Nordeste (8-16) representam a maioria dos estados federativos com uma faixa contendo pequena variação regional no tocante ao parâmetro de equilíbrio populacional (EQU). Uma exceção para a região Norte ocorre apenas em relação a um dos estados federativos, o Amapá, que apresenta uma elevada taxa com respeito à faixa regional. Uma análise similar ocorre na região Sudeste (21-24) onde se evidenciou dois estados com alta taxa do parâmetro populacional, a saber, Rio de Janeiro e São Paulo.

Importante frisar, que para fazermos uma análise conjunta de população urbana versus população rural e taxas associadas, foi feito uso de uma simulação 3D com o eixo ortogonal da figura representando a Taxa da população Urbana versus a população

Rural – “TUR” (Gráfico 2, em escala), e uma barra lateral, ao lado do referido gráfico, com a atribuição de um espectro de cores aos valores da “TUR”.

Gráfico 2: Simulação 3D – TUR x Pop. Urbana x Pop. Rural (regiões e estados brasileiros)



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2019). Elaborado pelos autores.

Nessa breve análise, podemos extrair alguns resultados que não estavam evidentes na análise dos valores absolutos das populações. Um resultado importante está associado a uma faixa de ocupação urbana nas regiões Norte (1-7) e Nordeste (8-16), conforme já explicitado, envolvendo um comportamento similar com apenas um estado destoando dessa faixa.

Outro aspecto detectado, envolve um novo conjunto de valores similares para as regiões Sul (25-27) e Sudeste (21-24)

indicando uma taxa de ocupação urbana ainda maior quando aferido com as regiões Norte e Nordeste. Com relação a região Centro-Oeste (17-20) foi percebido que a “TUR” apresenta valores intermediários quando comparado com as demais regiões brasileiras. Um conjunto com novos resultados detalhados, contendo simulações computacionais complementares, serão apresentados num trabalho futuro.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL COM ÊNFASE NO SANEAMENTO BÁSICO

Política pública é “[...] toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras” (MELAZZO, 2010, p. 14). Nesse âmbito, as políticas públicas “trazem a concepção holística da gestão pública sobre problemas sociais setoriais” (BENEDITO E MENEZES, 2013, p. 58). Assim sendo, o poder público mediante as políticas públicas tem como responsabilidade a identificação, o planejamento e a solução de problemas por meio de ações estratégicas que envolvam a sociedade e o Estado.

As Políticas Públicas possuem um processo de formação de longo e médio prazo, consistentes nas fases de reconhecimento do problema público; formação de uma agenda pública; formulação da Política Pública em si; processo político de tomada de decisão de implementação da Política Pública; execução da Política Pública;

acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública e; por fim, a decisão sobre continuidade, reestruturação ou extinção da Política Pública (BENEDITO & MENEZES, 2013, p. 58).

Tomando como base as afirmações de Benedito e Menezes (2013), podemos salientar que as políticas públicas são a principal ferramenta à disposição do poder público para o enfrentamento dos problemas sociais detectados, de modo a assegurar a população acesso a serviços e bens de maneira apropriada e, por conseguinte, promover melhorias nas condições de vida dos cidadãos brasileiros.

Há que se reforçar que no Brasil a ausência de políticas públicas e de modelo institucional definido e direcionados para a prestação dos serviços de saneamento básico foi uma realidade que perdurou até a década de 1960. O Governo Federal iniciou sua atuação no âmbito desse tema em 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, cuja missão era implantar políticas de desenvolvimento urbano, evocadas pelo intenso processo de urbanização da economia brasileira.

A princípio foi realizado, pelo BNH, o diagnóstico inicial do setor de saneamento básico no país, e criado o sistema financeiro de saneamento cuja função primária consistia em centralizar recursos e coordenar as ações do setor, conforme afirma Saiane (2012). Segundo o referido autor, nesse cenário, os municípios receberam financiamento dos governos estaduais e do BNH, ficando a organização dos serviços de saneamento básico sob a responsabilidade dos municípios, como contrapartida obrigatória.

Ainda de acordo com Saiane (2012, p. 27), com a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico – Planasa, em 1970, cujo objetivo nuclear era atender 80% da população urbana com serviços de água e 50% com serviços de esgotamento sanitário até a década de 1980, os municípios foram instigados a concederem os serviços de saneamento básico que ficou predominantemente sob sua responsabilidade até a década de 1970, para as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs).

Desse modo, Saiani (2012) salienta que:

[...] o Planasa foi um modelo centralizado de financiamento dos investimentos baseados na concessão, por parte dos municípios, dos direitos de exploração dos serviços de saneamento às CESBs de seus respectivos estados, que passaram a ser responsáveis pela execução de obras e pela operação dos sistemas. Ao BNH, representante de Governo Federal, cabia o financiamento dos investimentos, principalmente com recursos do FGTS e o de papel regulador (SAIANI, 2012, p. 27).

Não obstante, apesar de toda essa dinâmica na busca de institucionalizar o setor de saneamento básico, este passou por um período de “vazio institucional”, em razão de acontecimentos como o declínio do Planasa e a extinção do Banco Nacional de Habitação ocorrido em 21 de novembro de 1986. Tais acontecimentos teriam dificultado ainda mais a implantação de políticas públicas voltadas para o setor e, por conseguinte, contribuído para o aumento do déficit na prestação desses serviços em todo o Brasil, conforme explicitado no Plano Nacional de Saneamento – Plansab (2013).

Ainda neste contexto, segundo o Plansab (2013):

Com o declínio do Planasa e a extinção do BNH, entre outros motivos porque este não sobreviveu à nova ordem democrática, deu-se início a um movimento com o objetivo de superar o “vazio institucional” que se instaurara no setor. O quadro caracterizava-se por forte dispersão e pulverização de recursos, além de superposição de competências em vista da multiplicidade de órgãos e ministérios que atuavam no saneamento segundo lógicas próprias e interesses particulares e imediatistas, implicando graves impactos no déficit, inclusive nas áreas metropolitanas, onde a disputa pela titularidade era mais acirrada. Esse período é denominado de *gestão sem política* (PLANSAB, 2013, p. 79, Grifo do documento).

As tentativas de estabelecimento de um marco regulatório para o saneamento básico no Brasil, tiveram seu cerne apenas no ano de 1990. Porém, cinco anos depois, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em razão de contingenciamento do crédito para o setor público, induziu-se a participação do setor privado na prestação dos serviços de saneamento como alternativa à substituição do modelo estatal, decisão esta que ainda gera polêmicas no âmbito político e da sociedade civil, e gerou um atraso sem precedentes no setor de saneamento, consoante Plansab (2013).

Cabe salientar que a materialização do estabelecimento de um marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil, ocorreu em 05 de maio de 2007, quando da criação da Lei nº

11.445, Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, que estabelece normas para a Política Federal de Saneamento e determina, em seu artigo 52, que a união elabore, sob a coordenação do Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, com o intuito de orientar as ações e os investimentos do Governo Federal para o referido setor, contendo:

- a) Os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;
- b) As diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;
- c) A proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;
- d) As diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;
- e) Os procedimentos para avaliação sistemática da eficiência das ações executadas (BRASIL, Art. 52, p. 10).

A lei supracitada traz como base para a prestação desses serviços, dentre outros, os princípios fundamentais da universalização do acesso e do controle social. A universalização,

diz respeito à ampliação de maneira progressiva ao acesso aos serviços de saneamento básico a todos os domicílios ocupados.

No que concerne ao controle social, consiste no conjunto de mecanismos e processos que visa garantir à sociedade informações, representação e participação em todas as etapas da gestão dos serviços de saneamento básico, a saber, planejamento, prestação dos serviços, regulação e fiscalização.

Essas garantias, asseguradas na lei, são formas que a sociedade tem de exercer os seus direitos políticos e civis. E, por meio deles, exigir ações do poder público direcionadas a sanar às demandas ora existentes. “Essa é uma parte do papel “instrumental” da democracia e das liberdades políticas” (SEN, 2010, p. 199).

Sen (2010, p. 366) acrescenta ainda que “o exercício dos direitos políticos básicos podem ajudar a tornar os Estados mais responsivos às dificuldades sofridas pelas pessoas vulneráveis.” Para o referido autor, a liberdade de agir como cidadão que tem sua relevância e cujas opiniões são consideradas é, sem dúvida, dentre as liberdades, uma das mais importantes.

Isto posto, de acordo com a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, é de grande relevância que a prestação dos serviços de saneamento básico esteja articulada com as políticas públicas de desenvolvimento para as quais o saneamento seja fator determinante como, por exemplo, políticas de habitação, de combate à pobreza, de proteção ao meio ambiente, de promoção da saúde e outras que visem à melhoria da qualidade de vida da população, e que sejam promotoras do desenvolvimento humano.

A INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O termo “desenvolvimento” foi compreendido por muito tempo como sinônimo de crescimento, visto que era pensado puramente pelo viés monetário, cuja influência tem seu cerne no capitalismo. Nesse sentido, de acordo com Marques (2006), para os economistas mais ortodoxos, medir o nível de opulência econômica por meio de indicadores como renda *per capita* bastaria para se saber se existe ou não desenvolvimento.

No entanto, na década de 1960, modelos puramente econômicos começaram a se mostrar falhos por não considerar as muitas dimensões da vida humana. Dessa maneira, conforme Oliveira e Barden (2015):

Houve desagregação dos termos “crescimento” e “desenvolvimento”. Crescimento passou a ser descrito como aumento do produto interno bruto – PIB ao longo de um período de tempo e desenvolvimento como uma medida de riqueza que vai além do caráter quantitativo, e a noção de desenvolvimento passou a incorporar novos elementos, se tornando uma concepção multidimensional e o “humano” foi incorporado ao debate (OLIVEIRA; BARDEN, 2015, p. 10).

Nessa mesma linha de entendimento, Marques (2006) afirma que as teorias de desenvolvimento fundamentadas na perspectiva econômica começaram a comprovar que, com a análise quantitativa,

era possível mensurar a produção, mas não as condições de vida das pessoas. Nesse contexto, a autora mobiliza como exemplo, o Brasil, cujo processo de industrialização proporcionou o aumento da renda *per capita*. No entanto, a elevação da renda *per capita* não foi fator suficiente para ampliação dos indicadores sociais.

Segundo Castro Jr. (2006, *apud* Lyra e França, 2000, p. 4), o desenvolvimento só pode acontecer, de fato, com as transformações das estruturas sociais. O economista Amartya Sen (2010) já comungava desse pensamento, quando apresentou a Abordagem das Capacitações – AC, que considera variáveis até então excluídas nas análises tradicionais de desenvolvimento. Nesse âmbito, o desenvolvimento passa a ser analisado a partir das várias dimensões que afetam a vida humana. Para esse economista, melhorar vidas significa ampliar as possibilidades de ser e fazer dos indivíduos.

Paralelo ao exposto, Sen (2010) salienta que:

O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo a maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2010, p. 17).

Nesta senda, Sen (2010) enfatiza que as condições sanitárias nas quais uma pessoa vive podem expandir ou privar suas

liberdades. Desse modo, o saneamento básico constitui tanto uma privação em si mesmo como é criador de outras, visto que afeta de várias maneiras a vida das pessoas, privando-as de ter liberdades elementares como a saúde, a educação e o trabalho.

Segundo Héller (1998), a relação entre “saneamento” e “desenvolvimento” é bastante clara. De acordo com o referido autor, países mais desenvolvidos apresentam menores carências de atendimento por saneamento, por parte de suas populações. Ademais, países que apresentam melhores coberturas de saneamento têm populações mais saudáveis, tal relação configura-se como indicador de desenvolvimento humano.

A análise de desenvolvimento apresentada por Sen (2010) considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Em vista disso, atenta de maneira particular, para o alargamento de suas capacidades de levar o tipo de vida que elas valorizam. Tais capacidades, segundo o autor, podem ser expandidas por meio de políticas públicas, cujo direcionamento pode ser influenciado pela utilização efetiva das capacidades participativas do povo, configurando-se, desse modo, uma *relação de mão dupla*.

Ainda nesse contexto, a abordagem de Sen (2010) carrega a ideia de que desenvolvimento está relacionado a uma série de componentes interligados, quais sejam: Facilidades econômicas, Liberdades políticas, Oportunidades sociais, Garantias de transparências e Segurança protetora. Para o autor, cada um desses tipos diferentes de direitos e de oportunidades auxilia na promoção da capacidade geral do indivíduo.

Com base no exposto, há que se reconhecer a importância da evolução na estruturação do conceito de “desenvolvimento”

que amplia as dimensões empregadas para sua mensuração dando enfoque às pessoas e às suas capacidades, de modo a possibilitar um olhar mais alargado para as condições de vida da população por meio de indicadores sociais como saúde, educação e saneamento básico, variáveis que transcendem a esfera econômica e suas vertentes, e que estão intrinsecamente relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e ao desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este trabalho reafirmando que o processo de urbanização do Brasil atingiu um patamar elevado que se mantém na contemporaneidade, e que essa conformação de um país majoritariamente urbano revela desigualdades, dentre as quais cabe destacar os serviços de saneamento básico, cujas melhorias não acompanharam o expressivo adensamento populacional ocorrido nas áreas urbanas, ao longo dos anos.

Importa frisar que o saneamento básico é um instrumento essencial para a preservação do meio ambiente, manutenção da saúde, promoção do bem-estar dos indivíduos e, por conseguinte, para o desenvolvimento humano. Todavia, há que se reconhecer que a ausência de políticas públicas direcionadas para a prestação dos serviços de saneamento básico no Brasil foi uma realidade que perdurou por muitas décadas e que acarretou um déficit histórico na prestação desses serviços em todo país.

Conforme foi mostrado é importante observar o enredado processo pelo qual passou o Brasil até chegar na instituição de um marco regulatório para a prestação dos serviços de saneamento

básico no país com a criação da Lei nº 11.445, em 2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), dentre os quais cabe destacar a criação do Banco Nacional de Habitação pelo Governo Federal em 1964 e a criação do Planasa em 1970.

Há que se reforçar aqui, que a criação da Lei nº 11.445/2007 possibilitou o estabelecimento de normas e diretrizes para a Política Federal de Saneamento no Brasil principalmente por meio da elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, em 2013, cujo objetivo consiste em orientar as ações e os investimentos do Governo Federal para o referido setor.

Contudo, mesmo vencida essa etapa, no que tange ao marco regulatório para o setor de saneamento, os avanços na prestação desses serviços não foram suficientes para sanar o déficit existente no país. Assim sendo, a ausência desses serviços ainda é uma realidade para uma grande parcela da população brasileira, principalmente para as populações mais vulneráveis.

Insta salientar que as políticas públicas no âmbito do desenvolvimento urbano, em especial, às direcionadas ao setor de saneamento básico, são ferramentas transformadoras que podem auxiliar na tarefa de alargar as liberdades e provocar melhorias no potencial das pessoas, tanto para cuidar de si mesmas quanto para influenciar o mundo em que vivem, elementos essenciais para o desenvolvimento humano.

Portanto, é sob esse prisma que as ações direcionadas à prestação dos serviços de saneamento básico devem ser consideradas. Para tanto, se faz necessário que as políticas públicas destinadas ao setor, para além da infraestrutura, estejam articuladas com o campo do planejamento urbano, da saúde pública, e das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.447, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>
Acesso em 06.dez.2020
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Snis. Paineis de indicadores 2019**. Disponível em:< <http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/>>. Acesso em: 28.nov.2021
- BENEDITO, Alessandro; MENEZES, Daniel Francisco Nagão. **Políticas públicas de inclusão: o papel das empresas**. Rev. Ética e Filosofia política, vol. 1, n. 16, 2013. Disponível em:< <https://livrozilla.com/doc/694741/pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-de-inclus%C3%A3o-social--o-papel>>. Acesso em: 02.abr.2021
- HELLER, Léo. **Relação entre saúde e saneamento na perspectiva da vulnerabilidade**. Ciênc. Saúde Coletiva, vol. 3, n. 2, pp. 73-84, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231998000200007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 02.set.2021
- LYRA, Daniel Henrique de Souza; FRANÇA, Vladimir da Rocha. **O conceito jurídico de desenvolvimento na lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico: a universalização do acesso através do controle social**. Rev. Constituição e Garantia de Direito, vol. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4348>>. Acesso em: 02.set.2020
- MARQUES. Roseane Barcellos. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil: Uma avaliação de sua capacidade de retratar a realidade social**. Programa de estudos pós-graduação em economia política. Dissertação (mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. 123 p. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp010838.pdf>>. Acesso em: 14.nov.2021
- MELAZZO, Everaldo Santos. **Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão**. TÓPOS. V. 4, Nº 2, p. 14, 2010. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2253/2062>>. Acesso em: 06. out. 2021.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB**. Brasília. Maio de 2013.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conseelhos_Nacionais_020520131.pdf> Acesso em: 08.dez.2020

OLIVEIRA, Diego Maciel de; BARDEN, Júlia Elisabeth. **O que é desenvolvimento?** Rev. Cienc. Gerenc., vol. 19, n. 29, p. 8-16, 2015.

Disponível em:< <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/viewFile/2980/2797>>Acesso em 27.mai.2021

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008, 379 p.

SAIANI, Carlos César Santejo. **Competição política faz bem à saúde?**

Evidências dos determinantes e dos efeitos da privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil. 2012, 235 p. Tese (Doutorado em economia) – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9723>> Acesso em: 06.nov.2020

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**; Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, Algéria Varela da. **Vulnerabilidade Social**: explicando o conceito. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. UFRN, Natal-RN, 2010. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/49358905-Vulnerabilidade-social-explicando-o-conceito-algeria-varela-da-silva-1.html>>. Acesso em: 15.out.2020

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008, 176 p.

TEIXEIRA, Júlio César et al. **Estudos do Impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública no Brasil no período de 2001 a 2009**. Eng Sanit Ambient, vol. 19, n. 1, jan/mar, pp. 87 -96, 2014.

Disponível:< <http://www.scielo.br/pdf/esa/v19n1/1413-4152-esa-19-01-00087.pdf>>. Acesso em: 03.nov.2020

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

AIRTON SIEBEN

Doutor e Pós-doutor em Geografia, pela UFU, Mestre em Geomática (Engenharia Agrícola) UFSM. Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado), pela UFSM. Professor e reitor pró-tempore da UFNT, e professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult).

ALBERTO GOMES DE ARAÚJO

Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Estudos de Cultura e Território pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins – PPGCULT /UFT.

ADRIANA FEITOSA FREIRE

Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT, Especialista em Enfermagem do Trabalho (UNIRG) e Educação Ambiental (IBPEX). Graduada em Ciências Biológicas pela FAFOPA-PE e Bacharel em Enfermagem (ITPAC). Servidora Pública Federal lotada na Secretaria do PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: adriana.freire@uft.edu.br

BRAZ BATISTA VAS

Possui graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) (1997), Mestrado (2000) e Doutorado (2011) pela Unesp-Franca, e pós-doutorado em Economia dos Comuns pelo Cedeplar - UFMG (2020). Atualmente é professor do Curso de História da Universidade Federal do Norte Tocantins - UFT - Araguaína. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e História Latino-Americana, pesquisando principalmente os seguintes temas: História Militar, Guerra do Paraguai, Exército, Logística, História da América, Tecnologias Digitais e Ensino de História e Economia dos Comuns. Possui experiência de gestão como Coordenador do Curso de Graduação em História da UFT, Coordenador do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de

História - ProfHistória e participação em comissões e designações da gestão universitária. Atua no ProfHistória e no PPGCult.

BRENDON HUSLEY RIMUALDO RODRIGUES

Nasceu em Taguatinha-DF após o seu nascimento, sua mãe Neuza Rimualdo Silva retornou a cidade de Xambioá-TO, desde muito cedo ouvia histórias de vida do garimpo de cristal-de-rocha de seu avô e de amigos anciões. Em 2013 ingressou no curso de História pela UFT, ligado ao mundo da literatura buscou nela entender as veredas do sertão garimpeiro, concluiu o mestrado interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território pela UFT. Segue atuando principalmente na relação da História e Literatura no seguinte tema: garimpo de cristal de rocha; antigo norte de Goiás.

DYEGO MARTINS PESSEGO

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território pela UFNT, Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela FACDO, Pós-Graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Legale, Pós-Graduando em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES, Graduado em Direito pela FACDO, Advogado atuante nas áreas Trabalhista e Cível.

ELIAS DA SILVA

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Especialista e Graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso. É professor Associado da Universidade Federal do Tocantins, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Pará, com pesquisas no âmbito dos comuns e comuns urbanos no norte do Tocantins.

ELI DA SILVA DUARTE

Licenciado em história pela UFT, mestre pelo Programa de pós-graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT/ UFNT, professor do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN), Araguaína, Tocantins.

JANNETE DA SILVA MILHOMEM

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) – UFT (2021). Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto

Tocantinense Presidente Antonio Carlos (ITPAC) 2007. Possui Especialização em Gestão, supervisão e orientação pela FAHESA. É servidora pública e professora da rede de ensino municipal e estadual, atualmente trabalha na Escola Especial Raios de Luz – APAE, e na Clínica Escola Mundo Autista, em Araguaína-TO.

JEAN CARLOS RODRIGUES

Formado em Geografia, com Mestrado e Doutorado em Geografia. Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

JOÃO CARLOS SANTIAGO NERY

Graduado em Enfermagem. Mestre em Estudos de Cultura e Território. Especialista em Saúde Pública. Pesquisador nas áreas de Território, Cultura e Saúde. Papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Tocantins. Perito Judicial e Extrajudicial na área de Identificação Humana.

JUSCELINO LAURINDO DOS SANTOS

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) - UFT (2021). Possui graduação em Pedagogia pela Fundação Universidade do Tocantins (2008), tem experiência na área de Educação. Possui Especialização em Coordenação Pedagógica (2011); Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social (2016); Educação, Pobreza e Desigualdade Social (2017) pela UFT. É Coordenador Pedagógico na Escola Municipal Raimundo Paulino – REICLARTE, em Araguaína TO.

LUÍS ANTÔNIO CABRAL

Professor da Universidade Federal do Tocantins-UFT/Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT. Doutor em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

MARIVALDO CAVALCANTE DA SILVA

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Prof. Dr. do curso de Geografia em Araguaína-TO UFT. Prof. no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Atua nas áreas relacionadas com a sociedade, natureza

e o desenvolvimento, Degradação ambiental, uso e gestão dos recursos hídricos e geografia da saúde.

MARTHA VICTOR VIEIRA

Professora do Curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus de Araguaína.

MARLON MARQUES PINHEIRO DE MELO

Advogado, bacharel em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult-UFT) e Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína – TO, Brasil.

PLÁBIO MARCOS MARTINS DESIDÉRIO

Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína – TO, Brasil. Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB).

SUELÍ MARQUES FERRAZ

Graduada em História pela UFT, Pedagogia pela Unicesamar e Psicologia pela FACDO, Especialista em educação inclusiva pela Unopar, Mestre pelo PPGCult, UFT/UFNT, e Professora na Faculdade Católica Dom Orione_FACDO.

SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS

ADRIANA FEITOSA FREIRE

Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT, Especialista em Enfermagem do Trabalho (UNIRG) e Educação Ambiental (IBPEX). Graduada em Ciências Biológicas pela FAFOPA-PE e Bacharel em Enfermagem (ITPAC). Servidora Pública Federal lotada na Secretaria do PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: adriana.freire@uft.edu.br

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR

Historiador. Pesquisador do NEUZA-UFNT/UFT e professor da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: dernivaljunior@gmail.com

REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA

Socióloga. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: rejmedeiros@uft.edu.br

ROSÁRIA HELENA RUIZ NAKASHIMA

Pedagoga. Docente da Universidade Federal do Tocantins/Universidade Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: rosaria@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia Legal, 177

Araguaína, 6

C

Comunidades tradicionais, 6

Conflitos, 30

Costumes, 61

Cultura, 61

D

Diálogos, 88

Direitos Humanos, 109

Discurso, 178

Ditadura, 4

E

Estado do Tocantins, 9

G

Geografia, 11

Geograficidade, 9

H

História, 9

Humanidade, 32

I

Indígenas, 36

Interdisciplinaridade, 88

L

Linguagem cinematográfica, 44

M

Memória, 67

Moral cristã, 62

Movimentos sociais, 29

Mulheres Quilombolas Griôs, 157

P

Paisagens, 43

Pandemia, 141

Políticas agrárias, 178

População de rua, 141

Práticas culturais, 144

Q

Quebradeiras de coco babaçu, 85

Quilombo Dona Juscelina, 157

Quilombola, 158

Quintais produtivos, 158

R

Raizeiro, 125

Redemocratização, 29

Relações de poder, 54

Representações, 67

Resistência, 73

Reterritorialização, 114

S

Saber popular, 125

Segurança pública, 106

Sertão garimpeiro, 9

Símbolos, 11

T

Territorialização, 64

Território simbólico, 67

Trabalho das mulheres, 86

U

Urbanização brasileira, 196

